

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

JOSELENE LOPES ALVIM

O PAPEL DA ESCOLA NA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE
CONTEMPORÂNEA DA DIMENSÃO TEÓRICA E PRÁTICA NA CIDADE DE
PRESIDENTE PRUDENTE-SP

Presidente Prudente

2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - FACULDADE DE CIÊNCIAS E
TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

JOSELENE LOPES ALVIM

O PAPEL DA ESCOLA NA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE
CONTEMPORÂNEA DA DIMENSÃO TEÓRICA E PRÁTICA NA CIDADE DE
PRESIDENTE PRUDENTE-SP

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós Graduação em
Educação da Faculdade de Ciências
e Tecnologia de Presidente Prudente
– FCT. Universidade Estadual
Paulista – UNESP, para obtenção do
título de mestre.

Orientador (a): *Prof^a Dr^a Maria
Suzana de Stefano Menin*

Presidente Prudente

2011

Alvim, Joselene Lopes.
A483p O papel da escola na orientação profissional: uma análise contemporânea da dimensão teórica e prática na cidade de Presidente Prudente- SP/ Joselene Lopes Alvim. - Presidente Prudente: [s.n], 2011
xiii, 184 f. : il.

Orientador: Profa Dra Maria Suzana de Stefano Menin
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Orientação Profissional. 2. Escola. 3. Trabalho. I. Menin, Maria Suzana de Stefano. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente. III. Título.

CDD 371.422

TERMO DE APROVAÇÃO

JOSELENE LOPES ALVIM

O PAPEL DA ESCOLA NA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA DA SUA DIMENSÃO TEÓRICA E PRÁTICA NA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, da Universidade Estadual Paulista, pela seguinte banca examinadora:

Orientador (a): Prof^a Dr^a Maria Suzana de Stefano Menin
Instituição: UNESP/PP

Prof.^a Dr^a Maria Conceição Coropos Uvaldo
Instituição: USP/SP

Prof. Dr. Dinael Corrêa de Campos
Instituição: UNESP/BAURU

Presidente Prudente, 15 de agosto de 2011.

DEDICATÓRIA

*Aos meus filhos, Guilherme e Pedro,
porque meus dias são dedicados a eles.*

*Ao meu pai José (saudades) e minha mãe
Dirce:*

*Pelos valores transmitidos que alicerçaram a
minha história, e em especial à minha mãe,
fonte de energia inesgotável, e que me
motivou à realização deste sonho.*

*À minha irmã Joseane: pela companhia
constante e por sempre me ajudar a evoluir.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu guia.

A minha orientadora, Prof^a Dra Maria Suzana de Stefano Menin, modelo de profissionalismo e competência. A ela minha eterna gratidão por ter demonstrado respeito e apoio quando decidi mudar o percurso do meu projeto. Obrigada por me apontar caminhos e dividir o seu olhar.

À minha mãe e à minha irmã, continentes dos meus sucessos e insucessos.

Aos meus filhos pelo apoio afetivo incondicional, demonstrado de várias maneiras.

Ao Prof. Antônio Batista Grosso, diretor do Colégio ÁTOMO- PP, pela valorização profissional e onde tudo começou.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Educação da UNESP – PP, em especial a Prof.^a Dr^a Ana Maria da Costa Santos Menin e ao Prof. Dr. Divino José da Silva pela maneira apaixonante com que partilham o saber. A estes educadores, minha admiração.

Às minhas amigas Marilandes Ribeiro e Sílvia Molina que acompanharam toda a minha trajetória, pessoal e profissional, e estão sempre me apoiando, de longe ou de perto.

À Gislene, Renata, Luzia e Fátima Silva pelo apoio.

Às professoras Dr^a Maria Conceição Coropos Uvaldo e Dr^a Andreia Cristiane Silva Wiezzel, pelas orientações valiosas no exame de qualificação desta dissertação.

Às diretoras, coordenadoras e alunos das escolas, participantes da pesquisa, que dispuseram de seu tempo e me concederam as entrevistas expondo seus trabalhos e reflexões.

À Ivonete, secretaria da pós-graduação, pela sua generosidade e atenção constantes.

A todos os funcionários da Faculdade de Educação da UNESP- PP pela cordialidade e atenção com que sempre me atenderam.

Enfim, a todos meus amigos e colegas que, ao ouvirem meus queixumes, respondiam que eu daria conta de concluir o mestrado, incentivando e reforçando minhas competências. Realmente eles tinham razão: eu consegui!

Este trabalho representou para mim amadurecimento, conquista e aprendizagem.

O significado das coisas não são as coisas em si, mas sim a nossa atitude em relação a elas.

(Exupéry)

“É preciso encontrar as coisas certas da vida, para que ela tenha o sentido que se deseja. Assim, a escolha de uma profissão também é a arte de um encontro, porque uma vida só adquire vida, quando a gente empresta nossa vida, para o resto da vida”.

Vinícius de Moraes

RESUMO

A escolha profissional coincide, na maioria das vezes, com um período de intensas crises e mudanças que é a adolescência. A orientação profissional auxilia o jovem a obter informações a respeito de si, da realidade que o cerca e do mundo do trabalho. Escolher no presente a profissão que desempenhará no futuro desperta angústia e medo pelo grau de importância que é depositado nas expectativas profissionais. Por estar inserida em uma sociedade capitalista, observa-se que a escola prioriza apenas a produção de informações para que o aluno seja aprovado no vestibular. A presente pesquisa foi construída no âmbito da Linha de Pesquisa “Processos Formativos, Diferenças e Valores” e objetivou caracterizar a importância da orientação profissional nas escolas; o papel da escola no conceito de trabalho e das escolhas transmitidas ao jovem, uma vez que é a partir da instituição escolar que o indivíduo faz a transição para o mercado de trabalho. Foi feita uma breve revisão da literatura a respeito do significado da orientação profissional considerando como referências principais obras de estudiosos nesta área, como Lucchiari (1993), Bock (1995; 2002), Whitaker (1997), Levenfus (1997; 2002), Bohoslavsky (1998), Soares (2002). Em seguida, realizou-se um levantamento da presença/ausência da orientação profissional em escolas públicas e particulares da cidade de Presidente Prudente – SP. Constatou-se que nenhuma das 24 escolas da rede pública de Pres. Prudente realiza um trabalho sistemático de orientação profissional. Já as 11 escolas da rede particular desenvolvem este trabalho em parceria com profissionais da área de psicologia, contratados pela escola ou terceirizados. Numa segunda etapa foram utilizadas entrevistas, com apoio de um questionário, com diretores e coordenadores pedagógicos de quatro escolas, duas particulares e duas públicas da referida cidade. Posteriormente, na terceira etapa, o instrumento utilizado para a coleta de dados foi o grupo focal com alunos da terceira série do Ensino Médio das escolas pesquisadas. Apesar das iniciativas observadas nas escolas particulares, percebe-se que estão centradas na preparação do aluno para o vestibular e não reconhecem as ações da orientação profissional como fator fundamental para o desenvolvimento de projetos futuros do aluno. O reconhecimento desta

relevância parece mostrar-se apenas no discurso. Na prática, revelou-se o desinteresse que a maioria destas escolas dá à orientação profissional uma vez que a iniciativa deste trabalho parte de uma cobrança dos pais. Já as escolas públicas realizam poucas atividades voltadas para a orientação profissional, ficando à mercê de ações isoladas vindas da comunidade.

Palavras-chave: Orientação profissional. Escola. Adolescência. Trabalho. Escolha.

ABSTRACT

The professional choice coincides in most cases with an intense period of crises and changes that is adolescence. The professional guidance assists the youngsters to obtaining information about themselves, the reality that surrounds them and the job market. Choosing in the present the profession that will be performed in the future causes anxiety and fear due to the utmost importance that people tend to give to the professional expectations. For being part of a capitalistic society, what is observed is that the prioritizes only the production of information necessary for the student to pass the entrance exam. This current research was built based on the Research Line "Formation Processes, Differences and Values" and aimed to characterize the importance of professional guidance in schools; the school role on the concept of work and the choices transmitted to the youngster, since it is from the educational institution that the individual makes the transition to the labor market. A brief review of the literature regarding the importance of the professional guidance was made considering as references major works of scholars in this area such as Lucchiari (1993), Bock (1995; 2002), Whitaker (1997), Levenfus (1997; 2002), Bohoslavsky (1998), Soares (2002). Right next, a study on the presence/absence of professional guidance was made in public and private schools of the city of Presidente Prudente – SP. It was found that none of the 24 public schools of Presidente Prudente conducts a systematic work of professional guidance. On the other hand, the 11 private schools of the city develops this kind of work in partnership with professionals of the psychology field, hired by the school or outsourced. Afterhand, our work consisted of interviews, with the help of a questionnaire, with directors and coordinators of 4 schools, 2 private and 2 public of the referred city. Later, on the third step, the instrument used for data collection was a group focused on students of the third grade of high school of the then researched schools. In spite of the actions observed in the private schools, it is clear that they are mostly focused on preparing the students for the entrance exams and do not recognize the actions of professional guidance as an essential factor for the development of future projects of the student. The recognition of such importance seems to be shown

only in theory though. In practice, what could be observed was the lack of interest that most of these schools give to professional guidance, they seem to be simply following the policy of the school, that is fulfilling a requirement of the students' parents. Regarding the public schools, these ones perform a few activities on the professional guidance area, depending thus on the isolated actions coming from the community.

Key – words: Professional guidance. School. Adolescence. Work. Choice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I	
1-TRABALHO: CONCEITOS E TRANSFORMAÇÕES.....	21
1.1 A Evolução histórica do significado do trabalho.....	22
CAPÍTULO II	
2- A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL.....	29
2.1 Breve histórico.....	29
2.2 Orientação profissional: conceitos e objetivos.....	34
2.3 As influências sobre a escolha profissional.....	40
2.3.1Influências ocultas.....	50
2.4 O papel do orientador.....	51
2.5 A Orientação profissional na contemporaneidade.....	52
CAPÍTULO III	
3- ADOLESCÊNCIA E ESCOLHA PROFISSIONAL.....	59
CAPÍTULO IV	
4- A APLICABILIDADE DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS DE ENSINO MÉDIO.....	70
4.1 A orientação profissional nas escolas particulares e públicas.....	81
4.2 Possibilidades de orientação profissional nas escolas.....	87
CAPÍTULO V	
5- METODOLOGIA.....	90
5.1 Objetivos.....	90
5.2 Procedimentos.....	91
5.2.1 Breve Histórico do Município.....	92
5.3 Instrumentos e participantes.....	92
5.3.1 Características essenciais do grupo focal.....	94
CAPÍTULO VI	
6- RESULTADOS.....	96
6.1 Levantamento inicial da presença/ausência da orientação profissional, resultados e discussão parcial	96
6.1.2 Considerações sobre o levantamento parcial.....	99
6.2 Coleta de dados.....	99
6.2.1 Caracterização das Escolas Pesquisadas.....	101
6.3 Apresentação e análise dos dados do questionário.....	102
6.4 Interpretação dos resultados	113
6.5 Grupo focal.....	121
6.6 Resultados e discussão sobre o grupo focal.....	123
6.6.1 Escola particular.....	124
6.6.2 Escola pública.....	128
CAPITULO VII	
7- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS.....	136
APÊNDICES.....	155

1. INTRODUÇÃO

O tema da presente pesquisa é a análise contemporânea do papel da escola na orientação profissional, em uma dimensão teórica e prática. O estudo foi realizado em escolas particulares e públicas da cidade de Presidente Prudente, interior do estado de São Paulo.

O interesse pelo tema é fruto da minha experiência como profissional há nove anos em uma escola de Educação Infantil ao Ensino Médio, da cidade de Presidente Prudente-SP. Trata-se de uma escola particular frequentada por alunos, em sua maioria, provenientes de classe sócio-econômica média alta e alta, onde atuo como psicóloga, realizando um trabalho de orientação profissional junto aos alunos do 2º e 3º colegial.

É neste período que os jovens precisam manifestar uma opção profissional uma vez que, ao término do Ensino Médio, prestam exame vestibular para ingressar no ensino superior. Esta imposição social coloca o aluno desde cedo a fazer escolhas sobre sua trajetória profissional.

Da vivência como psicóloga, nos atendimentos destes alunos, era possível observar seus conflitos; as variáveis que interferiam nas escolhas destes adolescentes; seu despreparo e desconhecimento quanto às profissões e o mercado de trabalho. Diante da angústia em ter que decidir o que vai ser “para o resto da vida”, alguns alunos realizavam as escolhas baseadas em estereótipos ou representações distorcidas da profissão. Somava-se a isso o relato de alguns que diziam que a família não participava desta escolha sob o discurso de “não querer interferir”, denotando a dificuldade dos pais em suportar a ansiedade deste período. Pude observar também que a instituição não busca conhecer como seus alunos escolhem os cursos, se há presença ou não de conflitos etc.

Como nem todos os alunos buscavam a orientação profissional por motivos diversos (“já escolhi a profissão”; “não tenho tempo livre”; etc. segundo justificativas dos mesmos), observei que eles também vivenciavam algum tipo de conflito decorrente do processo de escolha. Mesmo aqueles que se mostravam seguros diante da escolha do curso, quando me era possível uma conversa informal com eles, eu percebia o pouco conhecimento que tinham sobre a profissão, as escolhas

prematuras, ou a presença da influência de algum elemento externo em suas escolhas, demonstrando não serem sujeitos das mesmas.

Esta vivência despertou em mim uma inquietação em torno da seguinte questão: que contribuição social este jovem, mais tarde, como profissional, poderá oferecer, uma vez que suas escolhas são baseadas muitas vezes em impulsos, sem reflexão ou até mesmo sem autonomia? E de que maneira as escolas influenciam nestas escolhas?

O mercado de trabalho vem se tornando intensamente competitivo em virtude das profundas mudanças que vem ocorrendo na economia, nas relações sociais, nas políticas e na tecnologia. Poucos assuntos têm capturado de maneira tão intensa a atenção de estudiosos como as mudanças que ocorrem na economia mundial, nos paradigmas, sem precedentes na história da humanidade, construindo novos valores, reflexos de tais modificações.

Dentro deste contexto, a escolha profissional torna-se um processo bastante complexo que requer um conhecimento aprofundado não apenas das áreas específicas, mas, principalmente, do conhecimento de si. A definição desta escolha coincide com a adolescência, um período de intensas crises e conflitos, de transição, adaptações, ajustamentos e mudanças em relação a aspectos maturacionais e de ordem psicológica do desenvolvimento do indivíduo.

A adolescência é um período em que fatores sócio-culturais são determinantes; nesta idade da vida, juntamente com o embasamento psico-biológico que lhe dá características universais (Aberastury & Knobel, 1988). Ainda de acordo com estes autores, na adolescência observa-se a elaboração de três lutos fundamentais: pelo corpo, pelos pais e pela identidade infantil. Esta elaboração permite ao adolescente compreender e aceitar as perdas, dando espaço ao seu novo papel, integrando-se ao mundo adulto.

Neste processo de elaboração de lutos a escolha da profissão simboliza também uma renúncia. A escolha torna os conflitos mais nítidos na adolescência, uma vez que há influências do grupo social, da família, do sistema de valores sócio-cultural. Soma-se a este quadro a pressão exercida por uma sociedade globalizada que determina respostas rápidas nos ambientes e pessoas, além da complexidade do trabalho e do desconhecimento das profissões.

Para Whitaker (1997) a escolha de uma profissão requer, além das aptidões, imaginação por parte do aluno e capacidade de construir alternativas futuras de

atuação. Muller (1988, p.141) também afirma: "chegar a uma escolha vocacional supõe um processo de tomada de consciência de si mesmo e a possibilidade de fazer um projeto que significa imaginar-se antecipadamente cumprindo um papel social e ocupacional"

A orientação profissional constitui um campo de trabalho que oferece ao jovem a obtenção e organização de informações a respeito de si e do mundo do trabalho (FERRETTI, 1982), onde interferem aspectos sociais, ideológicos, bem como o processo de ordem individual como a característica de personalidade de quem escolhe e as suas identificações anteriores (NASCIMENTO, 1995).

O homem moderno é definido pela sua profissão (WHITAKER, 1997). O trabalho é um referencial importante na vida do ser humano e é neste ambiente que derivam as relações afetivas, as descobertas através dos sucessos ou fracassos que levam ao crescimento pessoal do indivíduo.

Escolher no presente a profissão que desempenhará no futuro desperta angústia e medo pelo grau de importância que é depositado nas expectativas profissionais. Faz-se necessária e prioritária a satisfação nesta área, já que o trabalho é parte integrante da vida de qualquer pessoa, constituindo um canal de expressão e comunicação do ser com o mundo. Soares (2002) descreve o trabalho como elemento imprescindível na construção da identidade da pessoa, pois sua realização permitirá uma reflexão de como ela se insere no mundo.

A Orientação Profissional é de suma importância uma vez que o jovem faz suas escolhas a partir do contexto sócio-econômico em que ele está inserido. Muitas vezes estas escolhas não vão ao encontro do seu desejo e sim uma reação a estrutura que ele pertence, como nos revela Vygostky (1998 *apud* SILVA; BIRK 2002, p.104) salientando que "a opção profissional vem a ser o resultado da interação dinâmica do sujeito e sua cultura, considerando os elementos sócio-econômico-político".

Historicamente, a orientação profissional no Brasil tem sido realizada mais com alunos de escolas particulares, embasados na realidade destes jovens. Ribeiro (2003) sinaliza que há uma escassez de pesquisas ou de modelos que atendam à realidade da população socioeconomicamente desfavorecida, concentrada nas escolas públicas ou fora delas.

É fundamental investigar qual o papel da escola no conceito de trabalho e das escolhas transmitidas ao indivíduo, uma vez que é a partir dela que o indivíduo faz a

transição para o mercado de trabalho. A escola constitui uma base muito significativa de referência na orientação do adolescente.

A prática de Orientação Profissional nas escolas deve oferecer aos alunos um espaço para refletir sobre seus projetos de vida profissional, preparando-o para uma inserção consciente e crítica no mundo do trabalho. A ausência deste tipo de discussão no espaço escolar pode resultar em alunos despreparados para a construção de estratégias que viabilizem a concretização de seus projetos de vida (BASTOS, 2005).

Face à relevância social e individual que o trabalho tem na vida das pessoas, já que elas empenham 2/3 de suas vidas em torno dele, a orientação profissional precisa ser uma preocupação substantiva na educação formal, para auxiliar o adolescente a fazer uma escolha profissional crítica e consciente (SILVA; BIRK, 2002). A ajuda de profissionais competentes facilita ao jovem decidir-se em um mundo caótico, possibilitando que ele responda quem ele quer ser (MELO-SILVA; OLIVEIRA; COELHO, 2002).

Silva (1997) afirma que há inúmeras opções para o desenvolvimento de projetos em orientação profissional. Mesmo que não haja possibilidade de articulá-los ao currículo é possível trabalhar sobre o tema realizando algumas adaptações.

Com a imposição do mercado, reflexo da globalização, observa-se que a escola prioriza apenas a produção de informações para que o aluno seja aprovado no vestibular e, posteriormente, obtenha um título de curso superior para se estabelecer no mercado, deixando em segundo plano a transmissão de valores. A educação passa a ser entendida como formação profissional e a produção do conhecimento tornou-se, então, mercado de consumo. A escola reforça esta idéia uma vez que está inserida em uma sociedade capitalista, estabelecendo um conformismo social sistematizado. O aluno, neste processo, está diante da ausência de escolha.

São necessários novos desafios educacionais frente às rápidas mudanças que ocorrem no mundo com o advento da velocidade da sociedade da informação. O diferencial reside em superar a prática tradicional de ensino que concebe o aluno como sujeito passivo e orientá-lo para comportamentos congruentes com as exigências atuais do 'novo trabalhador', solicitando que seja criativo, flexível, com capacidade de abstração, de absorver o novo e elaborar respostas adaptativas as

mudanças. Enfim, com uma postura mais ativa no seu processo de desenvolvimento profissional e social.

O processo ensino-aprendizagem atualmente está vinculado a estruturas rígidas, nas quais o autoritarismo é institucionalizado e a ação de ensinar é reproduzida de forma mecânica, teórica, impedindo o desenvolvimento da criatividade e de ações reflexivas.

Observa-se a passividade do aluno como mero ouvinte, a exigência da massificação das respostas, sem levar em conta a originalidade do aprendiz. Desta forma, há uma limitação do desenvolvimento das potencialidades do indivíduo como pessoa ativa e transformadora de si e participante da vida pública.

Soares (2002) salienta que os professores não têm estimulado os alunos a relacionar os dados da realidade com o que aprendem na teoria. Esta mesma autora questiona por que estes docentes não ensinam os alunos a problematizar o cotidiano e seu meio ambiente.

Isso exerce influência nas escolhas do indivíduo já que a sua relação com o ambiente é constituída por meio de identificações que ele tem com os modelos com os quais convive: inicialmente a família e depois a sociedade em geral como amigos, professores, etc. Passos e Polak (2004, p.41) pontuam que “conforme explicitado por Freud em Psicologia de grupo e análise do ego (1921), a identificação compõe a forma mais primitiva de se expressar vínculo emocional com outra pessoa”

De que maneira o jovem pode realizar uma escolha consciente se a escola dá mais ênfase ao aspecto informativo? Se o sistema de valores transmitidos na escola influencia na escolha profissional, como o jovem pode fazer uma escolha autônoma? Da necessidade de compreender essa relação, origina-se a inquietude expressa nessa pesquisa.

Estas convicções apontam a necessidade de desenvolver um trabalho junto a estes jovens, de escola pública, sobre suas inquietações, expectativas e como eles percebem o mundo a sua volta.

A forma de análise dos dados do questionário abarcou a pesquisa exploratória sobre o tema, a respeito das principais propostas educacionais da escola em relação à orientação vocacional/profissional como, por exemplo, a instrumentalização da escolha e da construção da identidade profissional.

O objetivo desta dissertação é analisar o papel da escola na atualidade, na construção de projetos profissionais para seus alunos.

A presente pesquisa busca ainda identificar a existência/inexistência da prática da orientação profissional em duas escolas públicas e duas particulares da cidade de Presidente Prudente – SP, analisando como se dão os processos de orientação profissional nas referidas escolas. Pretende compreender, também, em que medida esta orientação responde aos desafios da sociedade atual e às expectativas dos alunos frente à escolha profissional.

O primeiro capítulo trata resumidamente de conceitos sobre o desenvolvimento e significado do trabalho em sua evolução histórica, mostrando a evolução que ocorreu nas relações de trabalho, desde a sociedade primitiva até a capitalista.

No segundo capítulo encontra-se uma revisão da literatura sobre a orientação profissional. Discorre, também, sobre os fatores que influenciam na escolha, o papel do orientador profissional e como se dá a orientação profissional na contemporaneidade.

Neste capítulo, bem como nos demais, há uma retomada da literatura específica destacando alguns posicionamentos de principais autores que produziram neste campo como: Müller (1988), Lucchiari (1993), Bock (1995, 2002), Whitaker (1997), Levenfus (1997, 2002), Bohoslavsky (1998), Soares (2002).

No terceiro capítulo abordaremos o conceito de Adolescência, relacionando-o à escolha profissional.

O quarto capítulo desenvolve uma reflexão sobre a orientação profissional nas escolas de ensino médio e as expectativas dos jovens frente às escolhas profissionais. Discute as diferenças entre escolas públicas e particulares neste processo e a possibilidade de Orientação Profissional nas mesmas.

O quinto capítulo descreve os procedimentos metodológicos da pesquisa. O capítulo apresenta duas fases da pesquisa: uma contendo um levantamento de escolas da cidade de Presidente Prudente que contêm ações de orientação profissional. A outra apresenta a realização de uma entrevista com o apoio de um questionário, feita junto a diretores e coordenadores para obtenção de informações sobre o tema investigado.

O sexto capítulo constitui os resultados e a análise dos dados da investigação realizada nas escolas, além das percepções descritas pelos alunos, no grupo focal, sobre as escolhas profissionais e o papel da instituição na trajetória destas escolhas, articulando tais resultados com a discussão teórica levantada nesta pesquisa.

O sétimo capítulo desta dissertação apresenta as considerações finais, onde são retomados os objetivos do estudo e apresentadas as conclusões da pesquisa.

CAPITULO I

2. TRABALHO: CONCEITOS E TRANSFORMAÇÕES

*E sem o seu trabalho o homem não tem honra.
E sem a sua honra, se morre, se mata.*

(Gonzaguinha - Guerreiro Menino)

Os desafios gerenciais têm direcionado esforços para as habilidades da força de trabalho e seu aperfeiçoamento. São exigidas dos profissionais novas habilidades e competências. Hanashiro *et al.* (2008) colocam que o trabalho humano deve apresentar soluções ao que o ambiente social, complexo e instável, apresenta, revelando a ação competente do indivíduo. Torna-se relevante discutir os impactos da globalização, a evolução do conhecimento e a inovação tecnológica, refletindo em todas as áreas da vida da existência humana, como o trabalho.

Num mercado de trabalho que tem-se tornado cada vez mais amplo e complexo com a mudança nas características de muitas profissões tradicionais e surgimento de outras, além de uma estrutura sócio-econômica dinâmica e imprevisível, a orientação profissional é uma necessidade cada vez mais imperativa.

Na maioria das vezes, as pessoas utilizam o mesmo sentido quando querem expressar a palavra trabalho ou profissão; no entanto, seus significados apresentam conceitos diferentes.

Ferreira (1975) *apud* Soares (2002, p.96-97) apresenta as seguintes definições:

Profissão – 1. Ato ou efeito de professar (preencher as funções inerentes a um cargo ou profissão); 2. Condição social, estado; 3. Atividade ou ocupação especializada, da qual se podem tirar os meios de subsistência, ofícios; 4. Meio de vida, emprego, ocupação.

Trabalho – 1. Aplicação das forças e faculdade humanas para alcançar um determinado fim: o trabalho permite ao homem certo domínio sobre a natureza; 2. Atividade coordenada, de caráter físico e ou intelectual necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento; 3. O exercício dessa atividade como ocupação, ofício, profissão.

Trabalhar – do latim tripaliare, martirizar com o tripalium (instrumento de tortura) 1. Ocupar-se de algum mister, exercer o seu ofício, aplicar sua atividade.

O processo de orientação profissional auxilia os jovens a identificar, por meio do autoconhecimento, seus interesses, habilidades e aptidões, uma vez que as pessoas se mostram diferentes uma das outras, com características peculiares. Dias

(1995) sublinha que o papel do orientador neste processo é de facilitador, de coadjuvante. Cabe ao orientando o papel principal. O orientador propicia ao orientando experiências e a identificação de elementos que o levam a refletir sobre seu futuro.

Silva (1992) aponta que é fundamental maturidade e preparo intelectual para a definição de uma escolha que permita ao indivíduo uma capacidade crítica das alternativas profissionais possíveis.

1.1 A Evolução histórica do significado do trabalho.

Para uma compreensão mais efetiva do processo de orientação profissional, faz-se importante, inicialmente, uma breve abordagem das transformações do conceito de trabalho, uma vez que o homem é um sujeito concreto que se constitui por meio da atividade.

Para Navarro e Padilha (2007) o trabalho exige conhecimento multidisciplinar. Ele ocupa uma parte importante da vida das pessoas, sendo a atividade laboral fonte de experiência psicossocial. Ele não deve, portanto, ser visto apenas como meio de satisfação das necessidades básicas do indivíduo. O trabalho é fonte de auto-estima, identificação, desenvolvimento das potencialidades humanas. É por meio do trabalho que o sujeito se sente participante dos objetivos da sociedade.

Estas autoras ainda ratificam que a centralidade do trabalho não acontece apenas na esfera econômica, mas, principalmente, na esfera psíquica, uma vez que sua ausência, decorrente do desemprego ou da aposentadoria, acarreta abalos emocionais.

Dejours (2001) afirma que quando não há reconhecimento do indivíduo em seu trabalho, isso desencadeia sofrimentos que, aos poucos, levarão o sujeito a uma descompensação, que afetará outras áreas de sua vida. Para este autor, isto é possível porque não há uma cisão entre trabalho e as demais áreas da vida do indivíduo.

Uvaldo (1995, p.225) compartilha desta ideia quando descreve que “O papel profissional é predominante; é o gerador de meios para que se possa cumprir todos os demais papéis sociais”.

O trabalho, como demonstra Dejours (2001), traz a possibilidade das pessoas aprenderem sobre o outro por meio da convivência, contribuindo para a construção de regras sociais, podendo ser uma situação que propicia o exercício da cidadania.

Bohoslavsky (1998), importante teórico da Orientação Profissional, salienta que as pessoas não trabalham somente por necessidades biológicas. Soares (2002) afirma que vivemos em uma sociedade em que a participação do indivíduo nela se dá mediante o trabalho. Este envolve sentimentos de realização e reconhecimento profissional, que se manifesta em alguma atividade humana.

No decorrer da história, o trabalho humano tem assumido várias dimensões sob diferentes óticas. Os significados atribuídos ao trabalho são dinâmicos. Palangana e Inumar (2001), Aranha (1993), ressaltam que o homem se constitui por meio do trabalho e das relações sociais de produção. Homem e trabalho formam uma relação dialética, pois quando o homem age sobre a natureza, ao modificá-la transforma a si próprio em termos de capacidades psicofísicas.

"No suor do teu rosto comerás pão..." (GENESIS 3:19). A própria passagem bíblica ensina que todo ser humano deve trabalhar para sua sobrevivência, para se auto-sustentar e conseguir seu alimento.

Pochmann (2006) relata que o trabalho, ao longo dos séculos, é visto como algo inalienável do ser humano, porém, com significados opostos: de um lado o trabalho é visto como algo sublime, criativo e emancipatório; por outro é associado a algo pejorativo, uma busca pela sobrevivência.

Outro pressuposto desta visão é relatado por Aranha (1993, p.35) quando diz que "O homem é um ser que trabalha e produz o mundo e a si mesmo. [...] O trabalho humano é a ação dirigida por finalidades conscientes, à resposta aos desafios da natureza na luta pela sobrevivência."

Ornellas e Monteiro (2006) descrevem que por volta do século V A.C. na Antiguidade Clássica, tanto na Grécia como na Roma Imperial, o trabalho intelectual, artístico ou político era realizado pelas elites dominantes, enquanto que o trabalho braçal era desempenhado pela mão de obra escrava, obtidas nas guerras. Os derrotados eram transformados em escravos.

Assim, a primeira forma de trabalho foi a escravidão, praticada por diversas civilizações. Os escravos viviam apenas para o trabalho, com o emprego da força física, sob péssimas condições, sem qualquer salário, remuneração, retribuição ou direito.

A democracia grega era apenas para os homens livres. Para estes, o trabalho era visto como uma tarefa indigna, cabendo apenas aos escravos executar esta tarefa.

Segundo Terssac e Maggi (2004) *apud* Brito (2005, p.881):

[...] nos séculos 9 e 10 seu sentido predominante (cristão) era de pena/penitência e sofrimento (*tripalium*) e no século 13 de exercício de um ofício, no século 18 essa noção passa a ser correlacionada às atividades produtivas (em uma deriva produtivista) que se desenvolvem sob as relações sociais dominantes (capitalistas) e assim glorificadas. Além disso, em função da diversidade de práticas existentes, o que é considerado trabalho varia de uma sociedade a outra, o que implica a inclusão ou exclusão de certas atividades desta noção, segundo os critérios que lhe definem.

Chenavier (1998) declara que a atividade corporal era a única parte do trabalho valorizada pelos gregos, na medida em que ela não tinha relação alguma com a necessidade e, sim, com o lazer. A necessidade, quando relacionada ao trabalho, recaía inteiramente para o lado do escravo. Ser livre para o homem grego era não estar submetido a ordens alheias, era não ter obrigação de trabalhar.

Ornellas e Monteiro (2006) apontam o surgimento do sistema feudal na Idade Média, com a fragmentação do Império Romano. Nesta época os nobres percebiam o trabalho como algo vergonhoso e que deveria ser executado pelos escravos da Grécia e de Roma. Estes escravos transformaram-se em servos da gleba, que valia pouco mais do que o escravo e suas condições de trabalho não tiveram mudanças significativas.

No século XV, com o Renascimento, de acordo com Ornellas e Monteiro (2006), instalou-se o humanismo, e conseqüentemente as ideias humanitárias e progressistas foram contrárias àquelas da Idade Média, trazendo novas esperanças ao trabalhador.

Whitaker (1997) relata que da necessidade de reformar a religião surgiu o protestantismo, onde o trabalho passou a ser visto como virtude e não mais como castigo. Essa mesma autora salienta ainda que este novo conceito não foi suficiente para implantar mudanças no comportamento das pessoas acostumadas ao não-trabalho ou ao trabalho concreto. Então, para produzir o proletariado, a burguesia condenava à força as pessoas resistentes ao trabalho, alegando vadiagem. Isso aconteceu principalmente na Inglaterra no século XVIII.

Nos séculos XVI e XVII surgiu a Revolução Industrial, um dos eventos mais importantes do mundo do trabalho. Longoni e Santos (2008) afirmam que neste

período as pessoas trabalhavam nas indústrias até 16 horas por dia e recebiam salários muito baixos, sobretudo mulheres e crianças.

Hanashiro *et al.* (2008) descrevem a industrialização, conhecida também como Era Industrial, como um período em que ocorre a substituição do modelo artesanal pelo modelo industrial de produção e que provocou mudanças sociais e econômicas. Na sociedade industrial a divisão do trabalho tem a produtividade e a eficiência como critérios únicos para produção ser operacionalizada da melhor forma.

A cultura industrial exigia um novo tipo de homem que desrespeitasse sua própria natureza e incorporasse o ritmo das máquinas. O trabalhador era visto como um apêndice das máquinas, uma extensão das mesmas.

Palangana e Inumar (2001) colocam que a repetição simplificada de uma única tarefa transforma o corpo em um órgão automático desta atividade. Pochmann (2006) descreve que na sociedade industrial o início das atividades laborais ocorria entre 14 e 16 anos de idade com benefícios como descanso semanal, férias e aposentadoria.

Por sua vez, Ornellas e Monteiro (2006) definem a Revolução Industrial como um marco singular na história que favoreceu o nascimento do Capitalismo e conseqüentemente suas imperfeições e injustiças como a concentração do poder nas mãos de uma minoria, ausência de direitos trabalhistas e a falta de motivação dos operários.

Ainda, de acordo com Ornellas e Monteiro (2006), o conflito entre capital e trabalho desencadeou a luta de classes, tornando urgente a necessidade de valorizar o trabalho e os trabalhadores, que por sua vez representavam o lado mais fraco da corrente econômica.

O final do século XIX e o início do século XX tem como referencia Frederick Taylor e Henry Ford, precursores, respectivamente, do taylorismo e fordismo, disseminando um movimento denominado Administração Científica (PAIVA, 2010). Os trabalhadores destas escolas são treinados e especializados em tarefas individuais (ORNELLAS; MONTEIRO, 2006).

Navarro e Padilha (2007) descrevem novas formas de organização de trabalho mais flexíveis: o modelo italiano e o modelo japonês. Enquanto o operário do taylorismo/fordismo caracterizava-se pelo trabalho repetitivo e monótono, o

trabalho do toyotismo era visto como polivalente, multiprofissional, mas que na prática significava sobrecarga de trabalho.

O Movimento das Relações Humanas surgiu em oposição à escola Clássica como um “sistema de controle baseado no reconhecimento das motivações individuais do empregado” (CARVALHO; SERAFIM, 2004, p.56), compreendendo desta forma, que o homem não pode ser reduzido a esquemas mecanicistas.

Antunes (2004) inclui na conformação atual do trabalho a presença de algumas tendências que indicam e ratificam as mudanças: outras alternativas de trabalho como os temporários, os informais ou os terceirizados; o trabalho em domicílios conectados (ou não) às empresas; aumento significativo da força de trabalho feminina; a expansão do setor de serviços; a exclusão de trabalhadores na faixa etária de 40 anos considerados velhos para o capital atual, negando, desta forma, sua experiência acumulada. No entanto, isso não impede a exclusão de jovens que não têm experiência profissional. Em decorrência desta retração do mercado de trabalho, há um aumento do chamado Terceiro Setor: uma forma alternativa de oferecer ocupação através de empresas que apresentam perfis mais comunitários.

Hanashiro *et al* (2008) descrevem que na metade do século XX era possível observar mudanças no modelo de produção cujas características eram de uma produção flexível, trabalho intelectual, substituição do trabalho individual pela equipe, o que desencadeou uma valorização no ser humano, sendo reconhecido como um ser social pela capacidade de trabalho em grupo. Para este autor, durante os anos de 1990, houve transformações nos principais elementos econômicos. É a Era Informacional. Nesse modelo produtivo o capital pode ser gerenciado 24 horas e os recursos humanos tornam-se globais devido à mobilidade das empresas em se estabelecer em qualquer parte do mundo.

Longoni e Santos (2008) apontam que no Brasil, como em todo mundo, o modelo de trabalho no qual predominavam características como estabilidade industrial, assalariado, masculino, vem sendo substituído por outras necessidades. O mercado de trabalho requer novas competências profissionais tais como o domínio das novas tecnologias de informática, comunicação e a exploração do conhecimento. O capital intelectual torna-se o fator mais importante.

O conceito de trabalho tem sido percebido como autodesenvolvimento pessoal e profissional e não apenas como meio de sobrevivência. A necessidade de

conhecimento e de novas competências passou a ser um denominador comum para o trabalhador do século XXI. Tudo isso inclui uma postura mais ativa do indivíduo, responsável pelo seu próprio processo de desenvolvimento.

Sennet (2009) atenta para o fato de que até então vivíamos em uma sociedade onde a forma de capitalismo era regido por burocracias rígidas e, atualmente, a nova ordem é o que o autor denomina de "capitalismo flexível" onde os trabalhadores devem ser ágeis, adaptáveis às mudanças em curto prazo e depender cada vez menos de leis e formalidades.

O significado da carreira hoje também pede uma nova compreensão. Sennet (2009) descreve a palavra carreira como sendo originalmente da língua inglesa, onde significava uma estrada para carruagens e, ao ser aplicada às organizações, passou a ser entendida como o conjunto de atividades econômicas do indivíduo ao longo de sua vida. No entanto, o capitalismo flexível tira o sentido desta linearidade, bloqueando tal estrada, uma vez que ela leva o trabalhador a desviar de repente de um tipo de trabalho para outro.

Empregos estáveis e remunerados estão sendo substituídos por formas mais flexíveis e que, por sua vez, não oferecem estabilidade, a longo prazo, para o empregado. Como as profissões modernas são mais fragmentadas, necessitam de aconselhamento e orientação durante as transições de carreira (LEVENFUS; SOARES; COLS, 2002).

Com a evolução das novas formas de organização do trabalho, a escolha de uma profissão não está atrelada apenas às considerações técnicas das mesmas e sim às habilidades, preferências, aptidões e realidade econômica e social de cada trabalhador, de forma a torná-los compatíveis à função a exercer. Não é um processo simples e gera mais dúvidas e confusão no jovem que está escolhendo uma profissão, inserido em um modelo de sociedade que tem sido marcada pela idéia de volatilidade.

Esta instabilidade profissional obriga o trabalhador a investir cada vez mais em sua carreira, o que acaba por sacrificar outras áreas de sua vida: a pessoal e a afetiva.

Soares (2002) observa que, na sociedade capitalista, o trabalho tem representado, para a maioria das pessoas, apenas possibilidade de sobrevivência. Somente uma pequena parcela da população tem a oportunidade de escolher uma profissão que lhe apraz.

A Orientação profissional mostra-se de suma importância para auxiliar o jovem em relação à complexidade do mundo do trabalho e na preparação para uma escolha profissional adequada a sua realidade social, econômica e cultural.

CAPÍTULO II

2. A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

*Mas na profissão, além de amar tem de saber.
E o saber leva tempo pra crescer.*

(Rubem Alves)

2.1 Breve histórico

A Orientação Profissional tem sua origem na primeira década do século XX, marcada pela criação dos Centros de Orientação Profissional na Europa e nos Estados Unidos; seu objetivo era identificar trabalhadores inaptos para realizar determinadas tarefas, a fim de evitar acidentes. Era necessário adaptar o homem ao trabalho a fim de evitar acidentes e, conseqüentemente, aumentar a produtividade (MELO-SILVA, 2001). A Orientação Profissional aqui estava estreitamente vinculada à seleção de pessoal.

O primeiro Centro de Orientação Profissional foi criado em 1902, em Munique, na Alemanha (PIMENTA, 1981). Mas foi por meio de Frank Parsons, em 1907, na cidade de Boston, que se pode considerar o surgimento oficial da Orientação Profissional. Tanto na Europa quanto nos Estados Unidos os objetivos eram semelhantes. As bases teóricas para a orientação vocacional foram lançadas por Parsons (1909), com a publicação do livro *Choosing a Vocation*. Até então as ações, voltadas para o auxílio da escolha de uma profissão ou a identificação de habilidades, eram isoladas e parciais.

Ribeiro e Uvaldo (2007) e Duarte (2009), apontam que o modelo clássico de Parsons (1909) concebia a escolha da profissão como um acontecimento estático na vida do indivíduo, uma vez que as dimensões a serem avaliadas eram estáveis e o papel do orientador consistia em relacionar as características pessoais do sujeito, comparando-as com aquelas exigidas pela profissão. Sob forte influência positivista, inicia assim a Orientação Profissional.

Semensato *et al* (2009, p. 30) informam que:

Nas décadas de 1920 e 1930, a Psicologia Diferencial e a Psicometria passaram a influenciar fortemente a prática da O. P., o que se deu devido ao grande desenvolvimento dos testes de inteligência, aptidões, habilidades, interesses e personalidade durante a Primeira e Segunda Guerras Mundiais. [...] A partir de 1950, começaram a surgir diversas teorias. A primeira é Teoria do Desenvolvimento Vocacional [...]. Décadas

de 50 e 60: Teorias Psicodinâmicas da escolha profissional e Teorias de Tomada de Decisão, mais preocupadas com o momento da escolha do que com o processo em si.

Semensato *et al* (2009) relatam que, no Brasil, a Orientação Profissional surgiu em 1924, ligada ao ensino técnico. Os primeiros trabalhos neste campo começaram com Roberto Mange, engenheiro suíço, contratado pelo governo brasileiro para lecionar na Escola Politécnica de São Paulo. Ele criou o Serviço de Seleção e Orientação Profissional para os alunos do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, cujo objetivo era selecionar e orientar alunos para a Escola Profissional Mecânica daquela instituição.

A Orientação Profissional brasileira recebeu influências diretamente da Psicanálise, especialmente do psicólogo argentino Rodolfo Bohoslavsky, que foi introduzido no Brasil por Maria Margarida de Carvalho na década de 1970. O nascimento da Orientação Profissional, com base na Psicologia Aplicada, pautou-se principalmente pelas ideias de que o papel do orientador profissional era realizar diagnósticos, prognósticos e indicações das profissões a serem ocupadas.

Em 1947 foi criado o ISOP (Instituto de Seleção e Orientação Profissional) cuja finalidade era alinhar as aptidões e vocações do trabalhador aos requisitos psicofisiológicos do trabalho, com ênfase na classe média alta, objetivando a liderança desta posteriormente. A partir da criação deste Instituto, surgiu, em 1949, o SOSP (Serviço de Orientação e Seleção Profissional) pela Lei 482 com a proposta de orientações no meio escolar e o estabelecimento de critérios para selecionar pessoas nas administrações públicas e privadas (ABADE, 2005).

Na segunda metade do século XX, conforme Lassance e Sparta (2003), com o declínio da sociedade industrial, a Orientação Profissional seguiu outra direção. Deslocou seu foco da produção para o sujeito de escolha, centrando na satisfação e realização do indivíduo.

De acordo com Pimenta (1981) o MEC (Ministério da Educação e Cultura) regulamentou provisoriamente, em 1958, o exercício da função de Orientador Educacional. Em 1961 a Lei de Diretrizes Básicas (LDB) 4.024 regulamentou a formação do Orientador Educacional e Vocacional.

Goldberg (1996) *apud* Pimenta (1981) coloca que, para contribuir na formação do adolescente de maneira integral, as áreas que atingem a Orientação Educacional

são a orientação escolar, a psicológica, a familiar, a profissional, a recreativa, e a da saúde.

Com a Lei 5692, de 1971, a Orientação Vocacional assumiu papel fundamental, enfatizando a realização do aconselhamento vocacional no primeiro e no segundo grau. Esta lei impunha obrigatoriamente a Orientação em parceria com a família, professores e comunidade, de maneira que possibilitasse ao aluno a maximização de seus recursos individuais para que assim pudesse fazer uma escolha profissional de acordo com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional (PIMENTA, 1981, p.115). Tal lei “provocou a necessidade de Orientadores Educacionais empreenderem novos estudos na Orientação Vocacional.”

A metodologia utilizada na Orientação Vocacional na década de 1970 tinha uma abordagem psicopedagógica voltada essencialmente para o adolescente, com o intuito de auxiliá-lo em sua escolha, utilizando recursos psicométricos e técnicas vigentes daquela época. A entrevista clínica era o principal instrumento (SEMENSATO *et al*, 2009).

Uma das mudanças mais significativas expressas na Lei 5692/71 foi instituir que todas as escolas oferecessem ao aluno formação técnica, habilitando-o assim para o mercado de trabalho. Nas escolas públicas, no entanto, por questões econômicas e resistências dos professores, não se adequaram às solicitações da lei de oferecer formação técnica aos seus alunos. O Conselho Nacional de Educação (CNE) criou o parecer 76/75, flexibilizando o tom profissionalizante da Lei nº 5.692/1971. O parecer definia habilitações básicas referentes a determinadas áreas profissionais, dividindo-as em primária, secundária e terciárias, de acordo com o setor da atividade econômica (LIRA, 2009; SILVA, 2010).

Surgiu a disciplina Programa de Informação Profissional (PIP), que esclarecia sobre as respectivas áreas, para que o aluno pudesse escolher uma delas. Esta disciplina era ministrada por pedagogos, que preenchiam a lacuna do orientador educacional, função que não havia nas escolas públicas, apesar da determinação da Lei 5.692/1971 (SILVA, 2010).

A ditadura militar de 1982, como descreve Lira (2009), alterou a Lei 5.692/71 quanto à profissionalização do ensino de 2º grau, propondo modificações em seus currículos, ao dispensar obrigatoriedade da profissionalização nas escolas,

retornando a ênfase à formação geral. Assim, a qualificação para o trabalho foi substituída pela preparação para o trabalho pela Lei 7.044/82.

Em 1993 foi fundada a Associação Brasileira de Orientadores Profissionais (ABOP), uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e que congregava orientadores profissionais do Brasil cuja finalidade era ter um espaço para troca experiências, estudos e pesquisas científicas entre os profissionais que atuavam nesta área, além de discussão ampla sobre o papel da Orientação Profissional no Brasil (LISBOA, 2002).

Conforme analisam Lassance e Sparta (2003) as mudanças no mundo do trabalho operacionalizaram mudanças também na Orientação Profissional, tanto na formação teórica e prática do Orientador, como também na sua postura ética frente à nova configuração da sociedade capitalista. Desta forma, a orientação profissional deve ter como objetivo responder às demandas da nova sociedade pós-industrial. Tais necessidades devem ser pautadas em questões éticas, que se vinculem ao desenvolvimento social, independente do crescimento econômico ou da satisfação individual.

A Orientação Profissional, de acordo com Semensato *et al* (2009, p. 18), deve “promover uma reflexão crítica e ética sobre o compromisso social implicado nas escolhas profissionais dos indivíduos, assumindo um papel de agente de mudança social”. Jenschke (2002) sinaliza que é preciso questionar ainda, dentro da compreensão subjetiva de carreira, como os indivíduos percebem suas carreiras, atitudes, habilidades e crenças.

Historicamente, desde as formulações de Frank Parsons (1909), vários teóricos desenvolveram modelos e teorias para explicar o desenvolvimento vocacional do indivíduo.

A evolução da psicologia vocacional teve seu ápice em Super (1957) com seu modelo desenvolvimentista de avaliação e aconselhamento de carreira. Esta teoria diferenciava-se das demais, postuladas até então, uma vez que abandonava a visão estática da orientação e concebia a escolha de uma profissão como um processo contínuo do desenvolvimento humano que ocorre não apenas num determinado momento, mas sim durante toda a vida do indivíduo.

Este desenvolvimento descrito por Super (1963) ocorre, segundo o autor, por meio de etapas normativas dividida em Crescimento (infância), Exploração (adolescência), Estabelecimento (adulthood jovem), Manutenção (adulthood média) e

Aposentadoria (velhice), sendo que, cada uma delas os conceitos que o indivíduo tem sobre si são reformulados de acordo com suas experiências. Cada estágio é constituído por tarefas evolutivas e comportamentos demandados socialmente, onde o indivíduo necessita dar respostas de enfrentamentos para as situações-problema pertinentes a cada fase evolutiva. O sucesso do conjunto de tarefas possibilita o indivíduo a desenvolver-se satisfatoriamente dentro do seu processo de evolução (LASSANCE, 2005).

Duarte (2009) sinaliza que atualmente, no século XXI, o enfoque está centrado no estudo da construção de carreiras, proposto por Savickas (2002), pesquisador que deu continuidade à teoria de desenvolvimento de Super (1963). Na Teoria de Construção de Carreiras, Savickas (2002) postula que o indivíduo, através de temas da vida, é um auto-regulador e auto-organizador na direção da adaptação de sua carreira, motivando-o assim para o trabalho. Defende ainda que a adaptabilidade é o fator central da construção de uma carreira, contrapondo à idéia de maturidade defendida por Super (1957).

A diferença entre as teorias desenvolvimentista e construtivista é descrita por Duarte (2009) analisando que, na primeira, a indecisão da carreira vai depender da etapa evolutiva de desenvolvimento que o indivíduo está; na segunda considera-se a indecisão de carreira decorrente de como o indivíduo produz o seu próprio desenvolvimento.

Em suas mais recentes formulações, Super (1980) definiu conceitos de *life span*, *life space* descrevendo que ao longo da vida a pessoa ocupa vários papéis em diferentes posições, definindo seu estilo de vida. Entre os papéis podemos citar o de pai, o de filho, de amigo, de trabalhador, etc. Cada um destes papéis tem inserções, comprometerimentos e evoluções diferentes de acordo com a etapa de vida em que o indivíduo se encontra. Sendo assim, é importante observar como estes diversos papéis, que conferem um significado, se organizam e interagem entre si, além da influência deles no papel de trabalhador.

Em meio a grandes mudanças que o mundo tem presenciado, Savickas e Cols (2009, p.241) afirmam que ao invés de falar em desenvolvimento de carreiras ou orientação profissional, devemos:

[...] imaginar 'trajetórias de vida', no qual indivíduos progressivamente vão projetar e construir sua própria vida, incluindo sua carreira de trabalho. Não só os adolescentes vão encontrar a grande questão: O que vou fazer da

minha vida? Esta questão está em questão para todos, como eles negociam uma série de importantes transições em suas vidas ocasionadas por mudanças na saúde, emprego e relacionamentos íntimos.

O que se observa atualmente é que o processo de desenvolvimento de uma carreira está centrado principalmente na maneira como as pessoas constroem suas vidas através do trabalho e os ajustamentos que fazem às mudanças que ocorrem no meio social, político, econômico em que elas estão inseridas (DUARTE, 2009). Desta forma, pode-se afirmar que o conceito de carreira profissional tem sido renovado e adaptado às transformações do contexto atual.

A definição de diretrizes para a formação e competências do orientador de carreiras é um tema constantemente discutido no cenário internacional, como afirmam Bardagi e Paradiso (2007) citando associações como a *National Career Development Association* (NCDA) e a *International Association for Educational and Vocational Guidance* (IAEVG). Apontam ainda que, no Brasil, a discussão de tais diretrizes tem sido realizada a partir de iniciativas isoladas e pontuais. Citam como exemplo publicações da Revista da Associação Brasileira de Orientadores Profissionais descrevendo que esta alinha-se aos esforços internacionais cooperando no sentido de “estabelecer diretrizes nacionais de formação do orientador de carreira e prestação de serviços em orientação e aconselhamento de carreira, guardadas as especificidades culturais e do sistema educacional brasileiro”.

Tais diretrizes revelam-se de suma importância uma vez que as transformações ocorridas no mundo do trabalho, principalmente neste século, afetam diretamente o orientador profissional em sua formação técnica e teórica.

2.2 Orientação profissional: conceitos e objetivos

O conceito de vocação tem sido confundido com profissão, considerado como explicativo de uma escolha. A vocação, segundo o Dicionário Aurélio (2009, p. 1786) pode ser: “1. Ato de chamar, 2. Escolha, chamamento, predestinação. 3. Tendência, disposição, pendor. 4. Talento, aptidão”. Estas definições dão o sentido de chamado inato, que a vocação é intrínseca a qualquer ser humano, como um “chamado”, uma

necessidade que deve ser satisfeita pela profissão escolhida (NASCIMENTO, 1995). O jovem deve ser sujeito da sua escolha.

Para Bock (2002, p.22) a orientação vocacional tinha inicialmente uma definição de cunho religioso, ligada ao cristianismo, do latim *vocatio*, significando chamado interior, ou seja, “um chamado divino que impõe uma missão para os indivíduos. A ordem social é determinada pela vontade de Deus e por isso não pode e nem deve ser questionada”

Bohoslavsky (1998, p.30) aponta que ao considerar a identidade ocupacional “como um momento de um processo submetido às mesmas leis e dificuldades que conduz à conquista da identidade pessoal”, desconsidera a ideia de vocação como sendo um chamado ou destino preestabelecido. O referido autor define identidade ocupacional como a autopercepção que o indivíduo tem, ao longo do tempo, em termos de papéis.

A identidade vocacional estaria determinada pelos conflitos inconscientes e sua possível elaboração pelo sujeito. Responde geralmente às seguintes questões: por que, para que e como uma pessoa chega a escolher determinada profissão? A identidade profissional está determinada pelos aspectos socioeconômicos e políticos de um país, isto é, pela ideologia que permeia todas estas relações. [...] Pode-se observar o quanto esta identidade está definida pelo social, pelas relações estabelecidas pelo jovem com pessoas importantes para ele, e este pode vir a reforçar ou negar as características básicas de sua identidade vocacional (SOARES, 2002, p.31)

Observa-se que atualmente os empregos dos conceitos se fundem, uma vez que as transformações econômicas e sociais exercem influência na escola, pois modificam todas as áreas da vida das pessoas. Aspectos como autoconhecimento e os mecanismos inconscientes do jovem são relevantes; devem, porém, ser levados em consideração também o mercado de trabalho e sua demanda. É necessária a articulação destes fatores, considerando a pessoa de forma integral.

Lisboa (2002) afirma que alguns autores utilizam a escolha profissional e vocacional com o mesmo sentido. Soares (2002) aponta que na França e em países de língua francesa o termo utilizado é *Orientation Professionnelle*; na Argentina é *Orientação Vocacional-Ocupacional* e nos Estados Unidos e países de língua inglesa *Vocacional Guidance* se refere ao trabalho do orientador e *occupation* a profissão. Soares (2000) salienta ainda que a confusão de sentidos no Brasil ocorre

em função das traduções dos livros e trabalhos na área, onde a nomenclatura encontrada é de acordo com o país em que foi publicado originalmente o trabalho.

Nesta pesquisa será utilizada a expressão orientação profissional, pois apesar da diferença semântica, cabe ao orientador trabalhar e aprofundar as duas dimensões (vocacional e profissional). Além disso, o conceito orientação profissional é muito utilizado no Brasil por autores que pesquisam sobre o tema.

Bohoslavsky (1998, p.1) descreve a orientação profissional como um campo composto por uma série de atividades dos cientistas sociais. “Portanto, constitui uma ampla gama de tarefas, que inclui o pedagógico e o psicológico, em nível de diagnóstico, de investigação, de prevenção e a solução da problemática ocupacional.”

A orientação profissional possibilita refletir sobre o projeto profissional. É um processo, segundo Muller (1988) que objetiva levar o orientando a conhecer-se, conhecer a realidade e tomar decisões com mais autonomia, sem desconsiderar suas próprias determinações psíquicas e as circunstâncias sociais. Não é um processo mágico e sim uma evolução pela qual passa o orientando, acompanhado de seu orientador.

O trabalho de orientação profissional não se resume apenas a descoberta de uma profissão. É um processo em que devem ser trabalhados os conflitos, estereótipos e preconceitos que surgem a fim de superá-los; onde o autoconhecimento surge na relação com o outro e não como uma tarefa reflexiva isolada. Pode ser definido, também, como um trabalho para a promoção da saúde uma vez que é por meio dela que se criam condições para que os indivíduos se conheçam melhor, percebam suas identificações e singularidades, analisem suas determinações e tenham melhores condições de organizar seus projetos de vida, para fazer escolhas profissionais oportunas (BOCK; AGUIAR, 1995).

Autores como Muller (1988) e Lucchiari (1993) colocam que a orientação profissional auxilia o jovem a compreender seus aspectos familiares, pessoais e sociais e desta forma ele terá mais condições de definir qual a melhor escolha. Refletir sobre esta escolha envolve dificuldades e angústias, mas também alegrias, uma vez que a pessoa assume a responsabilidade por si. Significa imaginar-se no futuro cumprindo um papel social e ocupacional.

Costa (2007) ainda contesta que o papel da orientação profissional não deve ser o de direcionar o indivíduo a realizar apenas escolhas profissionais de cursos de

nível superior ou para aqueles que a sociedade acredita serem financeiramente gratificantes.

Conforme analisa Almeida e Pinho (2008) a orientação profissional deve possibilitar que o jovem reconheça os fatores que influenciam em sua escolha e que estão relacionados ao ambiente em que ele se desenvolveu: família, escola, meio social, econômico, religião e questões psicológicas. Lisboa (2002) inclui que a orientação profissional deve preparar o indivíduo para lidar com as permanentes transformações sociais. É um agente que facilita trocas significativas entre o indivíduo e o ambiente em que ele está inserido, objetivando ampliar as possibilidades de realização do seu projeto de vida sem desconsiderar as limitações que a realidade impõe (BASTOS, 2002).

Bohoslavsky (1998) e Moreira (2001) ressaltam que a competência não é exclusividade do psicólogo e sim um trabalho em equipe que inclui o pedagogo, o sociólogo, o professor secundário etc.

Seja qual for o profissional, a orientação realizada, deve despertar o interesse do jovem na identificação das próprias características; apresentar-lhe as futuras carreiras; levá-lo a questionar suas atitudes, histórias e crenças pessoais adquiridas até então (SILVA; SOARES, 2001).

Menck (2008, p.9) descreve que, de acordo com A Conferência sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina (março de 1962):

Para que a educação contribua eficazmente ao progresso cultural, tecnológico e social, a Conferência cita algumas recomendações, que devem se adequar às peculiaridades e possibilidades de cada país: A orientação vocacional: deveriam ser exploradas, estimuladas e desenvolvidas as aptidões de cada criança, sobre as quais deverão assentar-se a futura formação especializada; Que a escola procure dar à criança conhecimento acerca de diferentes atividades produtivas mediante contatos diretos ou indiretos com profissões e ofícios, visitas a fábricas, a explorações agrícolas e outras formas consideradas adequadas para que o aluno possa apreciar as condições do trabalho e o que este oferece para a melhoria de vida.

A Orientação é dividida por Bohoslavsky (1998) em duas modalidades distintas: a estatística e a clínica. A modalidade estatística é quantitativa e o principal instrumento para conhecer as aptidões e interesses do cliente são os testes, cujo resultado resume ao jovem o que lhe convém fazer, predizendo, assim, que a realidade sociocultural não muda.

Na modalidade clínica a entrevista é o instrumento fundamental, o adolescente tem um papel ativo e “a escolha de uma carreira e um trabalho pode ser auxiliada se o jovem conseguir assumir a situação que enfrenta e, ao compreendê-la, chegar a uma decisão pessoal responsável” (BOHOSLAVSKY, 1998, p.3).

Na metodologia de trabalho desenvolvida por Bohoslavsky (1998) há o emprego de entrevistas, diversos testes e informações das profissões. Já Torres (2001) *apud* Torres (2002, p.81) sinaliza que sua experiência clínica possibilitou o desenvolvimento de uma metodologia própria baseada “em quatro recursos técnicos: entrevistas abertas, elaboração de uma hipótese diagnóstica, elaboração de um prognóstico e informação ocupacional”. A utilização destes recursos variam de acordo com a formação do orientador e seus objetivos específicos (DIAS,1995).

Crites (1974), ao descrever as teorias que abordam as escolhas profissionais, propõe duas classificações: as Teorias Não-Psicológicas e as Teorias Psicológicas.

As Teorias Não-Psicológicas, conforme caracteriza Crites (1974), são as que atribuem a fatores externos os fenômenos da escolha realizada pelo indivíduo, isentando-o de um papel ativo.

As Teorias Psicológicas relacionam-se a um enfoque clínico da Orientação Profissional, concentram-se no sujeito e analisam os determinantes internos de escolha do indivíduo. Essas teorias atribuem ao indivíduo um papel ativo, considerando que as escolhas ocorrem em consonância com as características dele e apenas indiretamente no contexto em que ele está inserido.

As Teorias Psicológicas têm sido objeto de estudo de vários pesquisadores; podemos destacar as principais:

- Teoria do Traço e Fator.

Tendo Parsons como um dos maiores expoentes. É a mais antiga e concebe pessoas e ocupações com características próprias, possibilitando uma compatibilidade ideal entre ambas através de habilidades das pessoas versus profissões (FERRETTI, 1982).

- Teorias Desenvolvimentistas.

Dentre os autores deste enfoque, estão Super, seu principal representante, que concebe a ideia de que o desenvolvimento ocupacional vai da infância à velhice (DUARTE, 2009). Ou seja, a vocação do indivíduo é um processo desenvolvido ao longo do tempo, que inicia no seu nascimento e dura por toda a vida.

Além desta dimensão longitudinal (perspectiva *life-span*), Super insere a dimensão latitudinal (perspectiva *life-space*) ao descrever os diferentes papéis que o indivíduo exerce e sua interação com os mesmos (DUARTE, 2009).

Na teoria desenvolvimentista destacam-se ainda outros estudiosos como Ginzberg, que considera a escolha profissional como o resultado de uma compatibilização entre as características pessoais e as oportunidades ocupacionais (FERRETTI, 1982) e Pelletier, Noiseaux e Bujold (1982) que enfatizam a maturidade da escolha como o resultado de tarefas desempenhadas ao longo de várias etapas.

- Teorias Psicodinâmicas

Desenvolvidas a partir da década de 1960, explicam as escolhas baseadas em características de personalidade, sendo uma delas a psicanálise, que relaciona as escolhas a vários estágios do desenvolvimento infantil, inclusive aos conflitos e frustrações (FERRETTI, 1982). O indivíduo tem um papel ativo em suas escolhas e cabe ao orientador auxiliá-lo no processo decisório, mas não defini-lo. Bohoslavsky é o principal representante desta teoria.

- Teorias Decisionais

Surgiram a partir da década de 80 e estruturam-se na capacidade do sujeito em organizar racionalmente as questões que envolvem suas escolhas, dando ênfase aos aspectos sóciocognitivos. Para Gellat, um dos estudiosos desta Teoria, a decisão é resultado de uma análise minuciosa dos elementos que interferem no processo, incluindo informações que o sujeito adquiriu, a avaliação de suas possibilidades e as conseqüências de tomar determinadas decisões (FERRETTI, 1982).

Outras referências em teorias vocacionais são apontadas por Silva (1995): as Teorias Sociológicas e as Teorias Econômicas. As Teorias Sociológicas focalizam os determinantes estruturais e culturais, como a nacionalidade, família, oportunidades educacionais e culturais, etc. em detrimento das características dos indivíduos. Já as Teorias Econômicas discutem a escolha baseada nas vantagens econômicas que uma profissão pode trazer: melhores salários, relação entre oferta e procura etc.

Bock e Bock (2005), ao enfatizarem a importância da abordagem Sócio-Histórica na escolha da profissão, criticam os pressupostos das teorias tradicionais do campo da Orientação Profissional. Consideram que estas teorias, ao relacionarem características da personalidade e das ocupações, objetivando apontar o perfil profissional ideal que mais se adapta ao indivíduo, afirmam que tolhem a

liberdade de escolha do sujeito, ao mesmo tempo em que afirmam que, em nossa sociedade, não há igualdades de oportunidades.

A construção do Modelo Sócio-Histórico tem base marxista e perspectiva dialética. O homem aqui é um ser social e histórico. Este modelo salienta que a escolha de um indivíduo se dá a partir de um contexto social, político e económico, dentro de um espaço e tempo, historicamente construídos. O homem, à medida que se insere ativamente no meio social, apropria-se destes elementos, construindo sua singularidade, subjetividade e individualidade, porém inteiramente social. Uma vez que, na interação com o mundo, o homem transforma este mundo e a si mesmo, a Abordagem Sócio-Histórica traz a concepção de que quando o sujeito se transforma, modifica-se também a noção de sujeito que escolhe. Não há capacidades inatas que permitam ou impeçam do sujeito de realizar algo (BOCK; BOCK, 2005).

O trabalho de Orientação Profissional na Abordagem Sócio-Histórica fundamenta-se na apropriação das determinações sociais, de todos os elementos internalizados e individualizados que configuram no sujeito os aspectos que permitem compreender e empreender a escolha (BOCK; BOCK, 2005).

Independente da abordagem a ser trabalhada em Orientação Profissional, esta pode ser desenvolvida em grupo ou individualmente (LEVENFUS, 2002). O trabalho em grupo, para Lucchiari (1993), tem alcançado melhores resultados uma vez que o adolescente gosta de conviver em grupos, aos pares, onde ele possa expressar seus conflitos e inseguranças deste momento. Cada participante funciona como facilitador uma vez que, ao identificar-se, possibilita o entendimento do outro. Isto estimula a troca de experiências, a vivência do outro, a autonomia do grupo.

2.3 As influências sobre a escolha profissional

No mundo em que vivemos, estamos a todo o momento realizando escolhas: de objetos, de alimentos, de lugares onde desejamos ir, de pessoas com as quais queremos ou não conviver, da continuação dos estudos etc. Ela é uma prática no nosso dia-a-dia, porém, as escolhas são circunstanciais. São feitas sempre em função do momento, da história de vida de cada pessoa, das influências familiares e sociais, das condições em que ela está inserida.

A escolha de uma profissão deve ser realizada com cautela. Segundo Ungricht (1966, p.39) “uma escolha anárquica ou inadequada, da profissão, constitui grande empecilho para um aproveitamento extensivo da matéria-prima – trabalho”.

O processo de escolha profissional é baseado na realidade do adolescente, nas suas experiências dentro do seu próprio processo de desenvolvimento e nas relações que ele estabelece com o meio. Mesmo sendo a escolha caracterizada como um processo individual, ela decorre das relações entre os determinantes estruturais e motivações subjetivas do sujeito (ROSSI, 1999).

A escolha do indivíduo é limitada por vários objetivos que vão desde as expectativas da família, até aquilo que é mais viável dentro da realidade que ele está inserido, sendo muitas vezes, contraditório aos seus próprios desejos e possibilidades (LISBOA, 2002).

Autores como Lehman (1995), Levenfus e Nunes (2002) e Almeida e Pinho (2008) afirmam que a escolha não depende de uma única variável. Ao contrário, ela é multi e sobre determinada. Vários fatores influenciam o sujeito e vai depender do tipo de vínculo estabelecido com os mesmos, como também a maneira como ele percebe tais influências transmitidas pela família, escola, amigos, fatores políticos e religiosos, valores, crenças e pelos meios de comunicação em massa.

É importante identificar os determinantes que interferem neste momento, uma vez que a liberdade de escolha passa pela conscientização dos fatores que a determinam (SOARES, 2002), podendo o indivíduo assim, utilizá-la de maneira construtiva e positiva de acordo com seus desejos e valores (LEVENFUS; NUNES, 2002).

Soares (2002) divide em vários fatores os determinantes nas escolhas profissionais e salienta que tal divisão é para fins didáticos uma vez que os mesmos atuam simultaneamente, a saber: fatores políticos, econômicos, sociais, educacionais, familiares e psicológicos. Este último refere-se aos traços de personalidade, habilidades, valores e maturidade para realizar uma escolha.

Os fatores políticos dizem respeito à política governamental e seu posicionamento frente à educação, em especial, no ensino médio, profissionalizante e na universidade. A educação é associada ao capital, sendo considerada um bem de investimento, visando em primeiro lugar o lucro (SOARES, 2002).

Os fatores econômicos estão atrelados ao sistema capitalista e dizem respeito ao mercado de trabalho, à globalização, à empregabilidade, à informatização das profissões, ao desemprego (SOARES, 2002).

Não se pode negar as análises que sugerem que os determinismos sócio-econômicos interiorizados sob a forma de *habitus* de classe [...] os indivíduos de "classes menos favorecidas" encontram realmente dificuldades, obstáculos mais expressivos quanto à realização da aspiração profissional que os de "classe alta", sendo que a gratificação obtida através da futura profissão ocorre de maneira desigual entre as classes sociais. (ROSSI, 1999, p.180)

Atualmente ter apenas um diploma de graduação não é prerrogativa para estar seguro no mercado de trabalho. Segundo Prado Filho (1993) há no Brasil um grande distanciamento entre escola, formação profissional e as necessidades do mercado de trabalho.

Soares (2002) observa que há muitos universitários trabalhando de dia para custear seu curso à noite uma vez que seus pais não têm condições de arcar com seus estudos. E de acordo com o contexto regional em que o adolescente está inserido, ele acaba escolhendo cursos que estejam disponíveis para no horário noturno, e que nem sempre correspondem ao seu interesse ou gosto pelo mesmo.

Soares-Lucchiari (1993) relata que ao mesmo tempo que o ambiente obriga o jovem a tomar uma decisão quanto ao seu futuro, este mesmo ambiente é fator impeditivo para que o jovem coloque em prática seus projetos.

A escolha por uma universidade federal ou estadual, ou aquelas com pagamentos facilitados representam também uma interferência na escolha (LEVENFUS; NUNES, 2002). Os fatores econômicos estão presentes, também, na escolha de profissões tidas como rentáveis, principalmente as tradicionais como a Medicina ou o Direito.

Lisboa (2002) relata que em concurso o indivíduo que tiver maior qualificação é escolhido para ocupar a vaga disponível, mesmo que o nível de conhecimento exigido não seja uma necessidade objetiva à função. Defende ainda a ideia que a crescente precariedade do mercado de trabalho advém de três fatores: as mudanças na estrutura da economia; a ausência de crescimento sustentado e a não expansão do emprego público. "[...] não basta o governo gastar em programas de requalificação se a política econômica impede o crescimento da economia, bloqueia

ou dificulta o desenvolvimento de tecnologia nacional e impede a criação de novos postos de trabalho” (SCHWARTZ, 2000, p. 26).

Os fatores educacionais estão ligados ao sistema de ensino brasileiro, que vivencia há décadas uma crise; à falta de investimento público na educação (instalações físicas inapropriadas, professores mal remunerados, recursos humanos sem especialização, ausência ou precariedade de equipamentos ou laboratórios); à necessidade, e os prejuízos, do vestibular (SOARES, 2002).

O ensino brasileiro assemelha-se a uma pirâmide onde na base está o ensino fundamental e no topo a universidade e nesta só chega quem tem poder aquisitivo para custear-se até a formatura. O ingresso ensino superior está condicionado ao vestibular para medir o conhecimento do candidato (SOARES, 2002).

Lassance e Sparta (2003), ao estudarem a postura do jovem frente à Orientação Profissional, descrevem que o mesmo, ao fazer suas escolhas, busca um curso que lhe garanta mais tarde um emprego estável e bem remunerado. As autoras alertam que tais características de emprego já não existem mais na nova sociedade pós-industrial. Sendo assim, a partir deste cenário, elas questionam sobre o papel que o orientador profissional deve assumir, indagando:

É ratificar estas crenças do jovem de classe média e unicamente orientá-lo para a escolha de um curso superior, assumindo o papel de reprodutor social? Ou é orientar este jovem para que possa avaliar criticamente a sociedade contemporânea e assumir uma postura ética de comprometimento social, tornando-se um agente de mudança? A Orientação Profissional tem um importante papel na construção da sociedade pós-industrial e, neste sentido, a postura ideológica por ela assumida terá consequências no desenvolvimento social futuro. (LASSANCE; SPARTA, 2003, p.17)

Muitas escolhas também são feitas por cursos menos concorridos, mesmo tendo pouco conhecimento sobre o mesmo, pela facilidade do aluno ingressar na universidade (LASSANCE et al, 1993 *apud* LEVENFUS; NUNES, 2002), evidenciando o medo do fracasso.

A necessidade, muitas vezes prematura, de optar por um curso em virtude da pressão para as inscrições explica o fenômeno de evasão dos cursos universitários, cujos índices são altos. Silva Filho *et al* (2007, p.655), apontam que:

Entre 2001 e 2005, de acordo com cálculos feitos com base em dados do Inep, a taxa anual média de evasão no ensino superior brasileiro foi de 22%, com pouca oscilação, mas mostrando tendência de crescimento. A evasão

anual é maior nas IES privadas, cuja taxa média no período foi de 26% contra 12% das IES públicas. Entre as públicas, as municipais respondem pela maior taxa de evasão anual, enquanto as comunitárias e confessionais mostram uma taxa maior que as particulares, entre as privadas.

Até 1971, segundo Soares (2002), as provas para o ingresso no ensino superior eram elaboradas pela faculdade de acordo com suas próprias características. Se um aluno queria estudar arquitetura deveria demonstrar conhecimentos específicos em geometria, desenho, história da arte etc. De 1971 até os dias atuais, de acordo com a referida autora, o vestibular é unificado. Os candidatos realizam uma prova, onde consta uma redação e questões objetivas de múltipla escolha, independente do curso escolhido.

Pinho (2001) refere-se ao vestibular como um processo igual para todos no que tange às provas; a desigualdade reflete-se na preparação e no nível de exigência de alguns cursos que atraem candidatos melhor preparados ou pelo fato da universidade ser pública ou privada.

O vestibular desencadeia angústias, conflitos no aluno e os cursinhos são grandes empresas que visam prepará-lo para ingressar na faculdade (LUCCHIARI, 1993; SOARES, 2002). Os pais têm grandes expectativas que o filho ingresse, mesmo sabendo da limitação de vagas em relação ao número de inscritos.

Mesmo que o vestibular seja uma barreira rígida, a dificuldade maior não é apenas ingressar em uma faculdade, mas sim, passar numa faculdade pública (WHITAKER, 1997). “No entanto o número de vagas nas universidades públicas tem-se mantido quase o mesmo há várias décadas, embora a demanda tenha ultrapassado o dobro” (SOARES, 2002, p.69).

Mas há também aqueles que não conseguem ultrapassar a barreira do vestibular, o que desencadeia muitas vezes inimizade entre os vestibulandos e seus pais, uma vez que na fantasia destes, o vestibular está presente na família desde que seus filhos eram pequenos (SOARES, 2002). O adolescente passa a sentir derrotado e culpado pelos atritos e conflitos que surgem na família ante a sua reprovação no vestibular (LUCCHIARI, 1993), já que a entrada na universidade é a representação social do mundo adulto (SEMENSATO, 2009).

Observa-se uma alienação do jovem e dos pais ante o vestibular, no entanto, o verdadeiro problema não é deles, já que se trata de uma estrutura social que não está organizada para receber os jovens ao final do Ensino Médio. Mais do que um

ritual de passagem, o vestibular pode desencadear para aqueles alunos excedentes uma diminuição da auto-estima, sentimentos de fracasso e vergonha, dinheiro perdido. (LUCCHIARI, 1993; LEVENFUS, 1997, 2002).

Observa-se, como descreve Silva Filho *et al* (2007, p.655), uma correlação negativa entre os índices de evasão e a demanda por curso, portanto “há necessidade de realizar estudos sistemáticos com vistas a reduzir as taxas de evasão e evitar os desperdícios, tanto do ponto de vista social quanto do financeiro”. Os fatores sociais, de acordo com Soares (2002), são reflexos da sociedade em que o adolescente está inserido, mais especificamente, a sua classe social, com suas oportunidades de formação profissional e emprego. “A escolha profissional interfere com o estilo de vida do jovem que escolhe e permeia tanto sua possibilidade de satisfação laboral como a de satisfação pessoal” (BARRETO, 2000, *apud* BARRETO; AIELLO-VAISBERG, 2007, p.109).

Pessini *et al* (2008, p.133) focalizam a influência dos fatores sociais na “busca da ascensão social através do estudo, a influência da sociedade na família e os efeitos da globalização na cultura e na família”.

As mudanças na nova ‘ordem’ do trabalho estão afetando diretamente as pessoas, determinando suas ações (LISBOA, 2002). “[...] a mudança tecnológica continuará cada vez mais acelerada [...] O espaço deixa de ser necessário para a realização de atividades grupais [...] Não é mais necessária a presença física para se fazerem reuniões” (ZACARELLI; TEIXEIRA, 2008, p.7).

Ungricht (1966, p.60) encontra correlação entre a escolha da profissão, classe social e capitalismo ao descrever que

[...] pela escolha da profissão é delimitado o número de cidadãos que integra cada classe de uma nação. Os seus dirigentes não podem, por isso, olhar com indiferença esta escolha, uma vez que cada classe tem sua atitude própria para com o governo, com as conseqüências resultantes dela. Aqueles que pertencem à classe capitalista dependem antes da fortuna herdada, que da profissão escolhida.

Para os indivíduos de menor poder aquisitivo, o ensino superior pode representar a possibilidade de um mercado de trabalho melhor. Já nos sujeitos de classe econômica alta há uma preocupação em manter o status social da família, o que leva muitos deles a optarem por profissões que possam manter tal padrão (MAFFEI, 2008). A escolha por profissões que tem uma imagem social elevada, como medicina ou direito é um exemplo disso. No entanto, o verdadeiro status e o

papel desempenhado por estes profissionais é pouco difundido (SOARES, 2002). São pontos de vista que não se baseiam em reflexões sensatas.

Até mesmo a Orientação Profissional, como um instrumento para auxiliar os adolescentes a escolher sua profissão, é oferecida, na maioria das vezes, para aqueles indivíduos pertencentes as classes média e alta:

A escolha por um trabalho, em princípio, tem toda uma relação com a postura do indivíduo no meio social, havendo espaço para que ele se coloque, enquanto seu fazer, de acordo com os princípios que podem ser construtores ou destruidores do que se entende por bem comum: não só no âmbito material, mas, muito além, dos valores que constroem as relações verdadeiramente humanas, de um compromisso ético. (LISBOA, 2002, p.44)

Poderemos refletir também sobre os princípios destruidores citados. Numa sociedade capitalista, que valoriza o ter em detrimento do ser, a escolha da profissão é muitas vezes fundamentada no retorno financeiro que esta pode trazer, deixando de lado a realização e satisfação profissional. O contexto social exerce grande influência em relação aos sistemas de gratificação (BOHOSLAVSKY, 1998). Há ainda uma tendência do jovem a imaginar uma profissão perfeita, que atenderá a todos seus desejos.

No entanto, Zaccarelli e Teixeira (2008) ressaltam que na era da informação, o trabalho deixa de ser percebido apenas como acúmulo de riquezas ou satisfação das necessidades básicas do indivíduo e passa a ser visto como meio de autodesenvolvimento pessoal e profissional.

Mesmo com este panorama, Barreto e Aiello-Vaisberg (2007, p.113) atentam para o fato que o mercado de trabalho é repleto de dúvidas. As narrativas religiosas ou políticas são repletas de incertezas, assim “os indivíduos não contam, em nenhuma área, com prescrições bem definidas acerca do que é melhor: adaptar-se ao *modus vivendi* estabelecido, transformá-lo ou propor novos projetos para o mundo”.

Dentre os fatores sociais, é importante pontuar, também, os valores culturais como influência nos jovens no momento da escolha. Muitos buscam na universidade a possibilidade de aprofundar seus conhecimentos, ou soluções para problemas sociais, como a escolarização dos *sem-terra*. Os problemas raciais também podem estar presentes uma vez que são poucos os negros que chegam ao ensino superior

no sul do país, denotando, assim, uma passividade dos mesmos, aceitando as injustiças cometidas pela sua cor (SOARES, 2002).

O sistema de valores, como assinala Bohoslavsky (1998), predominante em uma determinada sociedade, influencia no destino das pessoas inclusive na orientação vocacional. Basta pensar, de acordo com este autor, numa estrutura de castas onde o futuro dos filhos é determinando segundo a posição social de seus pais.

O grupo de amigos, um fenômeno social contextualizado conforme a cultura local, também é apontado como uma influência na escolha do jovem, desempenhando papel importante. Mesmo havendo poucos estudos e referências sobre este assunto, é possível encontrar na literatura o reconhecimento desta influência, uma vez que os grupos são fontes de apoio emocional e social. Aberastury e Knobel (1988) confirmam isto ao descrever que na adolescência a tendência grupal é uma forte característica e muitas vezes estes jovens dão mais importância ao grupo do que a família.

Outro fator que exerce grande influência é a família. A escolha profissional era mais fácil até algumas décadas, uma vez que a maioria dos pais determinava a carreira dos filhos. Até o período industrial os adolescentes recebiam dos pais as profissões que exerceriam (MAFFEI, 2008).

Hoje tal determinismo não aparece de forma tão evidente, mas a família exerce ainda grande influência. Mesmo quando ela não determina diretamente, sua posição socioeconômica influencia no sentido que oferece, ou não, possibilidades educacionais aos jovens (LEVENFUS, 2002). O jovem, ao escolher uma profissão, não percebe as influências que recebe do meio familiar. Há sempre uma forma de influência da família. As representações que elas têm das profissões, por exemplo, são transmitidas por ela seja abertamente ou pressionando o jovem de forma velada ou sutil e manipuladora (ALMEIDA; PINHO, 2008).

Seja qual for a maneira que a família utiliza, há unanimidade entre jovens em apontar os pais como o fator que mais influenciam em suas escolhas. Os jovens respondem a um conjunto de significações e ideais socioculturais transmitidos pela família (LEVENFUS, 2002). Os valores deste grupo desempenham uma significativa referência, por isso os vínculos entre os familiares devem ter como finalidade a ajuda e o apoio ao jovem, nunca a pressão para uma escolha (BOHOSLAVSKY, 1998; MOREIRA, 2001)

Desde antes do nascimento, a criança é o depositário de sonhos e projetos dos pais, que ela deverá (ou não) cumprir (ALMEIDA; PINHO, 2008). Ela já tem seu lugar social definido. “Tais projeções dos pais variam de acordo com a ordem de nascimento do filho, o momento do casal, a história da família” (LEVENFUS, 2002, p.70).

A influência dos pais não se resume apenas em enumerar as profissões. Muitos expressam o desejo dos filhos trabalharem em grandes empresas, como as multinacionais, além do desejo que eles desfrutem de estabilidade (LEVENFUS, 2002).

A influência da família nas aspirações vocacionais dos jovens pode fazer-se sentir, quer seja através dos conceitos familiares sobre os valores, as regras e limites, crenças, tradições e mitos, quer na quantidade e qualidade da informação fornecida sobre as profissões e o mundo do trabalho. A dimensão relacional do contexto familiar assume também um papel fundamental no processo de desenvolvimento vocacional, ao condicionar de forma significativa a exploração da relação do jovem consigo próprio e com os vários contextos da sua vida, e, desse modo, as oportunidades que se lhe oferecem. (POCINHO *et al*, 2010, p.203).

Santos (2005, p.58) coloca que é essencial que o adolescente conheça quais são “os projetos dos pais, o processo de identificação e o sentimento de pertencimento à família, o valor dado às profissões pelo grupo, assim como a maneira como o jovem utiliza e elabora os dados familiares.”

A maioria dos conflitos na hora da escolha são desencadeados pela falta de compreensão e apoio dos pais diante das inquietações do adolescente. Muitos pais sentem-se donos dos filhos e esperam deles a satisfação direta e plena de seus próprios desejos. Esperam por parte do adolescente uma aceitação passiva ante os projetos pré-determinados por estes e ficam surpresos quando os filhos resistem, não aceitam ou têm dúvidas (ROSSI, 1999). Alguns pais projetam nos filhos os sonhos que eles mesmos não conseguiram realizar, delegando aos filhos esta missão.

Whitaker (1997), na mesma direção, descreve que tanto a valorização como a desvalorização, mesmo que sutil, de certas profissões, está presente no discurso familiar que, ao explicar para os filhos as profissões, relacionam vocação com um ‘chamado místico’.

Rossi (1999) descreve três posições que as famílias adotam e que tem grande influência na decisão do adolescente. A primeira posição do grupo familiar é

a pressão para que o filho realize os projetos dos pais. A segunda é uma postura de indiferença ante ao futuro profissional do filho, o que pode resultar numa escolha baseada em identificações distorcidas pela falta de um espaço de discussão sobre suas dúvidas dentro da família. A terceira posição, inspirada por Nobel (1995, *apud* ROSSI, 1999) seria a mais indicada que seria a tríade orientação, apoio e afeto.

A profissão dos pais e familiares e a forma como estes vivenciam suas ocupações, de maneira positiva ou negativa, torna-se uma referência influente na decisão do jovem, como afirmam Rossi (1999), Soares (2002), Almeida e Pinho (2008).

É importante que o jovem reconheça as influências que recebe, tanto as familiares como de outras estruturas, para colaborar com a elaboração de um projeto de carreira, uma vez que ele poderá adequar tais influências de maneira construtiva aos seus próprios desejos e valores (ANDRADE, 1997, *apud* ALMEIDA; PINHO, 2008).

É no convívio com a família que se formam valores, conceitos, aspectos que influenciam significativamente no projeto de carreira. Pais que reclamam do trabalho que executam, associando-o a uma atividade desgastante, rotineira, não podem esperar que seus filhos se entusiasmem com suas carreiras, mesmo que o discurso destes pais seja, no momento de direcionar uma carreira, motivador. É importante, para uma escolha ocupacional consciente, que o jovem perceba as influências recebidas para utilizá-la de forma construtiva e positiva, adequando aos seus próprios desejos e valores (LEVENFUS, 1997).

O adolescente, ao invés de fazer uma escolha autônoma, pode fazer uma escolha através da reparação, que o defenda de um conflito familiar interno (ROSSI, 1999). Nessa perspectiva, Rossi (1999) destaca a importância da participação dos pais na entrevista inicial e final do processo de Orientação profissional, a fim de que o orientador tenha uma visão mais ampla da dinâmica familiar em que o jovem está inserido.

Os pais podem orientar os filhos na escolha de suas carreiras, contribuindo no processo de pesquisa e exploração das profissões e do mercado de trabalho, porém respeitando seus limites individuais e não influenciando em suas escolhas.

2.3.1 Influência Ocultas

Além dos fatores já descritos neste trabalho, há outros subjacentes; mesmo apresentando-se de maneira oculta, sua importância não deve ser negligenciada, uma vez que direcionam o jovem no momento da escolha profissional.

Whitaker (1999) destaca como fatores ocultos a visão romântica da profissão, ilusões de mercado de trabalho, falsas avaliações e o sexismo das profissões. A visão romântica da profissão diz respeito a uma idealização da mesma em função de fatores econômicos, sociais e políticos ou reflexos, algumas vezes por modismos da sociedade. É preciso que o jovem tenha consciência que sua escolha não está atrelada à representação do papel profissional.

Outro fator são as ilusões do mercado de trabalho. Muitas escolhas, segundo Whitaker (1999), são pelas “profissões da moda”, sem uma real avaliação sobre o que faz o profissional desta ocupação e como estará o mercado de trabalho, que é dinâmico e flexível, para esta profissão daqui a cinco anos, em média, quando o estudante concluir o curso.

As falsas avaliações, ainda de acordo com Whitaker (1999), dizem respeito a optar por uma profissão porque se gosta de determinada disciplina relacionada a determinada ocupação. É o aluno, por exemplo, que gosta muito de matemática, então escolhe engenharia. Ou então, deixa de escolher alguma profissão, sem ao menos conhecer suas tarefas, porque não gosta de alguma matéria. Gostar (ou não) de uma disciplina pode estar relacionada ao professor da mesma e sua forma de ensinar aquele conteúdo. Sobre isso Ungrich (1966, p.79) afirma que “[...] por motivos sentimentais, é para muitos vedado o acesso a um campo de ação em que suas habilidades teriam desenvolvimento pleno”.

Outra falsa associação que esta mesma autora enfatiza é a relação entre profissão e características de personalidade, como por exemplo, o menino que gosta de escrever longas cartas, portanto, deve ser escritor. Parece caricatura, mas na verdade são preconceitos e estereótipos sobre certas profissões. Whitaker (1999) sublinha que escolhas desta forma podem algumas vezes funcionar, mas não devem ser regra geral.

A escolha da profissão segundo o gênero é outro fator influente. Whitaker (1999, p.57) afirma que “há profissões masculinas e profissões femininas, o que pouco tem a ver como o conteúdo da profissão, e se explica muito mais em função

de papéis sociais representados por homens e mulheres na sociedade tradicional”. O mercado de trabalho atribui características como acomodação, cuidados e expressão de afeto à ocupações femininas (LEVENFUS, 1997).

O jovem sofre influências sobre as quais na maioria das vezes, não tem consciência. As motivações inconscientes como desejo de vingança, vaidade, culpa, afetividade positiva ou negativa sobre determinada profissão também influenciam na escolha (UNGRICHT, 1966).

Uma escolha ajustada e organizada deve ter o conhecimento de si, do mundo subjetivo do jovem e de uma observação cuidadosa dos fatores citados anteriormente (SEMENSATO, 2009).

2.4 O PAPEL DO ORIENTADOR

Na visão de Lassance e Sparta (2003) para que a orientação profissional seja um agente de mudança social, é preciso que o orientador tenha, inicialmente, uma boa formação teórica como também estar atento às mudanças atuais do mercado de trabalho e as incertezas advindas deste panorama (JENSCHKE, 2001; LISBOA, 2000, 2002 *apud* LASSANCE; SPARTA, 2003). Por fim, é imprescindível que o orientador aceite o caráter ideológico e político da sua profissão além do compromisso social (LASSANCE, 1997; LUNA, 1997; LISBOA, 2000, 2002; LASSANCE; SPARTA, 2003).

Lehman (1995, p. 242) aponta que:

[...] o orientador profissional terá que contribuir para que o orientando assente na sua identidade profissional, o contexto educacional, histórico-social e os fatores ideológicos subjacentes a estes. [...] é fundamentalmente esclarecer situações, conscientizar e vincular a problemática do adolescente, frente à escolha de seu futuro, com o contexto histórico e as situações locais onde a escolha se dá.

O orientador, de acordo com Dias (2005, p. 73) “propicia experiências e identifica elementos que convidam o orientando a refletir sobre seu percurso em direção a um futuro”. Outro autor que faz uma afirmação neste mesmo sentido é PESSINI *et al* (2008, p.135):

O psicólogo [...] ajuda o adolescente a se aproximar da realidade, de forma paulatina e metódica, assessorando-o na elaboração de um quadro de referência sobre bases objetivas, pondo ordem em seus conhecimentos, promovendo a destruição de velhos esquemas estereotipados e distorcidos

sobre as profissões, ajudando-o valorizar suas experiências anteriores, para que possa utilizá-las na construção de novos modelos ou padrões para o futuro, diminuindo as dúvidas que o adolescente possui. Sua tarefa se relacionará, fundamentalmente, com a vinculação entre experiência e conhecimentos que ainda não possui, a discriminação entre a fantasia e a realidade.

O papel do orientador é de facilitador (SOARES, 2002; DIAS, 2005).

Lucchiari (1993) explica que facilitar a escolha do jovem é auxiliá-lo a compreender sua realidade, refletindo sobre as dificuldades e possibilidades do mundo do trabalho. Esta autora acrescenta, também, que o orientador deve coordenar o processo e que coordenar não é orientar, uma vez que o orientando não conhece o melhor caminho. Por isso ela coloca facilitar como a definição mais apropriada deste momento, para que o próprio jovem descubra quais caminhos pode seguir. Pimenta (1981) salienta a importância de promover no orientando a sua liberdade em decidir, conscientizando-o das influências que são exercidas sobre ele.

Seja qual for o profissional responsável em desenvolver programas para orientar o adolescente na sua escolha profissional, não cabe a nenhum deles determinar a profissão futura e, sim, propiciar ao adolescente a aprendizagem da escolha com mais segurança e menos angústia. É importante analisar as relações que o adolescente estabelece e que são carregadas de afetividade, como família, amigos, uma vez que os valores destes grupos influenciam significativamente na orientação do adolescente (MOREIRA, 2001).

2.5 A orientação profissional na contemporaneidade

E o futuro não é mais como era antigamente.

(Renato Russo - Índios)

A expressão contemporaneidade tem sido citada constantemente por vários pesquisadores em seus discursos, indicando as transformações ocorridas no cenário atual. Definir o termo contemporaneidade em poucas linhas é difícil uma vez que seu significado é complexo, o que dificulta encontrar um conceito que seja suficiente para descrever tal vocábulo.

Dentre as reflexões dos vários autores que buscam descrever o conceito de contemporaneidade, citaremos aqui Baumann (2001) que a caracteriza como uma alteração profunda nas relações tempo-espço, marcada pela instantaneidade, onde o homem, com o auxílio da tecnologia, pode se mover pelo mundo sem sair do lugar. Tal mudança reflete nos valores, tornando-os fluídos e contingentes, não havendo terrenos sólidos, demonstrando assim que os referenciais que tínhamos até metade do século XX já não são suficientes para compreendermos o tempo atual. Sennet (2001) também buscou delimitar as características do que é o contemporâneo, atentando para o fato que a noção do tempo, e suas ações, é relacionada a “curto prazo” em detrimento de “longo prazo”.

A sociedade em que hoje vivemos, também é conhecida como a Era da Informação (VERGARA, 2006; FRANÇA, 2007; HANASHIRO *et al*, 2008) e tem esta denominação justamente porque tem a informação como seu recurso primeiro, como nova ordem social. Esta era apresenta modificações estruturais nas relações econômicas, sociais, políticas, tecnológicas, culturais (VERGARA, 2006). As marcas deste cenário são a velocidade das informações, a qualificação contínua, empregos com vínculos de fidelidade transitória, qualidade e produtividade, competência tecnológica, dentre outras, alterando as responsabilidades dos profissionais envolvidos (FRANÇA, 2007). A desestruturação das profissões com campos de atuações bem delimitados foi um dos fenômenos mais marcantes no mercado de trabalho.

A Era da Informação, segundo Vergara (2006) ultrapassa as fronteiras geográficas e revela o movimento da globalização, tornando o mundo uma ‘aldeia global’. Faria; Guzzo (2007) relatam que a comunicação é realizada em tempo real e as transações financeiras se efetuam num espaço virtual. A globalização é resultado do desenvolvimento do capitalismo e de sua busca em romper fronteiras, e seu impacto repercute em todos os setores e na vida do indivíduo, mesmo que ele não sinta diretamente tais reflexos.

Por seu grau diferenciado de impacto na vida das pessoas, bem como pela qualidade de relações sociais que produz o conceito de globalização não é consensual. Podemos falar de globalização como fenômeno econômico (BAUMANN, 1996), como fenômeno político, como fenômeno histórico (IANNI, 1999; 1998), como fenômeno comunicacional (MCLUHAN, 1989). O fato é que a globalização não é a mesma para todos os povos (FARIA; GUZZO, 2007, p.31).

Com a evolução do conhecimento e a inovação tecnológica de uma sociedade globalizada, as transformações têm ocorrido cada vez mais rapidamente em todos os setores da vida do indivíduo. Todas estas mudanças geram ambientes sociais e institucionais em ebulição, afetando o trabalho em muitos sentidos: tornam conhecimentos, habilidades e processos organizacionais obsoletos, conduzindo a formas mais flexíveis de trabalho (LISBOA, 2002; LASSANCE; SPARTA, 2003).

Ataíde (1997) questiona se a globalização cumpre o que inicialmente prometia: oportunidade para todos. Baumann (2001) afirma que instabilidade, incerteza quanto ao futuro são características da pós-modernidade.

Ser empregável no mundo pós-moderno depende de algumas características que não eram exigidas no passado.

Uma das características mais marcantes dos mercados de trabalho do mundo atual é a substituição gradual do emprego fixo, de longa duração e em tempo integral por outras formas de trabalhar. Dentre elas, citam-se o trabalho em tempo parcial, a subcontratação, a terceirização, o trabalho por projeto (que tem começo, meio e fim) e o realizado à distância, como por exemplo, o “teletrabalho”. Essas novas formas de trabalhar exigem novas habilidades e, sobretudo, novas atitudes. O mundo do trabalho do futuro se apresenta como menos protegido (OLIVEIRA, 2005, p.701).

Hanashiro *et al* (2008) descrevem que enfrentar mudanças passa a ser rotina das organizações, que devem estar atentas a tais modificações para propor as melhores soluções e colocá-las em prática.

O novo paradigma tecnológico trouxe novas exigências aos trabalhadores solicitando a eles permanente aprendizado e desenvolvimento individual, para o melhor desempenho de suas funções que estão em constante mudança (ATAÍDE, 1997). A inovação tecnológica exclui do mercado de trabalho os trabalhadores com baixa escolaridade, substituindo-o por mais jovens e capacitados (HANASHIRO *et al*, 2008).

Este novo modelo de rapidez da informação sucateia conhecimentos, exigindo que as pessoas aprendam a ser criativas. Só o diploma não significa garantias de emprego. É preciso que o trabalhador saiba alinhar suas competências técnicas com capacidade de decisão, adaptação às mudanças e o trabalho em equipe.

Martinez e Peric (2009) afirmam que o aprendizado de uma única tarefa não faz mais sentido, já que a evolução da tecnologia solicita do trabalhador outras qualificações, dando importância às tarefas mentais e intelectuais.

A necessidade de aprimoramento contínuo é imperativa independente da função que o indivíduo exerça.

O mundo exige profissionais cada vez mais qualificados e com habilidade de bem relacionarem-se com seus pares e ímpares. Somente os indivíduos bem preparados, que sabem transformar dados e informações em conhecimentos e com formação ética, terão condições de enfrentar os desafios e ameaças e aproveitar as oportunidades em benefício da sociedade (ATAÍDE, 1997, p.3).

É preciso renovar constantemente o conhecimento para atender a nova demanda do mercado e acompanhar a nova reestruturação do emprego (OLIVEIRA, 2005). Ainda que a necessidade de conhecimento e a aquisição de novas competências seja um denominador comum, não há um conjunto universal de competências. Estas são identificadas de acordo com a cultura e valores de cada organização.

Martinez e Peric (2009) descrevem que a educação do século XXI deve ter como objetivo a valorização da inteligência coletiva e não a individual; valorizar também, os vários tipos de inteligência; desenvolver no educando a capacidade de resolver questões abertas com a possibilidade de alternativas futuras e estimular a necessidade constante de adquirir novos conhecimentos.

O profissional do século XXI, segundo Oliveira (2005), tem a difícil tarefa de equilibrar-se entre os avanços da tecnologia ao mesmo tempo em que precisa atender às exigências do mercado de trabalho para manter-se empregado.

É dentro deste contexto que os jovens sentem-se pressionados para realizar uma escolha. As profissões modernas estão fragmentadas, tornando-se mutáveis e inter-relacionadas e outras desaparecendo o conceito de emprego 'para toda vida' está ultrapassado.

[...] o sentimento de incerteza torna-se o mecanismo mais simples de dominação da classe trabalhadora. A incerteza quanto ao futuro do emprego, sua precariedade, faz com que a empregabilidade não seja assegurada nem pelo cargo que se exerce nem pela qualificação do trabalhador, nem por qualquer outro motivo. Em uma sociedade de risco, o medo vem "de dentro" das pessoas e não é mais necessário um panóptico externo. (SOCZEK, 2004, p.3)

Assim, a necessidade de aconselhamento e orientação durante as transições de carreira é imperativa. O modelo tradicional de orientação profissional, baseado

numa abordagem psicológica, busca relacionar as características individuais à determinada profissão no mercado de trabalho (JENSCHKE, 2002).

De acordo com Bock (2002) não há absolutismo, uma vez que uma escolha é multideterminada; a orientação profissional deve ser planejada com intervenções que possibilitem ao jovem apropriar-se de sua escolha de maneira consciente. Este mesmo autor alerta que o desafio atual da orientação profissional é compreender o indivíduo e sua relação com a sociedade de maneira dinâmica e dialética, superando assim o modelo tradicional. A tal proposta ele chama de Abordagem sócio- histórica.

O processo de orientação profissional deve estar em consonância com a realidade sociocultural e econômica e com as mudanças que são desencadeadas por elas (LEVENFUS, 2002).

Uma orientação profissional atualmente deve preocupar-se não só com a inserção profissional do indivíduo em uma escala regional ou nacional, mas também com a possibilidade de ocupar espaços em dimensões internacionais, devido à globalização. Muitas vezes, inclusive, o funcionário não precisa deslocar-se geograficamente para trabalhar em uma empresa situada em outro continente.

No contexto educacional, têm crescido os debates e discussões sobre formas de flexibilização e modernização, tendo como foco o trabalho e as novas tecnologias e sua relação com antigos modelos de produção. “Questiona-se, por exemplo, se o que está ocorrendo no Brasil e no mundo é, de fato, uma reestruturação produtiva ou uma ‘desestruturação’ (MELO-SILVA; LASSANCE; SOARES; 2004, p. 47).

É imprescindível que a ação da orientação profissional esteja voltada não apenas para as transformações da sociedade, mas, fundamentalmente, que auxilie o jovem a superar a visão determinista de atribuir ao processo de orientação ou ao psicólogo a escolha da sua carreira, ausentando-se de ser sujeito de suas escolhas.

Para Lassance e Sparta (2003, p.18) a orientação profissional deve “promover uma reflexão crítica e ética sobre o compromisso social implicado nas escolhas profissionais dos indivíduos, assumindo um papel de agente de mudança social”.

Faria e Guzzo (2007, p.39-40) realizaram uma pesquisa exploratória com alunos de escolas públicas e particulares de ensino médio objetivando identificar e comparar a representação social que têm sobre “emprego”, “profissão” e “trabalho”, para assim elaborarem propostas preventivas de orientação profissional. Concluíram que os alunos da escola particular diferem trabalho de profissão, sendo esta relacionada à escolha, ao gostar. [...] “a profissão é o trabalho escolhido. O

emprego, por sua vez, é o trabalho oferecido”. Quanto aos adolescentes da escola pública, consideram também que o trabalho estrutura os outros dois conceitos, porém assinalam que “A profissão não é aquilo que eu escolho fazer, mas aquilo que me escolheu (destino)”. De um modo geral, os pesquisadores concluíram que os alunos vêem o trabalho de maneiras diferentes. O primeiro grupo associa-o ao prazer, uma vez que eles podem escolher a profissão. O segundo grupo caracteriza o trabalho como uma parte da vida do indivíduo que ele não pode evitar, sendo ou não aprazível para ele. Os adolescentes ainda classificam os conceitos pesquisados de acordo com o status da categoria, considerando profissão quando o trabalho tem um maior status; emprego se tem menor status.

Uma vez que a globalização modificou o mundo do trabalho, as profissões e as necessidades dos indivíduos também mudaram. Assim, é preciso que os orientadores tenham direcionamentos claros para uma ação educativa de desenvolvimento pessoal e profissional eficientes.

Realizar escolhas numa sociedade cuja educação não desenvolve a reflexão do cotidiano do jovem é difícil para ele. Soma-se a isso a passividade deste jovem frente à busca de conhecimentos já que considera mais fácil obter informações pela Internet do que pesquisar em livros numa biblioteca; onde a televisão é mais divertida do que permanecer em sala de aula ouvindo o professor (MISSIO; CUNHA, 200-).

Não basta apenas informar aos jovens o conjunto de tarefas contidas em cada profissão. É necessário discutir com ele como cada profissão se articula ao modo de produção e ao momento histórico atual. E que ainda o jovem tenha a liberdade de tecer críticas, positivas ou negativas, sobre o conteúdo das profissões e as necessidades das mesmas neste mundo, possibilitando, assim, sua participação na sociedade democrática (WHITAKER, 1997).

Numa perspectiva de intensas mudanças que a sociedade ainda vive, o compromisso do orientador profissional deve estar voltado para estas transformações, possibilitando ao orientando elementos indicadores que o levem a uma crítica de sua realidade específica ao mesmo tempo que à compreensão da dinâmica atual das relações do trabalho.

Na visão de Machado (2009), a Orientação Profissional precisa sair do seu contexto tradicional de políticas educacionais e formação profissional e buscar referenciais em campos mais amplos, interagindo com outros saberes, como as

políticas de proteção social. A Orientação Profissional precisa fazer convergências com um sistema mais amplo de políticas públicas de emprego, trabalho e renda, que tem como principal finalidade a melhoria da qualidade de vida do trabalhador. Necessita que sejam feitas alianças não só com o Ministério da Educação ou do Trabalho, mas também com outros Ministérios ou Secretarias públicas.

De acordo com Machado (2009, p.6), é preciso que haja uma mudança qualitativa no campo Orientação Profissional, para torná-la mais flexível para atender as demandas atuais. Sua atuação não ficaria restrita apenas a jovens ou a indivíduos que necessitam redefinir carreiras. Ela deve prestar assistência de maneira diferenciada a todas as pessoas, aos grupos e instituições da sociedade, “que, em diferentes momentos e por razões diversas, buscam obter e avaliar informações que sirvam para orientar processos de tomada de decisão concernentes a demandas, ofertas e oportunidades educacionais e profissionais”.

A Orientação Profissional, numa perspectiva interdisciplinar, necessita de uma reconstrução não apenas dos seus espaços, mas também dos referenciais utilizados em suas práticas, de maneira a compreender a realidade atual do mundo do trabalho que permita contemplar novas estratégias de intervenção, formando alianças com instituições de dentro ou de fora dos sistemas de ensino (MACHADO, 2009).

CAPÍTULO III

3 ADOLESCÊNCIA E ESCOLHA PROFISSIONAL

*Hoje o tempo voa, escorre pelas mãos.
Mesmo sem se sentir, e não há tempo que volte amor.
Vamos viver tudo o que há pra viver. Vamos nos permitir.*

(Lulu Santos - Tempos Modernos)

A escolha de uma profissão no Brasil ocorre, em geral, na adolescência, período de transição entre a infância e a vida adulta marcada por instabilidades, por transformações corporais e psíquicas. Segundo Bock *et al.* (2002, p.291) “vários estudiosos dizem que a adolescência é a fase que vem depois da infância e antes da juventude. Chegam a afirmar que a adolescência começa por volta dos doze anos e termina por volta dos dezoito”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de acordo com a lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, art. 2º, considera a adolescência um período de vida entre doze e dezoito anos de idade.

A adolescência tem sido objeto de estudos por vários autores que a definem e a contextualizam. Para Frota (2007) a adolescência é um período entre a infância e a idade adulta, caracterizado por mudanças físicas, cognitivas e sociais, pontuado por crises que auxiliam o jovem na construção de sua subjetividade.

Conforme analisa Davidoff (2001) os adolescentes lidam com idéias abstratas de uma maneira mais lógica do que faziam na infância. As situações que se apresentam a eles são observadas de uma maneira mais crítica e refletida, apresentando ainda alternativas para a solução das mesmas.

Definir a adolescência ultrapassa o critério cronológico e os limites fisiológicos. Estes são apenas uma referência concreta. É necessário destacar os fatores psicológicos e socioculturais. As manifestações da adolescência só podem ser compreendidas se contextualizadas ao ambiente em que estão inseridas. Não há como dissociá-los. Carvalho e Serafim (2004) relatam que o indivíduo recebe influências do seu meio ambiente ainda no útero materno e, ao nascer, recebe deste ambiente marcas que influenciarão na sua personalidade.

Aberastury e Knobel (1988) afirmam que o adolescente passa por instabilidades extremas em nosso meio cultural. É um período de contradições. Ora mostra-se audacioso, ora tímido, alternando entre a urgência e a apatia, flutuando entre dependência e independência extremas. Tudo isso surge como uma defesa decorrente das modificações corporais incontrolláveis, que ele sente como uma invasão e se vê obrigado a buscar novas pautas de convivência. Tais características de comportamentos são possíveis de serem encontradas, também, em diferentes culturas e em diferentes marcos sócio-econômicos.

A adolescência é descrita por Aberastury e Knobel (1988, p.29) com as seguintes características:

- 1) busca de si mesmo e da identidade; 2) tendência grupal; 3) necessidade de intelectualizar e fantasiar; 4) crises religiosas, que podem ir desde o ateísmo mais intransigente até o misticismo mais fervoroso; 5) deslocalização temporal, onde o pensamento adquire as características de pensamento primário; 6) evolução sexual manifesta, que vai do auto-erotismo até a heretossexualidade genital adulta; 7) atitude social reivindicatória com tendências anti ou associas de diversa intensidade; 8) contradições sucessivas em todas as manifestações de conduta, determinada pela ação [...]; 9) uma separação progressiva dos pais; 10) constantes flutuações de amor e do estado de ânimo.

Por sua vez, Carvajal (2001), caracteriza a adolescência como uma metamorfose. Compara este período a uma crisálida cuja mudança é inevitável, em um processo de recolhimento no seu casulo, diferente da lagarta na infância e da borboleta na fase adulta. Descreve como um estágio cujo sentido é transformar a criança em adulto. É um processo genético; suas manifestações comportamentais, porém, contêm especificidades sociais e culturais.

[...] grupo de fenômenos que eclode num momento da vida e que tem um processo e um desenvolvimento até desaparecer (teoricamente pelo menos), para dar lugar a comportamentos, condutas e fenômenos característicos da idade adulta. (CARVAJAL, 2001).

Este autor classifica a adolescência em três etapas: puberal, nuclear e juvenil. A primeira caracteriza-se fundamentalmente pelo início das mudanças físicas e psíquicas; pelo rompimento com os fenômenos infantis e um isolamento do mundo externo em geral. Na etapa nuclear há confrontos com as figuras de autoridade e o grupo assume papel importante para o adolescente. Por fim, na etapa juvenil, a fim de alcançar sua individualização, o adolescente desliga-se do grupo. É um momento

de reconciliação com os objetos parentais, mostrando-se apto para assumir um comportamento adulto.

Carvajal (2001) justifica os comportamentos e as atitudes do adolescente em cada uma destas etapas através da teoria das crises, pertinentes a cada uma delas. Ele descreve a Crise de Identidade como a crise central da adolescência, a essência da metamorfose, segundo sua própria definição, o pilar da mudança; a Crise de Autoridade onde se fazem presentes os comportamentos de rebeldia, ruptura das normas, confronto e oposição com tudo que seja autoridade; e por fim, a Crise Sexual que se baseia na reorganização do erotismo sob novas leis estruturais.

Segundo Airès (1978) *apud* Frota (2007) o conceito de adolescência não aparece antes do final do século XVIII. Somente após a implantação do sentimento da infância no século XIX, tornou-se possível uma cultura adolescente, diferenciando este período de outros do desenvolvimento humano, com características únicas e peculiares.

De acordo com Bock *et al* (2002, p.292), adolescência é resultado da estrutura socioeconômica de uma cultura e não da constituição do sujeito, do seu desenvolvimento, o que leva este autor a afirmar que temos adolescentes e não adolescência.

[...] quando uma determinada sociedade exige de seus membros uma longa preparação para entrar no mundo adulto, como na nossa, teremos de fato o adolescente e as características psicológicas que definirão a fase, que, a título de compreensão, diremos que foi artificialmente criada.

As culturas diferem na maneira como facilitam ou inibem o amadurecimento do jovem para torná-lo responsável para assumir tarefas da vida adulta. Em classes sociais menos favorecidas a adolescência termina mais cedo. Devido ao ambiente socioeconômico em que estão alguns adolescentes, eles são pressionados, pela própria realidade, a assumir responsabilidades como, por exemplo, a busca por um trabalho.

A adolescência em nossa sociedade não é vivida por todos os jovens da mesma maneira, por causa das diferentes classes sociais a que pertencem. Para um jovem de classe sócio-econômica baixa, o mundo adulto está mais próximo, já que, em sua luta pela sobrevivência, faz-se necessário trabalhar o mais cedo possível (WATARAI; ROMANELLI, 2005).

Já um jovem pertencente à classe sócio econômica média ou alta, tem a possibilidade de retardar um pouco mais sua entrada no mercado de trabalho, preparando-se profissionalmente antes e até cursando uma universidade. No entanto, para esta classe social, não seguir os estudos universitários é uma possibilidade inexistente, segundo Soares (2002), uma vez que ele é praticamente obrigado a prestar o vestibular.

Rappaport *et al* (1982) demonstram que, em culturas tecnicamente menos sofisticadas, a participação do jovem no mundo adulto não está atrelada à escolha de uma profissão. É necessário apenas, dentro da ideologia do grupo, que o homem seja capaz de prover o sustento da casa e as mulheres os serviços domésticos e agrários.

É com a especialização, ou o desenvolvimento tecnológico de uma cultura, que progressivamente se começa a cobrar, cada vez mais, da formação profissional; ou seja, o período de preparação do adulto, até que realmente ele seja um produtor, começa a ser entendido, invadindo todo o período que sucede a puberdade ou mesmo atingindo períodos significativos do mundo inicial. (RAPPAPORT *et al*, 1982, p.12).

A construção social e histórica do conceito de adolescência na sociedade ocidental moderna obriga os jovens a suportar um tempo de espera para a entrada do mundo adulto, uma vez que não há um lugar predeterminado para ele “tendo em vista a complexificação do processo de formação profissional, o declínio da ética do trabalho e da produção, bem como dos ideais ligados ao casamento e à família” (COUTINHO, 2005, p.17).

O desenvolvimento industrial e tecnológico provocou avanços importantes que resultaram em uma mudança nos padrões de nossa sociedade, determinando novas formas de relacionar, de pensar, de ser e de trabalhar. Isso tudo nos convida a observar, atualmente, uma adolescência com um comportamento historicamente diferente.

Segundo Frota (2007) o que favoreceu a ‘inauguração’ da adolescência ocidental no século XX foi principalmente a necessidade dos jovens em se aperfeiçoarem profissionalmente, dedicando mais tempo aos estudos. Isto os levou a prescindirem da ajuda financeira dos pais para prepararem-se para o mercado de trabalho. Com isso, a responsabilidade para a vida adulta é protelada.

É na adolescência que o jovem depara-se com a escolha profissional que definirá o seu futuro. Esta escolha significa um dos aspectos que constituirão a identidade adulta e conseqüentemente a entrada do jovem no mundo produtivo. Assim, a sociedade espera que ao final deste período o adolescente já tenha elaborado possíveis projetos profissionais. No entanto, o que se observa são jovens com pouca iniciativa, confusos, com dificuldades para definir seu próprio caminho.

Kovács (1996), por sua vez, descreve que a moratória e a possibilidade de experiência, permitidas neste período, devem ser abandonadas para que haja a construção do papel ocupacional do adolescente, o cumprimento da sua função social, e a consolidação da família. Calligaris (2000) compartilha deste pensamento ao caracterizar a adolescência como uma moratória imposta pela sociedade, e é justamente isso que impede o adolescente de amadurecer.

Aberastury e Knobel (1998), Calligaris (2000) salientam que o adolescente não é mais considerado uma criança, porém, não é reconhecido como sujeito adulto. Isto gera angústia no adolescente que não sabe qual o seu papel social, o seu lugar na sociedade.

Mesmo com a idade que define o fim da adolescência, muitos não se sentem prontos pra assumir as responsabilidades da vida adulta, o que demonstra que este período é mais um conceito psicológico do que uma delimitação etária.

Abandonar este período não é um processo fácil. Dependerá da capacidade e do tempo de cada um em adaptar-se às mudanças. Escolher implica em decisão e renúncia. Mesmo que muitos adolescentes não façam escolhas profissionais nesta fase, ou nem cheguem a se preocupar com as mesmas por ter que abandonar os estudos e se lançar no mundo de trabalho por necessidade de sobrevivência pessoal e familiar, ainda assim, a maioria dos adolescentes realizam suas escolhas neste período em virtude do término do Ensino Médio (LISBOA, 1997, *apud* TENÓRIO; SOARES, 2003).

[...] a necessidade de decisão ao término do Ensino Médio, que se apresenta como um dos motivos ou influência para busca da O. P. Tanto a família quanto a sociedade esperam que o jovem escolha sua carreira profissional ao término do 3º ano do Ensino Médio, para que preste Vestibular, pois este é o momento de ingresso em uma universidade ou faculdade e no mercado de trabalho, evidenciando a necessidade de escolha de um curso superior ou de uma profissão. (SANTOS, 1995, *apud* SEMENSATO, 2009, p.36-7).

É neste processo de configuração de identidade, definindo quem ele quer ser e quem não quer ser (ERICKSON, 1972; LUCCHIARI, 1993) que o adolescente está reestruturando seu mundo interior e as relações com o meio externo (BOHOSLAVSKY, 1998).

A identidade é gerada sobre três pontos: grupos, processos de identificação e esquema corporal e se traduz numa série de antíteses: o sentimento de quem se é e quem não se é; quem se quer ser e quem não se quer ser; quem se crê que deva ser e quem se crê que não se deva ser; quem se pode ser e quem não se pode ser; quem se permite ser e quem não se permite ser, da totalidade das quais surgirá, ou não, uma síntese. (BOHOSLAVSKY, 1998, p.42).

A identidade profissional é parte da identidade pessoal e deve ser compreendida como uma interação entre fatores internos e externos ao indivíduo, de sua relação com o mundo (TERÊNCIO; SOARES, 2003) e também da sua autopercepção em termos de papéis ocupacionais e ocupações ao longo do tempo. A ocupação é definida num contexto de interação social (BOHOSLAVSKY, 1998).

[...] a importância da identidade profissional é enorme na sociedade capitalista moderna, chegando mesmo a ser (con) fundida com a identidade pessoal como um todo. Perguntas do tipo "O que você vai ser quando crescer?" são feitas continuamente às crianças e mostram bem como essa fusão vai se processando desde cedo na vida individual, pois pressupõem uma resposta apenas em termos ocupacionais. (TERÊNCIO; SOARES, 2003, p.140).

Não se trata apenas escolher uma carreira, como afirma Bohoslavsky (1998), mas também "com o que" trabalhar, "para que" fazê-lo, "quando" e "onde"; escolhendo um "como" inserir na carreira profissional.

O homem é um ser livre para escolher dentro de uma situação específica de vida. "Escolher é decidir, entre uma série de opções, a que parece melhor naquele momento. Cada escolha feita faz parte de um projeto de vida que vai se realizando" (LUCCHIARI, 1993, p.12).

O jovem, ao realizar a escolha da profissão, segundo Soares (2002), precisa reconhecer a dimensão do tempo, percebendo as influências sofridas na infância, os fatos mais marcantes de sua vida e qual a sua proposta de estilo de vida, uma vez que o trabalho escolhido possibilitará ou não a realização destas expectativas.

A dificuldade do adolescente em fazer uma escolha não significa falta de capacidade e, sim, a dificuldade em renunciar, uma vez que decidir por algo não tem o significado de adquiri-lo, mas sim de perder o outro (ABERASTURY; KNOBEL, 1988).

O jovem hoje está diante de uma multiplicidade de profissões que até algumas décadas tinham uma clara definição de seus papéis ocupacionais e sociais. Prado Filho (1993, p.113) comprova isto ao relatar que “[...] tem-se assistido contemporaneamente a uma rápida sucessão de transformações nas profissões, que extingue umas, cria outras, revoluciona outras tantas e relega algumas à obsolescência e agonia”.

Com o passar dos anos surgiram novas profissões para atender as novas demandas científicas e tecnológicas, enquanto que outras se tornaram obsoletas ou desnecessárias. Isso demonstra que o perfil desejado do profissional atualmente mudou também (TERÊNCIO; SOARES, 2003).

Atualmente, as profissões apontam para um futuro incerto, sendo necessário que o indivíduo crie projetos profissionais, sendo hábil em estabelecer as melhores estratégias para suprir as exigências do mercado de trabalho contemporâneo.

É preciso alertar os jovens, portanto, para as circunstâncias históricas que vivemos. E alertá-los, ainda, para o fato de que o mercado de trabalho não é tudo. [...] Seres humanos são individualidades únicas, que podem e devem desenvolver sua criatividade até onde isso seja possível, procurando um caminho profissional que signifique um ajustamento entre suas potencialidades e as necessidades do sistema produtivo. (WHITAKER, 1997, pg.19).

A escolha de uma profissão, num nível mais concreto, de acordo com Rappaport *et al* (1982), é aquilo que o indivíduo faz. Em um nível mais profundo significa uma reparação, ou seja, um elemento compensador das falhas do indivíduo. O “conceito de reparação é um termo introduzido na psicanálise por Melanie Klein e utilizado por Bohoslavsky para explicar tais motivações inconscientes determinantes da escolha” (DIAS, 1995, p.72).

Os conflitos e dúvidas diante de uma escolha potencializam na adolescência, o que Knobel (1988) denomina como “síndrome da adolescência normal”.

No adolescente, as modificações em seu corpo levam-no à estruturação de um novo ego corporal, à busca de sua identidade e ao cumprimento de novos papéis: ‘Quem sou eu hoje?’, ‘quem sou eu?’, ‘se eu fosse você?’, ‘eu sou como você?’, ‘eu sou como todos?’, são as perguntas que diariamente o adolescente faz. (ABERASTURY; KNOBEL, 1988, p.66).

As mudanças corporais fazem com que o adolescente não perceba seu corpo infantil, mas também não se veja no corpo de adulto. Ele não mais se reconhece como criança e nem ainda como adulto. A perda desta referência que possuía sobre si é a crise de identidade.

Bohoslavsky (1998), Levenfus (1997) relacionam crise à idéia de desestruturação e reestruturação da personalidade tanto do seu mundo interior como do exterior; sendo assim, todo adolescente é uma pessoa em crise, o que dificulta o reconhecimento de uma auto-imagem no futuro.

A crise de identidade, pelo qual o adolescente passa, é um aspecto psicossocial e não um período catastrófico ou apenas relacionado à rebeldia. É um momento crescente de suas potencialidades (ERICKSON, 1972, p.155).

A adolescência é o ultimo estágio da infância. Contudo, o processo da adolescência só está inteiramente concluído quando o indivíduo subordina as suas identificações infantis a uma espécie de identificação [...]. Essas novas identificações já não se caracterizam pela natureza lúdica da infância, nem pelo ímpeto de experimentações da juventude: com uma urgência avassaladora, elas forçam o jovem a optar e toma decisões que com um imediatismo crescente leva-lo-ão a compromissos "para toda vida". A tarefa a ser desempenhada neste momento é formidável. Ela requer, considerando as diferenças individuais e sociais, grandes variações na duração, intensidade e ritualização da adolescência.

A identidade implica definir quem a pessoa é e quais direções ela quer seguir na vida. É, em última análise, a capacidade do indivíduo de colocar-se em oposição ao mesmo tempo em que é reconhecido pelos outros por esta oposição (D'ANDREA, 1989).

[...] a formação de identidade requer um processo de reflexão e observação simultâneas, um processo que ocorre em todos os níveis de funcionamento mental e pelo qual o indivíduo se julga à luz daquilo que percebe ser a forma como os outros o julgam, em comparação com eles próprios e com uma tipologia que é significativa para eles. (ERICKSON, 1972, p.21)

A formação da identidade é construída através de identificações passadas que o adolescente fez ao longo da vida, inicialmente com os pais, quando criança, e depois com os jovens da mesma idade que a sua (D'ANDREA, 1989).

A identidade é formada a partir do relacionamento com pessoas significativas com as quais o adolescente conviveu, ou convive, e que funcionam como um modelo de identificação, com pessoas que desempenham papéis importantes na

vida do adolescente como o grupo familiar, o grupo de pares e a sua sexualidade Bohoslavsky (1998), Soares (2002).

Para Levenfus (1997) o jovem introjeta o desempenho de um trabalho através de seus modelos de identificação. Isso abrange a sua percepção de trabalho, desde uma ocupação profissional até o doméstico. Ao escolher uma profissão, o jovem não pensa na ocupação em si, mas sim em uma pessoa específica que desempenha tal papel. O risco aqui é o adolescente construir uma idealização sem base na realidade, confundindo a pessoa que exerce determinada função com as características desta profissão.

Bohoslasky (1998) ressalta, também, que uma escolha profissional baseada em identificações não significa, necessariamente, que ela seja má. Tais escolhas podem se realizar através de uma identificação com alguma pessoa idealizada, um professor, por exemplo, ou outro profissional que o adolescente conhece e que apresenta uma imagem que ele gostaria de ser.

Este mesmo autor chama a atenção para o fato de que algumas escolhas ocupacionais feitas pelos adolescentes são fruto de relações gratificantes ou frustradoras com as pessoas que desempenham papéis sociais, com as quais ele se identifica, consciente ou inconscientemente. No entanto, tais escolhas são pautadas com relação ao ocupante do cargo e não a ocupação em si.

Quanto mais desenvolvido o sentimento de identidade do indivíduo, maior é o reconhecimento de suas próprias limitações e habilidades; uma identidade menos desenvolvida necessitará apoiar-se em avaliações externas para reconhecer-se (KIMMEL; WEINER, 1998, *apud* SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2003).

Na visão de Pelletier *et al* (1987), o interesse do jovem por uma profissão está relacionado diretamente ao processo de construção da identidade, ao conhecimento de si. Isto significa que, quando a identidade não está estruturada, os interesses tendem a ser diversificados, tornando a escolha mais difícil e angustiante.

Torres (2002, p.87) focaliza a identificação como um dos principais estudos de Freud e seus seguidores, descrevendo-a como “um mecanismo psicológico que permite a constituição do ser como sujeito humano, estando relacionada à maneira mais primitiva com que a criança vincula-se afetivamente a alguém”.

Os adolescentes fazem referências ao medo de escolher errado, de ser infeliz, de ter que mudar. Esta ansiedade tem respaldo na realidade da convivência

com diversos jovens que abandonaram ou trocaram o curso depois que ingressaram no ensino superior e as pesquisas que apontam alto índice de evasão nas universidades (LEVENFUS; NUNES, 2002).

Uma escolha ajustada, esta depende da elaboração dos conflitos.

Uma escolha ajustada é uma escolha na qual o autocontrole permite que o adolescente faça coincidir seus gostos e capacidades com as oportunidades exteriores, faça um balanço ou sínteses, que pode ser defensivo. Nela, não só intervém sua capacidade de controle, mas a sínteses entre responsabilidade individual, consigo mesmo, e responsabilidade social. [...] escolher tendo em conta o que se pode ser é próprio de uma escolha [...] prospectiva, pessoal, autônoma, responsável e independente” (BOHOSLAVSKY, 1998, p.66-67).

Este mesmo autor inclui em sua pesquisa que a escolha supõe a elaboração de lutos, uma vez que, ao realizar a escolha, o adolescente deixa de ser outro profissional, deixa objetos como a escola, os colegas, professores; e a renúncia de outra carreira, projetos etc.

Sigmund Freud publicou em 1915 um ensaio intitulado “Luto e Melancolia” onde ele define luto não apenas como uma reação à perda, a morte de um ente querido, como também outras rupturas que o indivíduo tem ao longo da vida como separações matrimoniais, perdas amorosas ou a perda de um ideal, denominadas mortes simbólicas.

Bromberg (1997) afirma que o luto é uma resposta genérica ao rompimento de um vínculo. É uma separação que ocorre normalmente no desenvolvimento humano.

De acordo com Levenfus (2002) o trabalho do luto está presente na maioria dos processos psíquicos e sua elaboração tem um papel central no desenvolvimento do ego. A medida que tal elaboração acontece, ocorre no indivíduo a capacidade de investir em novos objetos.

As mortes simbólicas dizem respeito às escolhas feitas porque escolhas implicam em perdas (KOVÁCS, 1996). Nem sempre o adolescente está preparado para definir o que é melhor para ele e isso aumenta mais sua angústia e ansiedade (BOHOSLAVSKY, 1998). Decidir é, na verdade, um ato de coragem (BOCK, 1995). Para elaborar o luto, o adolescente passa por muitas crises de identidade, crise entendida aqui como sinônimo de mudança.

Para que um trabalho seja realizado eficientemente é importante que a escolha seja consciente e coerente com as necessidades de quem faz a escolha. Além da satisfação pessoal e do prazer por parte de quem realiza o trabalho, ela presta ao mesmo tempo um serviço de qualidade à sociedade (SOARES, 2002).

A escolha de uma profissão ou de um trabalho deve implementar um conceito de si mesmo e conceder uma identidade social significativa para a pessoa [...] e, através disso tornar-se auto sustentado com êxito, satisfeito, estável, saudável dentro da sua própria vida pessoal. (SAVICKAS, 2000 *apud* JENSCHKE, 2002, p. 24).

Quanto mais o indivíduo compreende que a escolha de uma profissão não é simples, uma vez que entram em jogo influências sociais, componentes pessoais, limites e possibilidades pessoais, mais controle terá sobre sua decisão (BOCK *et al*, 2002).

Em meio a essa necessidade de uma escolha ocupacional surge a Orientação Vocacional/Profissional para auxiliar os jovens a tomarem decisões profissionais por meio de uma experiência de auto-reflexão, realizando ajustamentos de modo apropriado. Isso desmistifica o conceito de 'nasceu para ser' que, segundo Levenfus (1997), condiciona o indivíduo a reproduzir e não a produzir em sociedade. Esta pressuposição dada ao jovem influencia no seu projeto profissional.

Pelletier *et al* (1987) afirmam que a orientação vocacional deve preparar o jovem para uma escolha, instrumentalizando-o através de vivências de aprendizagens, realizadas em uma dimensão experiencial, cognitiva e evolutiva. Assim, o desenvolvimento vocacional, segundo estes autores, ocorre em um plano dinâmico, traduzido em experiências que se devem viver, experiências que devem ser tratadas cognitivamente e experiências que devem ser integradas lógica e psicologicamente.

Vale destacar também que a orientação profissional também é procurada por adultos que apresentam queixas profissionais ou vocacionais (AMARAL, 1995). Há, também, aqueles que buscam a aposentadoria para reorganizar sua identidade pessoal (SOARES, 2002).

CAPITULO IV

4 A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS DE ENSINO MÉDIO

*"Os educadores precisam compreender que ajudar as pessoas a se tornarem pessoas é muito mais importante do que ajudá-las a tornarem-se matemáticas, políglotas ou coisa que o valha."
(Carl Rogers)*

A identidade profissional e a identidade pessoal são complementares e uma boa escolha é resultado pela maneira como é tomada e pelas implicações cognitivas e afetivas que produz. Mesmo que o futuro de um indivíduo não dependa exclusivamente da sua escolha profissional, ainda assim, estas questões têm assumido papel importante na vida dos jovens (BARDAGI; LASSANCE; PARADISO, 2003). A terceira revolução industrial atingiu a juventude brasileira, pois, se por um lado, há uma demanda maior por escolaridade, por outro lado há uma diminuição absoluta de oferta do mercado de trabalho (MENEZES, 2001).

Bauman (2001) em seu livro "Modernidade líquida", faz uma crítica à pós-modernidade, comparando-a à fluidez dos líquidos. Ele analisa conceitos como emancipação, individualidade, tempo/espço, trabalho, identidade e comunidade e traça uma metáfora ao descrever as mudanças sociais, ditas sólidas, transformadas em liquidez. Este autor descreve um mundo cheio de possibilidades e repleto de escolhas, afirmando que a infelicidade está atrelada ao excesso e não à falta de opções. Bauman (2001) relata que a sociedade moderna tem como ícones a produção e o consumo, sendo estas finalidades a serem atingidas e não meios.

Afirma, também, que o local de trabalho hoje, por ser flexível, não deixa espaço para identificações e solidariedades grupais. "[...] a modernidade é a impossibilidade de permanecer fixo. Ser moderno significa estar em movimento. Não se resolve necessariamente estar em movimento – como não se resolve ser moderno" (BAUMAN, 2001, p. 92).

Os padrões e configurações, conforme Bauman (2001), são muitos. Não são mais "dados". Eles se chocam e se contradizem. E esta fluidez de padrões se apresenta nas escolhas também.

Esta instabilidade observada atualmente, se junta à incerteza que o jovem tem no momento da escolha profissional; ele se questiona até que ponto vale à pena investir em uma carreira se nada garante que será possível trabalhar nela. Se o presente é incerto, como é que se escolhe algo “para o resto da vida”? (KOBBER, 2008). Como orientar numa sociedade de caráter fluído, como descreveu Bauman (2001)?

Para Araújo (2005) é necessário verificar se os referenciais teóricos educacionais básicos dão conta de compreender a realidade que vivemos hoje, de constante mutação.

A educação é uma questão que vem sendo debatida desde os tempos antigos até a atualidade, por filósofos e educadores. Vários autores como Dewey (1913), Freire (1980), Bourdieu (1992), dentre outros, fizeram valiosas contribuições.

O modelo educacional que predomina atualmente foi influenciado pela Revolução Industrial. Houve a necessidade de dar conta de uma demanda social que surgia, cujo mercado de trabalho exigia que as pessoas soubessem, minimamente, ler e escrever. Foi com a modernidade que a educação adquiriu um dos objetivos que tem hoje: formar mão-de-obra.

Nascia, assim, a escola de massa, a educação para todos, em que a meta é ter todas as crianças em sala de aula. Pires (1998) descreve que a partir da Revolução Industrial a escola torna-se a principal organização de formação para o trabalho. Há uma alteração não apenas na dimensão técnica, mas, também, na dimensão política, modificando a formação ideológica do indivíduo para o trabalho. Descreve, ainda, um ensino fragmentado, com currículos escolares funcionando como compartimentos estanques, onde em cada um está uma disciplina. E tal qual uma linha de montagem, ao final da linha sai um produto formado: o aluno.

A necessidade de construir uma escola assim nasce de uma outra necessidade social: a de produzir passividade. Por meio da repetição, o pensamento crítico se ausenta. A escola torna-se um espaço voltado para a disciplina, onde o professor exige respeito do aluno sem, contudo, respeitar os limites e potencialidades dele.

Como formar um cidadão se a escola preocupa-se apenas em transmitir informações? Será que é apenas para o mercado que devemos formar os alunos?

Se a escola não privilegia um espaço para que o adolescente possa se expressar, partilhar seus conflitos, participar, debater, criar; dificilmente ele

compreenderá como a sociedade funciona, dificultando, assim, que ele seja protagonista de seu futuro.

Uvaldo (1995) descreve a importância dos adolescentes deixarem emergir questões relacionadas ao seu desenvolvimento, como mudanças de escola, perda de colegas, medo do futuro, das relações de trabalho etc. Esta mesma autora destaca que isso tudo possibilita o desenvolvimento do indivíduo como um todo, inclusive como um ser social.

A escola deve cumprir seu papel de formadora do processo individual e social na constituição do sujeito como ser humano, atualizando historicamente o saber, dotando o aluno de um conhecimento crítico sobre a sociedade em que vive. O que se observa, porém, é outro cenário: “[...] em vez de a escola promover o desenvolvimento do educando, aguçando-lhe a consciência a respeito de si própria e da realidade circundante, acaba por favorecer o conformismo e a competição inescrupulosa” (SILVA, 1992, p.72).

Menezes (2001) acrescenta que, ao lado das aulas regulares, a escola deve envolver o aluno em questões ligadas à cidadania como a identidade civil, cultural ou fiscal de cada jovem cidadão, debatendo, investigando e ensinando na prática tais conhecimentos. A escola precisa dar “condições para bem-estar e equilíbrio emocional e afetivo, com oportunidades para partilhar experiências e problemas do convívio amistoso, amoroso ou familiar” (p.207).

Segundo Fabris (2007), apesar da escola representar uma instituição importante na vida das pessoas, o que mobiliza uma criança ou um jovem em querer frequentá-la é o modo como cada um significa suas aprendizagens e as relaciona com as oportunidades para a sua vida futura. Martinez; Peric (2009) pontuam que a educação precisa ser assimilada de acordo com a diversidade que vive nossa sociedade e não reduzida ao aprendizado de determinados conteúdos que o indivíduo carrega a vida toda.

A escola não está assumindo o seu papel de orientar o adolescente para a vida. Ela apresenta-se desvinculada da realidade social ao invés de ser uma extensão do cotidiano dos alunos uma vez que deveria valorizar seus saberes informais. Esta valorização auxiliaria a desenvolver as habilidades dos alunos tanto para lidar com o cotidiano quanto para a vida acadêmica.

Missio e Cunha (200-, p. 6) esclarecem:

A necessidade de compreender a função da escola neste século XXI nos remete à busca dos significados e dos sentidos que o sistema educativo tem – ou deveria ter – diante da formação das novas gerações. Esta compreensão se torna fundamental quando percebemos que a escola se mantém de maneira tenaz, impondo certos modos de conduta, de pensamento e de relações próprias, independente das mudanças que ocorrem na sociedade; o que a torna desinteressante para a grande demanda de estudantes que são obrigados a freqüentá-la diariamente.

A educação é ainda um reflexo do modelo Taylorista-Fordista com sua padronização de produção atendendo aos princípios da empresa capitalista, tendo a hierarquia e disciplina como fundamentos. Este tipo de trabalhador, porém, que desempenha a mesma tarefa todos os dias, atualmente não atende as exigências do mercado de trabalho. Desta forma, a escola hoje é solicitada a atender outros imperativos e formar um trabalhador que seja flexível e adaptável às mudanças sociais e econômicas.

Agora se exige do trabalhador, independentemente da área em que trabalhe, ter iniciativa, ser responsável, autônomo, criativo, organizado, empreendedor, ter capacidade de se adaptar às constantes mudanças, ser capaz de trabalhar sob pressão, ter domínio da comunicação escrita e verbal, relacionar-se bem com os colegas – mesmo que as tarefas realizadas por ele de fato não requeiram essas habilidades. Nesse processo, a escola é buscada para desenvolver os conhecimentos, habilidades e atitudes — as competências — necessárias à nova organização do trabalho. (KOBBER, 2008, p.42).

Missio e Cunha (200-, p.7) colocam que a escola contemporânea ainda transmite informações prontas, dificultando por parte do aluno a reflexão e criação sobre a realidade. Esta forma de ensinar não torna os sujeitos capazes de compreender conceitos em seu contexto. Isto suscita nestes autores alguns questionamentos:

De que forma uma escola com pensamento e atitudes Modernas pode se estabelecer dentro de uma sociedade Pós-Moderna? O que, de fato, as pessoas procuram no Ensino Escolar? Para uma escola que foi criada dentro das perspectivas da Modernidade, o fim das narrativas emancipatórias significaria o fim da escola?

Isso tudo implica num desafio para a orientação profissional que precisa trabalhar na contramão de um modelo competitivo e resgatar no jovem o sentido do trabalho enquanto processo de humanização e cidadania.

Araújo (2005) coloca que, segundo a LDB (BRASIL, 2010) Lei de Diretrizes Básicas (LDB) n.º 9.394/96 (Art. 22), o ensino médio significa a etapa final da educação básica, onde o jovem se prepara para ingressar no mundo do trabalho. A finalidade desta lei é “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o desenvolvimento da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”

Oferecer Educação Profissional em nosso país é muito importante, mas é relevante também preparar os futuros trabalhadores para a transição da escola para o mundo do trabalho. Assim, uma proposta de Educação de Carreira para o contexto brasileiro, consistiria em desenvolver, ao longo de toda a formação, um conjunto de habilidades que instrumentalizem o indivíduo, em qualquer nível de ensino ou formação, a gerenciar sua própria carreira, trate-se de inserção ou progresso, trate-se de conhecimento das possibilidades de formação ou treinamento específicos, requisitos das carreiras, práticas correntes de recrutamento e seleção. Práticas psicológicas e pedagógicas utilizadas em complementaridade conduzem a melhores resultados, como se observa empiricamente. (MELO-SILVA; LASSANCE; SOARES; 2004, p.46).

Ao discorrer sobre o ensino médio, Araújo (2005) atenta para o fato que esta etapa é fundamental ao processo educativo, uma vez que engloba, além da formação geral, a preparação para o mercado de trabalho. A escola tem o papel de auxiliar o adolescente, que vivencia um período conflitivo, a superar suas dificuldades. É preciso questionar, no entanto, se esta escola supre as necessidades destes jovens.

D’Avila e Soares (2003) respondem a este questionamento afirmando que o ensino médio não cumpre o papel de ajudar o jovem, preparando-o para vida profissional e/ou universitária, para o mercado de trabalho e para a sociedade. Isto se confirma ao observar a estrutura curricular, que não leva em conta a complexidade da realidade ou utiliza-se de abordagens transdisciplinares e/ou temas transversais (ASMANN; MO SUNG, 2001 *apud* SILVA; BIRK, 2002).

O ensino médio, de acordo com D’Avila e Soares (2003), preocupa-se apenas em preparar o jovem para o exame vestibular. A escola e os professores envolvem-se nos conteúdos que facilitarão a entrada do jovem no ensino superior. No entanto, na maioria dos casos, nenhum destes objetivos é cumprido e quando o aluno não é aprovado se vê obrigado a frequentar os “cursinhos pré-vestibulares”

que são frutos de uma sociedade capitalista. Trata-se aqui da indústria do ensino que busca retornos financeiros para tais investimentos.

Esta reestruturação produtiva, de acordo com Kober (2008), desencadeou uma desestrutura no mercado de trabalho. Frente a esta instabilidade, o jovem do Ensino Médio sente-se na obrigação de fazer um curso superior para manter-se empregável e, ilusoriamente, estável no mercado de trabalho. Martinez e Peric (2009) ratificam este pensamento ao descrever que muitos trabalhadores hoje buscam um diploma apenas para entregá-lo à empresa, satisfazendo uma exigência desta. Isso, no entanto, não significa uma aquisição de conhecimentos proporcionados pelos estudos.

A entrada no ensino superior tem sido percebida pelo jovem brasileiro de classes sociais mais favorecidas como uma tarefa evolutiva em si mesma. Como se fosse uma continuidade natural para quem termina o ensino médio ou o único caminho para o ingresso no mercado de trabalho. Isso exerce influência negativa sobre a educação no ensino médio, que deixa de lado a preparação do aluno para o mundo adulto, mantendo foco apenas nos vestibulares (LASSANCE, GROCKS; FRANCISCO, 1993; *apud* SPARTA; GOMES, 2005).

Apesar da sociedade impor ao adolescente que ao final do Ensino Médio decida por uma carreira de ocupação, é relevante pontuar, segundo Bastos (2005), que nem todo adolescente ao final desta etapa de escolarização busca o ensino superior. Outras questões, como necessidade de trabalhar, ou a falta de recursos econômicos para custear uma faculdade ou cursinho, podem ter um peso decisivo nas suas escolhas.

O Ministério da Educação do Brasil informa que um dos objetivos da escola é a orientação profissional e determina como responsáveis para desenvolver este trabalho o orientador educacional, psicólogo escolar e o professor (UVALDO, 1995).

A escola como está posta hoje, no entanto, está longe de assumir este papel. Levenfus (2002) atenta para o fato que a orientação profissional não faz parte dos projetos escolares. Araújo (2005) coloca que muitas escolas iniciam este trabalho somente através dos cursos pré-vestibulares. O orientador e/ou professor da escola não considera como sua esta possibilidade e solicita que este trabalho seja realizado por algum especialista, fora da escola, em consultórios particulares (UVALDO, 1995).

A orientação na escola geralmente ocorre no final do ensino médio, uma vez que a ansiedade dos jovens neste período é alta. Mas não existe um espaço na grade curricular para a realização deste trabalho, ele torna-se superficial e o orientador, para realizá-lo, precisa aproveitar-se das faltas de outros professores (SOARES, 2002).

Assim, a não obrigatoriedade curricular da orientação profissional e a falta de estímulo pela escola em atribuir importância a este trabalho ou em desenvolver projetos nesse âmbito, deixam o jovem sozinho diante do dilema sobre como optar por uma profissão, levando-o a fazer escolhas baseadas em estereótipos e fantasias.

Pesquisa realizada por Silva (2010) mostra que no Brasil há projetos de lei relacionados à Orientação Profissional tramitando em doze estados, incluindo o Distrito Federal, sendo que em um deles, Rio de Janeiro, já foi aprovado. Este mesmo autor atenta ainda para o fato de que só no Estado de São Paulo há seis projetos de lei em tramitação, que discorrem sobre a aplicação da Orientação Profissional realizada por psicólogos especialistas no Ensino Fundamental e Médio.

Silva (2010) cita em sua pesquisa alguns Projetos de Lei relacionados à Orientação Profissional o de número 186/01, para os alunos do Ensino Fundamental; o Projeto de Lei 942, de 2005, para os alunos de 15 a 18 anos de idade e o Projeto 286, de 2007. Em todos esses projetos o autor salienta que o denominador comum é ter como estratégia apenas “aplicação de testes vocacionais”, reforçando a ideia equivocada de que a orientação profissional baseia-se apenas neste instrumento e não como sendo apenas uma das técnicas a ser utilizada no processo.

A Orientação Profissional realizada no Brasil, quando ocorre, atende principalmente aos jovens do ensino médio, desenvolvendo o autoconhecimento e refletindo temas como influências sobre as escolhas, informação sobre as profissões, vestibular, mercado de trabalho etc. (MELO-SILVA; LASSANCE; SOARES, 2004).

A busca pelo trabalho de orientação profissional não é prerrogativa apenas do adolescente. O número de adultos que a procuram em consultórios ou serviços especializados tem acentuado no Brasil na última década (AMARAL, 1995). As razões são múltiplas: (re) planejamento e (re) orientação de carreira ou de projeto de vida, tanto para indivíduos que estão no mercado de trabalho, como para os

aposentados ou em processo de aposentadoria. O trabalho de orientação facilita ao sujeito a compreensão de suas questões psicológicas que refletem na dificuldade de inserção ou permanência do emprego. Isso exige uma re-leitura do mundo do trabalho que o tornou instável devido às mudanças sociais (AMARAL, 1995, MELO-SILVA; LASSANCE; SOARES, 2004).

Para ingressar no ensino superior no Brasil, o aluno presta exame vestibular que desencadeia ansiedades não apenas nos jovens como também na família interferindo em toda a sua dinâmica, modificando seus hábitos. Do ponto de vista dos jovens o número de candidatos que não foram aprovados, somado àqueles que iniciam o curso, porém desistem do mesmo, representa um desperdício financeiro para a universidade que poderia ter dado lugar aos excedentes (D'ÁVILA; SOARES, 2003).

O objetivo do vestibular é selecionar os alunos que obtêm os melhores escores nas provas. Em outros países o sistema de ingresso às universidades difere do brasileiro, como descreve Melo-Silva; Lassance e Soares (2004, p. 36):

Nos Estados Unidos da América (EUA), por exemplo, o sistema de entrada na Universidade é realizado por meio de um Exame Nacional (Scholastic Assessment Test - SAT), análise do histórico escolar do ensino secundário, do currículo vitae, cartas de recomendação de professores e de orientadores educacionais e redações de temas determinados em cada universidade. O aluno escolhe as universidades para as quais enviará toda a documentação e a universidade seleciona com base na documentação apresentada. É comum a participação ativa dos pais nesse processo de ingresso na Universidade. A escolha da carreira pode se dar durante o curso universitário, em um trabalho conjunto com os orientadores educacionais da instituição universitária.

No Brasil, foi criado em 1998 o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), sendo uma possibilidade de ingressar no ensino superior uma vez que a nota obtida no resultado é um dos critérios para tal acesso (MELO-SILVA; LASSANCE; SOARES, 2004).

A pressão por obter uma vaga no ensino superior, leva muitos jovens a prestarem o vestibular precocemente, com 15 ou 16 anos (D'ÁVILA; SOARES, 2003).

Os três anos correspondentes ao ensino médio são voltados exclusivamente para a preparação ao Vestibular e, logo, podendo gerar algumas ansiedades, exemplificados através dos processos de autopunição (jovens se culpabilizam do fracasso e não conseguem estudar efetivamente), a pseudovalorização de si mesmo (quando o jovem não se

dá conta da qualidade do seu estudo, até mesmo deixando de aproveitar oportunidades de prazer e satisfação pessoal) e também uma desculpa, ou álibi, perante a família e a própria sociedade quando em momento de fracasso - o jovem acha que o motivo de sua não classificação foi a escolha de um curso muito concorrido, a medicina, por exemplo. (SOARES-LUCCHIARI, 1993 *apud* D'AVILA; SOARES, 2003, p.109).

Nas últimas décadas houve uma expansão dos cursos superiores, tanto presenciais como não presenciais. Dados do Censo da Educação Superior do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) de 2009, registram 2.314 instituições de educação superior — 245 públicas e 2.069 particulares. O número de matrículas na educação brasileira cresceu de 3,5 milhões para 5,9 milhões nos últimos sete anos, sendo 49,2% do total representados pela região sudeste, onde a maior parte dos alunos (55,3%) está em instituições particulares.

Estes dados demonstram que ingressar no ensino superior não tem sido impeditivo para o jovem, mesmo que o Brasil represente um dos menores índices da América Latina com uma parte da população com acesso à educação superior. A viabilidade para o ingresso na educação superior é resultado de uma das metas estipuladas Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172. Como exemplo, tem-se o Pro Uni, a Universidade para Todos – criado pela Medida Provisória nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, cujo objetivo é conceder bolsas de estudos integrais e parciais (50% e 25%) a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.

No entanto, Oliveira, Pinto e Souza (2003) *apud* Oliveira e Saldanha (2010) ao descreverem sobre o acesso ao ensino superior em universidades públicas, apontam que este ainda se mantém bastante elitizado e consideram que uma das explicações para isto decorre do fato de as classes econômicas menos favorecidas não se sentirem em condições de competir em igualdade com as camadas mais altas. Este pensamento é também compartilhado com outros pesquisadores, tais como Diório e Gomide (2004), a Comissão Central do Concurso Vestibular da UFPR (2002) e Kuenzer (2000). Esses autores acrescentam uma ressalva: o acesso ao nível superior também tem exemplos de esforços de alunos que conquistaram este espaço. No caso aqui, alunos de baixa renda.

Günther e Günther (1998) *apud* Oliveira e Saldanha (2010) destacam as diferentes percepções que os adolescentes têm sobre as oportunidades de vida: frequentar uma escola privada possibilita maiores chances de concluir o ensino médio e entrar para a universidade, ao passo que consideram frequentar uma escola com cursos mais valorizados socialmente são os que menos tem índice de abandono do que aqueles com menos status, onde a evasão é maior. Concluíram ainda que mesmo que as causas para a evasão sejam determinadas por fatores variados, há um ponto de convergência quando se observa que o processo de escolha do curso foi impulsivo, baseado em informações estereotipadas e inconsistentes.

A maioria das pessoas pode realizar escolhas profissionais sem um conhecimento aprofundado sobre as tarefas, responsabilidades das mesmas. “Não existe uma preocupação sistemática da escola ou da família em ensinar a filhos ou alunos habilidades de tomada de decisão” (BARDAGI; LASSANCE; PARADISO, 2003, p.154).

Uma escolha consciente é uma escolha madura e isso implica em superar os obstáculos identificados, equilibrando-se nos ganhos e nas perdas desta decisão. (MELO-SILVA; OLIVEIRA; COELHO, 2002).

Antropólogos e psicólogos elegem os ritos como um dos componentes fundamentais dos grupos em culturas de todo o mundo, desde as sociedades mais primitivas. Os ritos marcam momentos importantes da vida das pessoas como o nascimento e a morte (simbólicas ou não) objetivando reduzir perturbações psíquicas que as situações de mudanças ocasionam no indivíduo.

Os ritos de iniciação marcam o fim de uma etapa e o início de outra, auxiliando na transformação social de crianças em adultos, preparando-as para os papéis que irão assumir no futuro (RANGEL, 1999). Esta mesma autora afirma que em nossa sociedade os critérios de preparação do adolescente para a vida adulta não são muito nítidos uma vez que a adolescência é vivenciada de diversas formas, de acordo com o contexto sócio-econômico do jovem. A autora inclui ainda em sua pesquisa que ao mesmo tempo em que há um padrão psicológico idealizado que caracteriza os jovens como imaturos, irresponsáveis e em crises, por outro lado não há um padrão sociológico que estabeleça os direitos e deveres desta fase.

Silva e Soares (2001) classificam o vestibular como uma pseudo-iniciação, pois mesmo que o jovem passe pelo vestibular e ingresse no ensino superior, nem

sempre alguns deles se sentem como adultos. Assim, as autoras elegem a orientação profissional como um rito preliminar para a vida adulta, a possibilidade de auxiliar o adolescente a elaborar perdas, a conhecer-se, num ritual específico de preparação contínua. Consideram que no momento em que o jovem realiza e incorpora a escolha profissional ocorre o verdadeiro ritual de passagem uma vez que é a partir daí que ele compreende de maneira consciente seu novo papel no mundo, preparando-se para uma vivência mais amadurecida. Desse modo, Silva e Soares (2001) chegam à conclusão de que a orientação profissional é um trabalho preventivo de profilaxia destacando assim sua importância no âmbito escolar.

Admitir e consolidar esta prática indica um espaço legítimo dos orientadores profissionais nas escolas. No entanto, sua atuação é restrita a determinada camada social e às escolas particulares. Nas escolas públicas sua ocorrência é quase inexistente.

As escolhas profissionais se inserem na trajetória escolar e representam o divisor de águas na constituição da identidade profissional e na inserção desse jovem no mundo adulto e produtivo. Portanto, esta temática deve ser discutida no espaço escolar uma vez que este é o mediador que leva o jovem ao papel ocupacional adulto. Há, no entanto, uma dissociação entre o discurso e a ação, principalmente em escolas públicas onde se observa uma lacuna no campo das orientações.

Mesmo que o Ministério da Educação e Cultura reconheça a importância da orientação profissional nas escolas, propícia ao ato educativo, estas não produzem ações preventivas ou de suporte que auxiliem o indivíduo em suas escolhas, responsabilizando-o por esta tarefa. Como foi demonstrado no desenvolvimento deste trabalho, na maioria das vezes realizam a orientação sem a consciência de todos os elementos que envolvem esta escolha.

Comenta-se atualmente, através dos meios de comunicação ou de relatos de pesquisas acadêmicas, que há um prolongamento da adolescência; porém, nem todos percebem, ou ignoram, que não há o devido preparo e suporte para auxiliar o jovem a entrar no mundo adulto. Este discurso, proveniente da sociedade em geral, inclui fundamentalmente as instituições escolares, indica a necessidade de criação de espaços que possam acolher as inseguranças do adolescente, estimulando seu desejo de amadurecimento.

4.1 A orientação profissional nas escolas particulares e públicas

A passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade da informação desencadeou a ruptura do equilíbrio de um contexto seja ele econômico, social, cultural ou individual. Nesse cenário de globalização, altera-se a relação dos jovens com o ambiente que o circunda, uma vez que as mudanças tecnológicas provocam mudanças individuais.

Na sociedade do conhecimento, o indivíduo é fundamental para qualquer organização. Se o capital intelectual é o mais importante, o conhecimento não está nos livros ou em algum banco de dados e, sim, na mente das pessoas. A escola do século XXI deve preparar o aluno para o mercado de trabalho, mas, também, priorizar sua condição humana. Não basta apenas adaptá-lo aos diferentes tipos de funções, mas fundamentalmente que este aluno não se esqueça de seus deveres e direitos enquanto cidadão democrático.

Para a escola assumir sua dimensão humanista mais ampla, não aceitando um triste papel de depósito de mão-de-obra ociosa, ela precisa garantir, para todos os alunos [...] condições para que desenvolvam confiança e autoestima, valores humanos, interesses culturais, autonomia econômica e consciência social (MENEZES, 2001, p. 204).

Menezes (2001) defende que o aprendizado dos conteúdos disciplinares deve estar articulado com questões reais apresentadas pela vida comunitária. É preciso ainda que a escola reconheça a sua pluralidade e esteja atenta às metas individuais dos seus alunos. Como exemplos, o autor cita o preparo pré-universitário ou a orientação profissional imediata, salientando que ignorá-las seria inaceitável, uma vez que significaria o mesmo que deixar de cumprir algumas das missões da escola. O ensino médio não pode simplesmente significar treino para o trabalho e preparo para o ensino superior.

A escola, ao deixar de lado seu papel de formação integral, preocupando-se fundamentalmente com a aprovação do aluno no vestibular, desestimula o jovem tanto para desenvolver um comportamento exploratório vocacional como para buscar projetos profissionais, levando-o a fazer escolhas baseadas na fantasia e em estereótipos (SPARTA; GOMES, 2005).

A escola deve ter consciência de que “deve promover todos os seus alunos [...], que deve valorizá-los em suas características e diferenças individuais [...], e que

deve emancipá-los para a participação e não domesticá-los para a obediência” (MENEZES, 2001, p.208). Ela é desafiada a preparar o aluno a atuar criticamente para enfrentar as mudanças sociais.

[...] apesar do discurso do poder público em favor de uma educação profissional de maior qualidade e de uma educação superior mais ampla, a sociedade brasileira ainda se encontra extremamente influenciada por concepções antiquadas sobre tais esferas educacionais. Assim, as influências marcantes de escolha profissional acabam se reduzindo ao papel histórico do ensino médio como preparatório para a educação superior, à desvalorização da educação profissional como alternativa de estudo para a população carente ou para quem não tem interesse no ensino superior, e a percepção da educação superior como alternativa de profissionalização de maior status social. (SPARTA; GOMES, 2005, p.51).

A escola possibilita ao jovem vislumbrar seu futuro; ela precisa, porém, conscientizar-se do seu papel de agente transformador. Ela é formadora de identidades e tem poder determinante nos comportamentos e atitudes dos educandos.

A superação dos conflitos, angústias e dificuldades, presentes na adolescência, depende de como os pais e educadores auxiliam o jovem nesta etapa da vida e, principalmente, do papel das políticas públicas socioeducacionais nesta direção. É fundamental que a educação compreenda como o adolescente vê o papel da escola para a realização de seus projetos futuros (NASCIMENTO, 2006). O mercado de trabalho exige que o profissional tenha mais que ensino fundamental e médio, uma vez que apenas o diploma não implica em tornar uma pessoa empregável. É preciso que ele tenha capacidade de tomar decisões e trabalhar em equipe (MARTINEZ; PERIC, 2009). Toda profissão é um modo do indivíduo inserir-se na realidade, situando-se sócio-historicamente (SILVA; BIRK, 2002).

Como já foi descrito anteriormente, o projeto de futuro profissional ocorre, na maioria das vezes, na adolescência e mesmo que isso não inclua como opção o ensino superior, uma possibilidade de escolha concreta já existe, independente da classe social a que este jovem pertence. No entanto, como descreve Bastos (2005) até o momento da efetivação da escolha, no percurso deste caminho há inúmeros fatores que interferem na busca do curso ou da profissão desejada, como a necessidade de trabalhar, a falta de recursos financeiros para pagar um cursinho ou a impossibilidade de concorrer com alunos oriundos de escolas particulares. Tudo isso tem peso no momento da decisão.

É preciso lembrar que o jovem faz estas escolhas a partir das experiências da realidade em que vive. Sendo assim, ele precisa movimentar-se num campo em que se articula a concepção de mundo de tais experiências, advindas do contato estabelecidos com as instancias sociais que convive: família, escola, trabalho, a rua, a igreja, a mídia etc. (KOBBER, 2008).

Conforme analisam Bock e Aguiar (1995), Silva e Soares (2001), a Orientação Profissional no contexto escolar tem uma proposta de atuação preventiva. A concepção de promoção de saúde destes autores, no contexto da orientação profissional, significa trabalhar com o indivíduo, planejando ações a partir das suas relações sociais, de modo que este possa compreender e transformar a realidade que o cerca. Isto inclui, prioritariamente, auxiliar o jovem a fazer escolhas autônomas, seja para um caminho acadêmico ou para o mercado de trabalho, tão logo ele conclua o Ensino médio. Diante disso, como é trabalhada a orientação profissional nas escolas?

Ferretti (1982) formula algumas questões como: quais indivíduos devem valer-se da orientação profissional na realidade brasileira? Qual orientação solicitada por esta realidade e quais os objetivos devem ser visados em função desta realidade? O autor comenta que quando a orientação profissional é direcionada para a população em geral, ela é realizada em uma agência educacional, uma vez que é através dela que a sociedade reproduz a sua ideologia. De acordo com esta afirmativa, Ferretti (1982) indaga: qual ideologia prevalece atualmente na prática de orientação profissional?

Discorrer sobre a orientação profissional nas escolas não é um assunto novo; no entanto, pouco se encontra na literatura sobre este tema quando o foco específico é sua aplicabilidade em escolas públicas. Ribeiro (2003, p.143) acrescenta que faltam “mais pesquisas, teorias e modelos que correspondam à realidade dessa população socioeconomicamente desfavorecida concentrada principalmente nas escolas públicas”.

Em pesquisa realizada por Bastos (2005) com o objetivo de investigar os fatores que influenciaram as escolhas profissionais dos alunos egressos do Ensino Médio público, constatou-se que em nenhuma das escolas pesquisadas ofereciam algum trabalho de Orientação Profissional. Assim, segundo esta autora, as escolhas destes alunos eram pautadas pelo aspecto estereotipado da profissão ou falsa informação sobre as mesmas, sem que houvesse algum espaço para

esclarecimentos, orientações ou ainda discussão sobre o mercado de trabalho. Desta forma, as chances de fazer uma análise crítica das profissões, de suas escolhas, eram restringidas.

Outro discurso explicitado pelos sujeitos da pesquisa realizada por Bastos (2005), foi que a maioria dos entrevistados trabalhavam para ajudar nas despesas familiares enquanto cursavam o ensino médio; consideravam o ensino de baixa qualidade e, portanto, não se sentiam preparados para prestar o vestibular, tampouco, muitos deles não tinham condições financeiras de pagar um cursinho que os preparasse para tal. Isto faz com que os alunos se responsabilizem pelo que consideram um fracasso, pela não ascensão educacional. A participação de um orientador profissional neste contexto daria outro sentido a este mesmo cenário: a reflexão e conscientização do aluno, através de uma visão macro, a respeito dos determinantes das inserções ocupacionais.

Pimenta (1981) lembra que a instituição da Lei 5692/71 é amplamente valorizada pelos governantes; na prática, porém, ela não se evidencia em todas as escolas. Bastos (2005, p.32) concorda com esta visão afirmando que:

A Orientação Profissional, historicamente, tem servido mais a alunos oriundos da escola particular (que possuem maiores possibilidades de escolha) do que aos da escola pública, visto que, para esses, outros fatores ligados à sua condição de classe interferem em suas trajetórias educacionais e profissionais. Esses fatores, muitas vezes, são desconhecidos pelos orientadores profissionais, que acabam por homogeneizar sua prática. Conhecer esses fatores se justifica pelo fato de poder oferecer subsídios para que os orientadores repensem sua atuação no atendimento.

Ribeiro (2003) e Kober (2008) afirmam que há uma crença no senso comum de que jovens provenientes de classes sociais e econômicas mais favorecidas têm toda liberdade de escolha para optar por qualquer carreira. Além de ter uma boa formação acadêmica, estes jovens têm condições financeiras pra manter-se no curso ou numa universidade privada, sem necessidade de trabalhar. Lisboa (2002) caracteriza ainda este jovem como sendo de região urbana, aluno de escola particular e que para buscar um espaço no mundo trabalho passa por um curso universitário.

Já com os jovens de classes econômicas mais desfavorecidas, ocorre o inverso. Costa (2007) relata as idéias pré-concebidas de que o aluno de escola pública é vítima de sua condição econômica e que, sendo assim, não tem direito de

escolher. Kober (2008) salienta que a transmissão destas crenças tem uma parcela de veracidade; no entanto, é preciso não ser reducionista e examinar a situação com mais cuidado, já que os caminhos escolhido pelos jovens vão depender da dinâmica interna de cada família e de como eles assimilaram esta herança.

Valore (2002), ao comentar sobre a inserção da orientação profissional em escolas públicas, salienta que este trabalho oportuniza ao orientador analisar os mitos em torno do fracasso destes alunos, lidar assertivamente com as possíveis diferenças frente à realidade social a que pertencem e desenvolvê-los para uma postura ativa frente a suas escolhas. Costa (2007) lembra que tais escolhas incluem também a não-escolha de um curso técnico ou superior. Optar por não continuar os estudos ou apenas trabalhar já é uma escolha.

Costa (2007) descreve a diferença entre os alunos que buscam a orientação em consultório daqueles de classe econômica desfavorecida. Os primeiros questionam sobre o que fazer no futuro e mesmo que isso não parta propriamente desses jovens, os parentes ou professores o questionam a respeito. Já os alunos de renda baixa, segundo esta autora, precisam ajudar no sustento da família e, sendo assim, ou conciliam estudo e trabalho ou abdicam dos estudos uma vez que os pais não têm condições financeiras de investir em curso superior.

Na visão de Ribeiro (2003), tais alunos necessitam mais do que de um trabalho de orientação profissional para a escolha de um curso para o ensino superior. Este autor questiona quais as demandas que tem estes jovens, que tipo de escolhas são ofertadas a eles e se tais escolhas correspondem a sua realidade.

[...] cada aluno tem um projeto pessoal e profissional destinado a si por sua família e pelo grupo social no qual foi gerado, que pode ou não incluir o estudo universitário, e que a explicitação da construção desse projeto nos ajudaria a identificar e entender como os aspectos sócio-históricos estariam sobredeterminando significativamente a trajetória de vida de cada um. (RIBEIRO, 2005, p.59).

Ferreira *et al* (2009) consideram que o desenvolvimento vocacional do jovem não é um processo individual, uma vez que ele ocorre nas interações dele com o meio e as oportunidades que este proporciona ao seu desenvolvimento. Sendo assim, esperam que as vivências construídas ao longo dos anos na escola possam facilitar aprendizagens significativas capazes de influenciar positivamente o

processo de orientação vocacional dos indivíduos. Deste modo, os professores, independente da área curricular que lecionam, são figuras fundamentais para o apoio e a influência desta construção, pela proximidade diária que estabelecem com o aluno.

Nas últimas décadas, o trabalho de orientação profissional tem sido comumente realizado por psicólogos, apesar de que, dificilmente este profissional é contratado para atuar em escolas públicas. Quando isso acontece, sua atuação é pautada em torno de problemas escolares mais emergentes, como os de problemas de aprendizagem, dificuldades de comportamento, questões sexuais e até as sócio-econômicas. Desta forma, a orientação acaba recebendo tratamento secundário (MELO-SILVA; LASSANCE; SOARES, 2004).

Assim, a escola deposita no professor a expectativa de exercer ações que facilitem a orientação profissional ao aluno. A questão que naturalmente se coloca é o quanto a identidade pessoal do professor (suas crenças, valores e preconceitos) influenciará, consciente ou inconscientemente, nas escolhas realizadas pelos alunos.

[...] os professores apoiam-se num conjunto de estereótipos e concepções pessoais que provavelmente influenciam a sua atitude, o seu discurso e as suas práticas pedagógicas sendo de esperar que também veiculem determinadas representações e crenças acerca da temática vocacional sendo de todo o interesse investigar o papel do professor na transmissão destas, partindo-se da observação e análise do seu desempenho em contexto real. (FERREIRA *et al*, 2009, p.46).

É evidente que o papel do professor como mediador na construção de projetos profissionais pelos alunos torna-se fundamental no contexto escolar; no entanto, ele deve ter consciência de seus limites de intervenção em suas práticas vocacionais e das influências que exercem em seus alunos.

Ribeiro (2003) sugere que a orientação profissional tenha uma prática mais abrangente e que não atenda apenas a uma parcela específica da população e, sim, a todos que busquem “uma orientação para a elaboração ou reelaboração do seu projeto de vida profissional, como nos sugere como diretriz de ação a IAEVG – International Association for Educational na Vocational Guidance (2001, p.149)”.

A Orientação Profissional não deve estar nas escolas apenas como uma disciplina no currículo, mas como uma força reflexiva através de ações que contribuam para seres humanos críticos e atuantes. Em consonância com a escola,

a orientação profissional deve desenvolver um pensamento crítico que faça estes alunos pensarem por si mesmos. A Orientação Profissional existe tanto para as escolas particulares como para as escolas públicas?

Essa é uma questão que nós analisaremos e é uma das que norteiam nosso trabalho.

4.2 Possibilidades de orientação profissional na escola

A Orientação Profissional, ao longo de seu processo histórico, fez alianças com vários campos dos saberes científicos, além da Psicologia: a Pedagogia, Antropologia, Sociologia, Administração, etc.

Atualmente, além das várias possibilidades de intervenções sociais, o campo abriga diversas abordagens, sendo algumas “com enfoques estritamente psicológicos e outras que incorporam referenciais econômicos, sociológicos e culturais; umas com maior ênfase no indivíduo e outras com maior focalização nas relações sociais e fenômenos macro-societários” (MACHADO, 2009, p.11).

Diante de múltiplos referenciais teóricos, surge o questionamento: qual o mais adequado para a realização de um processo de Orientação Profissional instituição de ensino?

Não há um único modelo teórico de orientação profissional a ser aplicado nas escolas, sejam elas públicas ou particulares, e que atenda as demandas e os novos desafios da contemporaneidade. Como já foi descrito no corpo desta pesquisa, são várias as teorias psicológicas em orientação profissional, além do que, cada profissional capta o processo vocacional de um ponto de vista específico. Bastos (2005) sugere que os orientadores repensem suas atuações e os fatores que interferem nas trajetórias educacionais e profissionais, de maneira a não homogeneizarem suas práticas.

Isso os conduziria a um referencial, de acordo com a realidade escolar em que atuam. Articulando teoria a esta realidade, a qualidade deste trabalho seria construída e concretizada dentro do espaço escolar a partir de pessoas que compõem este cotidiano. Caso a estrutura funcional da instituição apresente empecilhos, dificultando o processo, o orientador deve buscar uma maneira de

articular discussões e reflexões acerca da elaboração do Projeto de Orientação Profissional para que ele se torne coletivo.

Surge outro questionamento: qual um mínimo exigido de ações para a prática de orientação profissional nas escolas?

Independente do modelo teórico que será aplicado, algumas práticas de intervenção são importantes, apresentando-se como bases as atividades desenvolvidas na orientação profissional.

Soares (2002) aponta que as estratégias de ação devem ser adaptadas de acordo com as necessidades e disponibilidades existentes, assim como a utilização de instrumentos ou ferramentas que facilitam e dinamizam o trabalho. Para tanto, esta autora ressalta que o orientador, ao aplicar tais ações, deve ter claro qual referencial teórico será utilizado, além de conscientizar que o sucesso da modalidade de trabalho dependerá da sua percepção e da sua capacidade de compreender os alunos em suas necessidades específicas. As técnicas utilizadas (questionários, vivências, entrevistas, jogos, dinâmicas, testes, etc.) para viabilizar o trabalho, sempre embasadas no referencial teórico utilizado, são escolhidas contingencialmente, não havendo, segundo Soares (2002), técnica ou técnicas por excelência.

Assim, Soares (2002) propõe como objetivo geral da orientação profissional assessorar o indivíduo na superação das dificuldades encontradas diante do processo de escolha. Ao especificar os objetivos, a autora sugere auxiliar o jovem no autoconhecimento e conscientização dos fatores externos a ele, como as influências que interferem em sua escolha, fornecer informações sobre o mercado de trabalho, as profissões, universidades, globalização e empregabilidade, obter conhecimento da realidade social, política e econômica em que ele está inserido; compreender as expectativas dos pais como um reflexo de tal realidade; possibilitar que o jovem reflita sobre a escolha da profissão, relacionando-a com sua história pessoal; auxiliá-lo na formação da sua identidade profissional.

De acordo com Valore (2002) *apud* Levenfus, Soares e Cols (2002) algumas das possíveis ações voltadas à Orientação Profissional podem ser: palestras sobre o tema ministradas para os alunos, pais e professores; realização de feiras das profissões; desenvolvimento de programas pedagógicos objetivando discutir sobre a escolha; esclarecimentos sobre as profissões, cursos técnicos e de graduação através de material informativo; criação de oficinas para os alunos onde eles possam

expressar seus conflitos através de diversas expressões artísticas como a dança, o teatro ou a música; desenvolver trabalho de articulação entre os professores de cursos de graduação e os do ensino médio.

Ao desenvolver o trabalho de Orientação Profissional nas escolas, seja por iniciativa desta ou do orientador, Valore (2002) ressalta a importância de, inicialmente, estabelecer um contrato de trabalho explicitando os objetivos da Orientação Profissional, as técnicas e métodos que serão utilizados. Esta iniciativa possibilita evitar eventuais equívocos que possam surgir quanto à expectativa do trabalho, além de desmistificar conceitos pré-estabelecidos que muitos diretores, coordenadores e pais têm sobre esta prática.

CAPITULO V

5 METODOLOGIA

O presente trabalho fundamenta-se, primeiramente, em pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2002), é desenvolvida com base em material já elaborado constituído, principalmente, de livros e artigos científicos. Lima (2004) descreve que é um referencial indispensável que possibilita a fundamentação da hipótese formulada ou do problema a ser investigado, orientado por objetivos previamente fixados. Investigaremos, especialmente, materiais que tratem do tema Escola – Escolha Profissional. A base de dados compreende as pesquisas contidas no portal da CAPES sobre o tema e artigos em periódicos publicados nos últimos cinco anos em revistas Qualis A.

5.1 OBJETIVOS

Apesar das diferentes abordagens em Orientação Profissional, e considerando os trabalhos de estudiosos nesta área, como Lucchiari (1993), Bock (1995; 2002), Whitaker (1997), Levenfus (1997; 2002), Bohoslavsky (1998), Soares (2002), podemos observar que há um ponto em comum entre estes autores ao apontarem a importância da escola no processo da escolha profissional.

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo principal realizar uma investigação sobre a existência do trabalho de Orientação Profissional nas escolas públicas estaduais e privadas de Ensino Médio da cidade de Presidente Prudente-SP

Para esta iniciativa são estabelecidos como objetivos específicos:

- discutir o papel da escola, na atualidade, na construção de projetos profissionais para seus alunos.
- averiguar como se dão os processos de orientação profissional nas referidas escolas.
- analisar em que medida esta orientação responde aos desafios da sociedade atual e às expectativas dos alunos.

5.2 PROCEDIMENTOS

Numa primeira etapa da pesquisa, para a identificação da existência/inexistência do trabalho da orientação profissional, realizou-se um levantamento de dados das escolas públicas e particulares da cidade de Presidente Prudente- SP.

Para a investigação inicial foram contatados os diretores e coordenadores de todas as escolas que continham o Ensino Médio, uma vez que representam o final da educação formal, totalizando vinte e quatro escolas da rede pública e onze da rede privada.

O contato inicial entre a pesquisadora e os representantes destas escolas foi realizado por telefone. Nesta oportunidade foi questionado aos diretores ou coordenadores se a escola desenvolvia algum trabalho de Orientação Profissional junto aos alunos como também a justificativa da resposta dada. Foram ainda explicados os objetivos da pesquisa e se havia interesse das escolas em participar da mesma. Às escolas que se dispuseram a participar da pesquisa, solicitou-se um agendamento para a apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, posteriormente, programar a data para a aplicação do questionário.

Numa segunda etapa da pesquisa, do universo que constitui as escolas do município, elegemos quatro delas, sendo duas da rede pública e duas da rede particular, para realizarmos a coleta de dados do presente estudo. Para a escolha adotar-se-ia os seguintes critérios: primeiro – selecionar escolas que representassem o status de escola pública e particular existentes no município e, em seguida, identificar as escolas que atendiam a população com a qual trabalharíamos.

No entanto, como as escolas se recusaram a participar da pesquisa as escolhas foram realizadas pelo critério de acessibilidade, ou seja, as escolas eleitas para a efetivação do trabalho foram aquelas que se dispuseram, voluntariamente, à realização da pesquisa. No intuito de preservar a identidade das mesmas, elas serão denominadas de A e B (para as escolas particulares) e C e D (para as escolas públicas).

No que concerne a cidade de Presidente Prudente, uma vez que a pesquisa foi realizada em sua localidade, convém fazer inicialmente uma breve descrição da mesma.

5.2.1 Breve Histórico do Município

O município de Presidente Prudente foi criado em 14 de setembro de 1917 e localiza-se no interior do estado de São Paulo, a oeste da capital, distando desta cerca de 558 km. A população em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 é de 207 625 habitantes, sendo o 36º mais populoso do estado e apresentando uma densidade populacional de 367,7 habitantes por km². O Produto interno bruto - PIB é o 128º maior do Brasil, destacando-se na área de prestação de serviços.

Presidente Prudente conta com escolas em todas as regiões do município. Devido à intensa urbanização, os poucos habitantes da zona rural têm fácil acesso a escolas em bairros urbanos próximos. Em 2008, de acordo com o IBGE o município contava com aproximadamente 40.639 matrículas, 2673 docentes e 193 escolas nas redes públicas e particulares. A taxa de alfabetização municipal é de 98%.

A cidade conta com três universidades, uma pública e duas privadas, nove faculdades, sendo sete destas faculdades de educação à distância, além de instituições de ensino como a Fatec, Sesi e Senai, concentrando 80 mil alunos distribuídos em mais de 110 cursos de graduação e pós-graduação.

A Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente (Seduc) foi criada pela lei nº 2296/83, 21 de dezembro de 1983, e oferece cursos aos professores da Rede Municipal além de promover projetos de alfabetização. É também responsável pela coordenação com os órgãos federais e estaduais estabelecendo programas de ensino e educação em geral.

Uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas e publicada em 2009 na revista Você S.A. nº 133, apontou Presidente Prudente como a 27ª colocada no ranking das cidades mais promissoras para se construir uma carreira profissional.

5.3 Instrumentos e participantes

Para a coleta de dados empíricos na segunda etapa da pesquisa foram utilizadas entrevistas, com apoio de um questionário, com diretores e coordenadores pedagógicos, como instrumentos para a obtenção de informações necessárias sobre o tema investigado nas quatro escolas escolhidas da cidade de Presidente Prudente

- SP. A modalidade utilizada para entrevista seguiu o método semi-aberto¹ e a respectiva técnica.

A forma de análise dos dados abarcou a pesquisa exploratória sobre o tema, compreendendo entrevistas com os participantes da pesquisa a respeito das principais metas educacionais da escola em relação à orientação vocacional/profissional e os meios pelas quais ela se realiza.

Com a finalidade de investigar o papel da escola na atualidade na construção de projetos profissionais para seus alunos, desenvolvemos um questionário a ser utilizado na entrevista, constituído por dez questões fechadas e oito abertas Conforme (APÊNDICE A). As perguntas fechadas obtêm dados precisos uma vez que as alternativas são fixas; já as questões abertas permitem a obtenção de dados qualitativos, uma vez que possibilitam o aprofundamento do conteúdo explorado pelo respondente (LIMA, 2004).

Para elaborar estas questões orientamo-nos pelos objetivos da pesquisa, tomando por base a literatura especializada sobre o tema, a fim de levantarmos os aspectos mais relevantes a serem indagados por intermédio deste instrumento.

Este questionário, basicamente, visou conhecer as representações que os diretores e/ou coordenadores têm sobre a Orientação Profissional através da associação livre; explorar o que pensam sobre o trabalho de Orientação Profissional no contexto escolar; se a instituição realiza tal trabalho, a frequência e quais instrumentos ela utiliza; buscar saber se os participantes conhecem, e como, quais expectativas os alunos e/ou pais têm sobre Orientação Profissional.

Foi solicitado, ainda, que os entrevistados comentem se consideram que o sistema de valores transmitido na sua escola influencia na escolha profissional dos alunos.

Na terceira etapa da pesquisa, outro instrumento utilizado para a coleta de dados foi o grupo focal, que é uma técnica qualitativa cuja finalidade principal é compreender o processo de construção que o grupo tem a respeito de suas

¹ A entrevista semi-aberta combina perguntas abertas e fechadas. O informante pode discorrer sobre o tema proposto; questões definidas com antecedência são seguidas pelo pesquisador, de modo extremamente sutil, inserindo essas questões na informalidade. O entrevistador deve ficar atento para obter o controle e direcionar a conversa ao assunto que lhe interessa, elucidando questões que não ficaram claras e recompondo o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo, assim, um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

percepções, atitudes e representações sociais (VEIGA; GONDIM, 2001). O moderador do grupo exerce o papel de facilitador.

Para o registro das discussões do grupo foram utilizados gravadores; foi preservada a identidade pessoal de cada participante na divulgação dos resultados, uma vez que em tais grupos, durante o processo de discussão, os indivíduos revelam posicionamentos pessoais. Os sujeitos são alunos da terceira série do Ensino Médio e foram convocados, voluntariamente, pelas coordenadoras das escolas participantes da pesquisa.

5.3.1 Características essenciais do Grupo Focal

No âmbito das abordagens da pesquisa qualitativa, observa-se que a técnica do Grupo Focal vem sendo cada vez mais utilizada como instrumento em diversas áreas de estudo, com notável expansão na educação.

O grupo focal vem sendo empregado há muito tempo, sendo primeiramente mencionado como técnica de pesquisa em marketing por volta de 1920. Após a segunda Guerra Mundial, foi utilizado para estudar as reações das pessoas à propaganda de guerra; a partir da década de 1980 houve a preocupação em adaptar essa técnica ao uso na investigação científica (GATTI, 2005).

O grupo focal, como o próprio nome diz, pressupõe a existência de um ‘foco’ (GUI, 2003). A partir de reuniões em grupo, esta técnica possibilita a obtenção de dados com pessoas que representam o objeto de estudo, com o intuito de compreender, através de seus relatos, as diferentes percepções, representações, crenças, valores, comportamentos, atitudes, linguagens e simbologias que elas têm sobre um mesmo fato ou prática. É necessário que as pessoas que compõem o grupo partilhem alguns traços em comum, de acordo com o estudo a ser realizado (GATTI, 2005).

Gui (2003) esclarece que não se busca um consenso no grupo focal e sim a pluralidade de idéias. Desta forma cada participante, ao interagir com os demais componentes, pode defender suas opiniões, ratifica-las ou revê-las, podendo, ou não, influenciar as opiniões dos demais. Gatti (2005, p. 9) ao fazer uso da técnica do Grupo Focal, afirma que “há interesse não somente no que as pessoas pensam e expressam, mas também em como elas pensam e por que pensam”.

É desejável que haja um cuidadoso planejamento em torno do tema, sequenciando os aspectos a serem discutidos. Pode ser estabelecido um roteiro que funcione como um norteador para o moderador do grupo, não devendo transformar-se em uma obrigação a ser seguida (GUI, 2003). É importante que o moderador respeite o princípio da não-diretividade, sem contudo ser absoluto. Ele deve, sem se posicionar, fazer intervenções que facilitem as trocas (GATTI, 2005).

A composição do grupo, de acordo com Gatti (2005), deve ser, preferencialmente, de seis a doze pessoas, já que grupos com números maiores limitam a exposição de idéias de alguns participantes, o aprofundamento do tema e até mesmo os registros. A adesão dos componentes deve ser voluntária. Não se deve dar informações detalhadas sobre o tema a ser discutido, uma vez que, ao saber com antecedência, os entrevistados podem construir opiniões prévias, comprometendo o trabalho. Os encontros, com duração entre uma a duas horas, devem ser desenvolvidos em local que favoreça a interação dos participantes. Os registros das discussões podem ser feitos por um ou dois relatores com anotações cursivas; o meio mais utilizado, porém, é a gravação em áudio para não perder nenhum depoimento dos participantes.

CAPITULO VI

6 RESULTADOS

6.1 Levantamento inicial da presença/ausência da orientação profissional, resultados e discussão parcial

O resultado deste primeiro contato mostrou que na rede pública da cidade de Presidente Prudente nenhuma das 24 escolas realiza um trabalho sistemático de orientação profissional. Tampouco citaram o fornecimento de algum material, ou quaisquer outras ações que possibilitassem ao aluno esclarecimentos sobre o mercado de trabalho.

Apenas duas escolas da rede pública relataram a abertura de um espaço para reflexão. Uma delas desenvolvia um trabalho voluntário, e esporádico, por uma professora da disciplina de História. No entanto, segundo relato da coordenadora, quando a docente mudou-se para outra escola, tal trabalho foi abandonado.

Uma outra escola informou que realiza palestras com profissionais de Faculdades ou Universidades, da cidade de Presidente Prudente, que se apresentam espontaneamente para divulgar seus cursos por meio de seus profissionais.

As demais escolas da rede pública disseram que não desenvolvem nenhum trabalho de Orientação Profissional em função de diferentes circunstâncias justificadas pelos diretores ou coordenadores, como: “o estado não oferece e é caro contratar um profissional”; “os professores conversam com os alunos dentro da área de conhecimento”; “não sobra tempo por causa dos cadernos do programa curricular que o estado colocou como prioridade”; “nossos alunos são bem conscientes do que querem”.

Quanto à rede privada, todas as onze escolas, relataram que desenvolvem o trabalho de orientação profissional em parceria com profissionais da área de psicologia, contratados pela escola ou terceirizados.

Estas constatações não são novidades no discurso acadêmico e podem ser encontradas na literatura, como afirma Lisboa (2002). Esta autora descreve que, considerando a sociedade como um todo, o jovem que tem acesso à possibilidade de escolha é aluno de escola particular e pertence à classe média e média alta.

Ao questionar os entrevistados sobre qual a finalidade deste suporte, todos eles pontuaram a relevância deste trabalho como instrumento de auxílio ao aluno sobre o conhecimento de si e do mercado de trabalho. No entanto, sete dentre onze escolas afirmaram que a busca deste auxílio partiu da iniciativa dos alunos e/ou pais que questionam sobre a realização (ou não) deste trabalho na escola.

Vemos então que, apesar do ensino médio das escolas particulares centrarem-se na preparação do aluno para o vestibular, tais escolas não reconhecem a prática da orientação profissional como fator fundamental para o desenvolvimento de projetos futuros do aluno. O reconhecimento da importância da Orientação Profissional parece mostrar-se apenas no discurso; na prática, porém, revela-se a real intenção da maioria dos entrevistados uma vez que a iniciativa deste trabalho parte de uma cobrança dos pais.

O envolvimento dos pais na educação escolar é importante para a aprendizagem dos seus filhos e, conseqüentemente, do sucesso escolar. Carvalho (2004) recorda que mães de famílias de classe média de escolas particulares acompanham o desempenho escolar dos filhos auxiliando-os ou supervisionando-os em suas tarefas; frequentam reuniões escolares e têm contato com a professora. Quando necessário, essas mães contratam professores particulares para aulas de reforços e, em casos mais difíceis, psicólogos ou psicopedagogos.

Carvalho (2004, p.144), baseada em conclusões expressas no conceito de capital cultural de Bourdieu (1987), interpreta que se trata “em geral, de família dotada de recursos econômicos e culturais, dentre os quais se destacam o tempo livre e o nível de escolarização da mãe”.

Quanto à escola pública, Carvalho (2000) relata que o comportamento dos pais é descrito de outra forma. O baixo nível socioeconômico desestimula não só a participação destes pais nas reuniões escolares como também nos deveres de casa.

Gonçalves e Coimbra (2007) constataam que os níveis de educação e qualificação dos pais exercem significativa influência no planejamento e desenvolvimento dos projetos vocacionais dos filhos. Afirmam ainda que jovens de classe sociocultural e econômica média e média alta demonstram maior autonomia, o que lhes permite maior exploração vocacional gerando conseqüências positivas quanto às expectativas de seu futuro profissional.

Gonçalves, (1997, 2006), Trusty, Watts e Erdman, (1997 *apud* GONÇALVES; COIMBRA, 2007) apresentam também outro padrão. Estes autores sublinham que

os jovens de níveis socioculturais e econômicos médio baixo e baixo têm poucas expectativas com relação ao seu projeto de formação profissional, uma vez que suas condições econômicas e sociais os empurram para a primeira oportunidade de trabalho, por uma questão de sobrevivência que garanta a si e aos seus.

Os pais provenientes de contextos socioculturais e econômicos mais desfavorecidos revelam uma valorização com relação à “obediência/subserviência na educação dos seus filhos, reduzindo, assim, as oportunidades de exploração vocacional e as suas expectativas de formação e sucesso profissional”. (GONÇALVES, 1997; HOFFMAN; GOLDSMITH; HOFACKER, 1992 (*apud* GONÇALVES; COIMBRA, 2007, p. 5).

Andrade e Chechia (2005, p.440), ressaltam que:

A percepção negativa da escola e a modalidade de participação de alguns pais devem-se, talvez, à falta de esforço da estrutura educacional atual, para entender que a história escolar, tanto dos pais quanto dos filhos, pode, enfim, propiciar experiências cumulativas de frustração, capazes de impedir que a família reconheça o valor da escola e de sua participação na vida escolar de seus filhos.

É preciso cuidado para que este modelo de exigir pouco da escola não seja introjetado pelo próprio profissional que orienta e auxilia nas escolhas profissionais dentro das escolas públicas. Restringir a orientação profissional a determinado público, no caso os alunos de escola particular, implica em “idéias preconcebidas de que o aluno da escola pública ou ‘pobre’ não tem direito a escolher - sua condição é ser carente, vitimado pela situação econômica” (COSTA, 2007, p.80-81).

Vemos, portanto, que apesar do discurso social e político sobre a igualdade de oportunidades, não é isso que se observa na prática.

Bastos (2005, p.35) afirma que a ausência de discussão sobre o mundo do trabalho na escola “pode fazer com que seus alunos saiam despreparados para a construção de estratégias que lhes permitam enfrentar criticamente as dificuldades e buscar novos caminhos na concretização de seus projetos de vida”.

Constatamos, portanto, com Araújo (2005) que as escolas que propiciam em seus currículos um espaço para que o aluno reflita sobre as escolhas profissionais, não representam a totalidade.

6.1.2 Considerações sobre o Levantamento Parcial

A necessidade de uma política pública de Orientação Profissional no país fica evidente quando se observa o comportamento das escolas, principalmente da rede estadual, quanto a esse tema. Observamos que as mesmas ficam à mercê de iniciativas isoladas que, na maioria das vezes, não ganham força.

Mesmo que a orientação profissional seja reconhecida como um componente imprescindível para auxiliar o aluno na escolha da carreira, na prática torna-se uma atividade secundária, mesmo nas escolas particulares.

A Câmara dos Deputados está analisando um projeto de lei, apresentando em 16 de setembro de 2009, que obriga as escolas da rede privada e pública a oferecerem orientação profissional extracurricular aos alunos do ensino médio. O trabalho seria realizado por psicólogos ou pedagogos.

A proposta do Projeto de Lei 6068/09 é de autoria do deputado José Airton Cirilo (PT-CE) e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional” para acrescentar-lhe o § 6º do art. 26 dispondo sobre orientação profissional dos alunos de ensino médio” (BRASIL, 1996) Esta iniciativa, se aprovada, aumentará a probabilidade de tornar este trabalho de orientação acessível à comunidade, principalmente no atendimento aos sujeitos de escolas públicas. Mesmo sabendo que a aprovação de uma lei não altera rapidamente as práticas educacionais, é um início de uma mudança que ampliará a consciência da sociedade para a importância da intervenção em Orientação Profissional.

6.2 Coleta de dados

Anterior à efetivação da segunda etapa da pesquisa de campo, um questionário foi submetido a dois coordenadores de outras escolas da referida cidade, como pré-requisito para sentir a adequação das perguntas e eliminar possíveis distorções ou dúvidas das mesmas.

O questionário (APÊNDICE A) é composto de 19 questões, sendo 10 (dez) objetivas, com alternativas a serem marcadas, e as demais abertas, possibilitando ao entrevistado maior liberdade nas respostas. Ele teve como finalidade identificar

como coordenadores pedagógicos de quatro escolas, duas públicas e duas particulares, veem a orientação profissional.

De acordo com Deslandes *et. al.* (1994, p.21) a pesquisa qualitativa "trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" Antes da aplicação do questionário, foi solicitado ao entrevistado que verbalizasse livremente as palavras que vinham em sua mente quando ouvia a expressão orientação profissional, bem como sua opinião sobre este trabalho na escola. Essa mesma pergunta voltou a ser apresentada no questionário, com o intuito de observar alguma possibilidade de contradição entre aquilo que o entrevistado verbaliza oralmente e como ele sistematiza estas mesmas ideias ao redigi-las. A associação livre é um princípio básico do método investigativo da psicanálise onde o paciente é incentivado pelo analista a falar livremente, sem crítica, tudo que lhe venha à cabeça (FREUD, 1912), permitindo assim a interpretação das resistências, dos esquecimentos.

Na ocasião da aplicação do questionário, era solicitado a cada entrevistado a permissão para fazer uso de um gravador de voz. Dos quatro entrevistados, um se negou, dois permitiram que gravasse apenas a resposta da questão inicial e somente o quarto entrevistado permitiu que a gravação transcorresse durante toda a aplicação do questionário. A justificativa do entrevistado que se negou à gravação foi de que "prefere manter-se no anonimato"; acrescentando ainda que tal pesquisa "ficará à disposição do público e teme que algo dê errado ocasionando, para si, alguma punição". Quando foi questionado sobre o que seria "dar errado", o entrevistado não soube exemplificar. Sendo assim, uma vez que esta gravação não ocorreu, a pesquisadora anotou as impressões sobre Orientação Vocacional ditas pelo entrevistado. É relevante destacar também que tal entrevistado não preencheu os dados do cabeçalho com seu nome e cargo, como também utilizou lápis e borracha para preencher as respostas. Quanto aos dois entrevistados que preferiram apenas gravar a pergunta inicial justificaram que preferem assim ou por "receio de se expor".

O questionário foi enriquecido com entrevistas informais e observação simples para neutralizar possíveis lacunas ou limitações contidas na utilização de um único método. Chiavenato (2002) salienta que a entrevista possibilita, através de

uma comunicação clara, eliminar dúvidas, esclarecendo algum equívoco, ajudando a identificar outras fontes relevantes de evidências. Gil (1999) descreve que a entrevista informal objetiva abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador, ou então oferecer visão aproximada do problema pesquisado.

As escolas foram selecionadas pelo critério de acessibilidade (VERGARA, 2000), ou seja, pela prontidão dos diretores ou responsáveis pela escola para responder ao questionário. A aplicação do questionário, tanto nas escolas públicas quanto nas particulares, se deu entre os dias 23 de fevereiro a 01 de março de 2011 e ocorreram nas próprias escolas. O agendamento deu-se de acordo com a disponibilidade dos participantes, que já haviam assinado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B) confirmando suas participações como voluntários da pesquisa. Os entrevistados são todos do sexo feminino, sendo uma diretora e as demais coordenadoras.

A seguir, inicialmente será apresentada a caracterização destas escolas e posteriormente uma análise descritiva dos instrumentos de pesquisa e as discussões sobre as mesmas.

6.2.1 Caracterização das Escolas Pesquisadas

Pela preservação da identidade das instituições participantes da pesquisa, nomearemos as escolas particulares de A e B e as escolas públicas de C e D.

A Escola particular denominada A foi fundada em 1978; o ensino abrange da Educação Infantil ao Cursinho preparatório para o vestibular. A terceira série do Ensino Médio é dividida em três turmas, com cerca de 40 (quarenta) alunos em cada sala. O Cursinho também tem o mesmo número de alunos, porém tem apenas uma turma. A mensalidade desta escola no ano de 2011, tanto do Ensino Médio como do Cursinho, é \$ 1.128,00 reais (um mil cento e vinte e oito reais), denotando assim o alto poder aquisitivo de sua clientela.

A Escola B foi criada em 1974; o Ensino Médio, porém, foi implantado apenas no ano 2000. Atende alunos desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Possui apenas uma classe da terceira série do Ensino Médio com cerca de 35 (trinta e cinco) alunos, cuja mensalidade no ano de 2011 é de \$765,18 reais (setecentos e sessenta e cinco reais e dezoito centavos).

O Ensino Médio das escolas A e B funcionam apenas no período da manhã.

A Escola pública denominada C atende à terceira série do Ensino Médio nos turnos da manhã com duas salas e à noite com apenas uma. Cada turma tem cerca de 40 (quarenta) alunos. A escola foi fundada em 1968 e funciona para os alunos matriculados no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio.

A Escola D, fundada em 1968, atende alunos do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio; a 3º série deste contém duas turmas e somente no período da manhã. Cada uma delas tem cerca de 40 (quarenta) alunos.

6.3 Apresentação e análise dos dados

É importante ressaltar que os dados coletados nas quatro escolas, para o processo de análise, são respostas de uma parte da população antes pesquisada das 24 escolas públicas e onze particulares, ou seja, apenas de uma amostra. Kerlinger (1980) descreve população como um conjunto de pessoas que possuem características ou elementos que contemplam uma dada realidade a ser considerada. A amostra é a fração de uma população.

A interpretação dos dados coletados através do questionário, juntamente com as das entrevistas informais, foram submetidos a análise do conteúdo. Segundo Bardin (1977, p.14) a intenção da análise de conteúdo é compreender o conteúdo das mensagens além daquilo que se mostra, que aparece, “pois detrás de um qualquer texto, de uma qualquer opinião aparentemente clara esconde-se um significado, um sentido que é importante desvendar”.

6.3.1 Resultados do questionário/ associação livre

A aplicação do questionário, como descrita anteriormente, iniciou com uma pergunta onde a entrevistada pode descrever, livremente, as primeiras palavras que lhe vem à mente sobre orientação profissional. As respostas dadas pelas entrevistadas foram gravadas e podem ser visualizadas, em sua íntegra, no (APÊNDICE C). A seguir trechos das falas que sintetizam e representam o que cada uma das entrevistadas nas quatro escolas pensa sobre orientação profissional. Faremos referências das falas das entrevistadas através das escolas as quais elas pertencem.

A escola A, particular, relaciona a expressão orientação profissional à vocação.

A escola B, particular, descreve orientação profissional como um trabalho longo, cuja prática inicia-se no Fundamental II, com o desenvolvimento de diferentes ações, que vão se aprofundando quanto mais o aluno se aproxima da terceira série do Ensino Médio.

A escola C, pública, define orientação profissional um trabalho necessário para que o aluno obtenha satisfação na escolha profissional.

A escola D, pública, associa a um trabalho de esclarecimento das tarefas de uma função, demonstrando que uma escolha já foi realizada e o indivíduo já está desempenhando a profissão eleita.

A partir deste breve relato das entrevistadas, o significado de orientação profissional para cada uma delas demonstra a diversidade de interpretações sobre o mesmo conceito. Essa pluralidade de definições, no entanto, fornece elementos que parecem demonstrar o desconhecimento das escolas, com exceção da escola B, quanto ao trabalho de orientação profissional. A coordenadora dessa escola, em sua entrevista, relatou a multiplicidade de práticas realizadas objetivando que o aluno vislumbre as possibilidades profissionais para a tomada de decisão.

Esse é um dado bastante significativo uma vez que se há uma visão equivocada sobre este tema, como é possível auxiliar o jovem a superar seus conflitos quanto à escolha profissional? A superação dos conflitos vividos pelo adolescente, como nos mostra Nascimento (2006), depende de como pais e educadores o auxiliam nesta fase. E a escola, formadora de identidades, tem neste aspecto um poder determinante.

6.3.2 Resultados do questionário

Após a primeira questão verbal, que as entrevistadas responderam oralmente, seguiu-se um questionário, com a mesma pergunta, porém apresentado na forma escrita. A primeira questão foi na forma de associação livre. Freud (1912) descreve a associação livre de ideias como uma dimensão onde o sujeito expressa tudo que vier à mente, sobre algo que é encorajado a dizer, sem censura, sem resistências. O objetivo é investigar o que está além do conhecimento consciente do paciente.

Com base no questionário realizado, os resultados dos mesmos apontaram os seguintes dados:

- **Quais as primeiras palavras que lhe vêm à mente quando você ouve a expressão orientação vocacional:**

Escola A: *escolha de uma profissão*

Escola B: *mesa redonda, artigo científico sobre a profissão, teste vocacional, visitas técnicas.*

Escola C: *aptidão, competência, satisfação, determinação.*

Escola D: *Importante para o melhor desempenho dos futuros profissionais.*

É notório que cada uma das entrevistadas, em seus relatos, chama atenção para diferentes características ao descreverem o significado de orientação profissional. A escola A sintetiza este conceito como uma escolha; a escola B fala das técnicas utilizadas no trabalho de orientação; a C define o termo através de adjetivos e a escola D expressa através de um olhar sobre o desempenho futuro do indivíduo. No entanto, apesar de cada uma ter um enfoque, observa-se que as definições, em seu conjunto, compõem um todo, ou seja, conceitos relacionados à Orientação Profissional.

Ao comparar essas respostas com as da questão anterior, apesar da pergunta ser a mesma para as duas questões, mas com dinâmicas diferentes, notou-se um discurso congruente sobre a percepção que cada uma das escolas, através das entrevistadas, tem sobre o conceito de orientação profissional.

- **Quais suas opiniões sobre a Orientação Profissional nas escolas.**

Escola A: *Fundamental, imprescindível.*

Escola B: *Essencial e obrigatória.*

Escola C: *Penso que é muito importante os alunos do ensino médio participarem ou terem acesso a orientação profissional.*

Escola D: *Tenho certeza que é de grande valor para orientar os jovens que estão em dúvida.*

As respostas demonstram unanimidade entre os entrevistados, tanto das escolas públicas quanto das particulares, sobre a relevância do trabalho de

orientação profissional na instituição educacional. O que se observa na prática, no entanto, na maioria das vezes em escolas públicas, como nos afirma a literatura através de autores como Uvaldo (1995); Levenfus (2002); Araújo (2005) e Soares (2002); é que não há espaço nos currículos escolares para a realização deste trabalho ou o desenvolvimento de projetos neste âmbito. Quando isso ocorre, a escola se aproveita da falta de algum professor ou de alguma disciplina que esteja “adiantada” em seu conteúdo programático, o que demonstra a falta de regularidade para a realização do trabalho, revelando, mais uma vez, a contradição entre discurso e prática.

- **A escola tem realizado algum trabalho de orientação profissional? Qual a frequência e a justificativa, em caso negativo.**

As escolas particulares responderam que realizam durante todo o ano letivo e uma delas, a escola B, enfatizou que há um estudo que se inicia no ensino fundamental II sobre as áreas humanas, exatas e saúde.

Nas escolas públicas não há a realização do trabalho de Orientação Profissional e as justificativas foram: “penso que ainda não houve uma proposta efetiva nesse sentido” e “porque não foi necessário”.

De acordo com Bastos (2005); Lisboa (2002) a orientação profissional tem atendido mais a alunos de escola particular, havendo uma ideia pré-concebida de que tais alunos têm mais chance de se manter em uma faculdade, sem a necessidade de trabalhar, devido à sua condição sócio-econômica. No entanto, a transmissão desta crença, segundo Kober (2008) dificulta o estabelecimento de ações voltadas para o trabalho de orientação profissional nas escolas públicas. Estes alunos podem perceber a mensagem que, pela sua condição sócio-econômica, não têm oportunidade de escolher um curso superior.

A aceitação desta crença é uma forma passiva do próprio aluno para reduzir o conflito, mas que dificulta sua trajetória profissional pelo conformismo social.

Que expectativas os alunos desta escola têm quanto à possibilidade de escolha de uma profissão? Quando elas aparecem? Como a escola tem conhecimento disto?

Escola A: *Nossos alunos são muito bem sucedidos na escolha dos vestibulares. As expectativas surgem no início do Ensino Médio, mais*

especificamente na 3ª série e a escola tem conhecimento a partir desta procura.

Escola B: *A grande maioria sabe o que vai fazer. Muitos tinham uma ideia e ao conhecer a profissão diante das atividades propostas, mudaram. As expectativas desta escola surgem no 1º ano do Ensino Médio e o conhecimento sobre isto é obtido através de conversas informais com os alunos.*

Escola C: *Sinto e percebo que muitos alunos estão desmotivados no momento de escolher uma profissão.*

(* Aqui foi questionado como ela sente tal afirmação e a entrevistada relata que é através de conversas rápidas pelos corredores. Justifica que esta desmotivação é decorrente de não haver na escola um trabalho direcionado à orientação).

Escola D: *Pouca; baixa-renda.*

(*Aqui foi solicitado que ela descrevesse o que quis dizer sobre isto e a entrevista justificou que a situação financeira não permite pensar em uma graduação, uma vez que necessita primeiro buscar um trabalho para auxiliar a família).

Estas observações acontecem no 2º e 3º anos do Ensino Médio e a entrevistada tem conhecimento sobre isto através dos alunos e professores.

É possível notar como são altas as expectativas que os alunos de escolas particulares e das escolas públicas têm com relação a sua escolha profissional. A influência da condição socioeconômica destes alunos em suas escolhas é apontada como o fator mais relevante.

Os jovens de escola pública, em sua maioria composta por uma classe sócio econômica menos favorecida, têm necessidade de trabalhar para auxiliar a família ou até mesmo para custear seus estudos. Isso muitas vezes os desmotiva quando pensam sobre seu futuro profissional.

Há uma ideia pré-concebida, segundo Costa (2007) de que o aluno de escola pública, devido a sua condição econômica, não tem direito de escolher a futura profissão. Ribeiro (2003) defende que cada um desses alunos tem um projeto

peçoal ou profissional e que não necessariamente inclui a escolha de um curso superior. Daí a necessidade de informação a estes alunos de maneira que haja um outro olhar sobre seu futuro, sem as influências sociais determinantes que os rotulam.

Os alunos das escolas particulares demonstram não ter os mesmos conflitos que os da escola pública uma vez que suas condições sócioeconômicas não os impelem a escolher entre trabalho e estudo. Observa-se, porém, que o enfoque dado ao vestibular é mais importante que a escolha profissional dos alunos como aponta D'Avila e Soares (2003) e o relato demonstrado, nesta pesquisa, da escola A ao afirmar que os alunos "são muito bem sucedidos na escolha dos vestibulares".

Conforme o exposto, as escolas particulares e públicas assumem posições diferentes quanto ao seu papel de orientação profissional ao adolescente. Importa, porém, atentar sobre esta aparente contradição entre os adolescentes da rede pública e da rede privada uma vez que uma comparação com os dois grupos, independente do caminho que cada aluno escolher, evidencia o quanto ambos são reféns de influências sociais que determinam o curso superior como o único caminho possível para o sucesso na vida profissional.

- **Com relação aos pais dos alunos a escola nota preocupação por parte deles com a escolha profissional dos filhos? Em caso afirmativo, quais as preocupações?**

Todas as escolas afirmaram que notam esta preocupação, porém ela se apresenta com formatos diferentes entre as escolas particulares e públicas.

As justificativas dadas pelas escolas particulares quanto à preocupação dos pais é "se a escolha do filho será adequada" ou outros elementos como a realização profissional, financeira e o mercado de trabalho.

Quanto às escolas públicas, a preocupação é em relação à questão financeira, uma vez que muitos não conseguem entrar na universidade pública; portanto, os pais questionam se seus filhos terão como pagar uma faculdade. Esses pais se preocupam ainda, se mais tarde, quando seus filhos estiverem graduados, conseguirão se manter financeiramente com a profissão que escolheram.

É importante ressaltar que em uma das escolas públicas a entrevistada afirmou que poucos pais se preocupam com a escolha profissional dos filhos.

Os pais da rede privada têm grandes expectativas quanto ao futuro profissional de seus filhos, o que os leva a exercer forte influência no processo de

tomada de decisão destes. Os pais, ao buscarem a realização profissional por meio dos filhos (BOHOSLAVSKY, 1998) desejam que estes concretizem projetos que eles não puderam realizar (ROSSI, 1999); ou então, que seus filhos continuem sua história, caso esta seja resultado de sucesso. Estes pais preocupam-se em orientá-los na escolha de profissões que possibilitam fundamentalmente ascensão financeira.

Quanto aos pais dos alunos da rede pública, as expectativas recaem sobre a condição econômica e a preocupação sobre a possibilidade de seus filhos cursarem uma faculdade, ao mesmo tempo que necessitam trabalhar, quer seja para pagar os estudos ou para ajudar no sustento da família. Há pais que não demonstram preocupação sobre o futuro profissional dos seus filhos revelando a influência do determinismo sociológico, apontado por Ribeiro (2003) de que alunos de escolas públicas têm restrições quanto a aspiração profissional.

- **Práticas da Orientação Profissional na escola**

Em relação às questões sobre os instrumentos utilizados nas práticas de orientação profissional, bem como a frequência das mesmas, os resultados são apresentados abaixo.

Instrumentos	Escola A	Escola B	Escola C	Escola D
Palestras com profissionais de cada área		X	X	X
Feira de profissões		X		X
Material informativo sobre profissões	X	X		X
Grupos de discussão entre alunos, mediados por um professor		X		
Trabalho realizado por Psicólogo	X	X		
Outras		X		

Quadro 1- Quais instrumentos a escola oferece para auxiliar o aluno a fazer uma escolha profissional?

Fonte: Dados da Pesquisa (2011)

*Legenda: A,B,C,D – Escolas

A e B- Escolas Particulares; C e D – Escolas Públicas.

Obs: No item “Outras”, a escola B acrescentou que realiza pesquisas científicas sobre profissões seguindo normas da ABNT.

Os resultados demonstraram que, ao contrário das escolas públicas, nas escolas particulares há a presença de um psicólogo para a realização do trabalho de orientação profissional. Esta observação já foi descrita por Ribeiro (2003) ao afirmar que o trabalho de orientação profissional tem beneficiado, ao longo da história, mais os alunos de escolas particulares, uma vez que as condições financeiras favorecem a contratação deste profissional seja pela escola, seja por uma busca voluntária e individual, dos alunos, nos consultórios particulares. Bastos (2005) e Costa (2007) relatam em suas pesquisas a ausência de um profissional como o psicólogo para a realizar o trabalho de Orientação Profissional nas escolas públicas. Melo-Silva, Lassance e Soares (2004) afirmam que quando há a contratação deste profissional em escolas públicas, eles têm suas ações pautadas basicamente em atuações mais emergentes como problemas de aprendizagens ou comportamento.

O quadro mostra também que a utilização de instrumentos para a concretização do trabalho de orientação profissional não é homogênea, mesmo entre as escolas particulares. Entre estas a escola B utiliza todos os recursos necessários para facilitar a escolha do aluno, enquanto que a escola A oferece apenas o material informativo, além da atuação do trabalho do psicólogo. Esta diferença de ações demonstra o comprometimento da escola B com relação ao processo de escolha, não delegando esta função a um profissional, como pareceu demonstrar a escola A.

Quanto às escolas públicas, estas apresentam também diferenciações quanto à quantidade de instrumentos utilizados para a realização do trabalho de orientação profissional; no entanto, com menos disparidades entre ambas, como demonstrado entre as escolas particulares. A escola C oferece apenas palestras para seus alunos sobre cursos de graduação ou técnicos. Já a escola D, além desta prática, oferece ainda mais duas possibilidades: material informativo e feira de profissões.

Instrumentos/ Frequência	Semanal	Quinzenal	Mensal	Bimestral	Semestral	Anual	Não Realiza
Palestras				B	A e C	D	
Feira de Profissões					B	A e D	C
Material Informativo		A	B		C e D		
Grupos Operativos com professores				B		A	C e D
Oficinas com Alunos				B		C	A e D
Palestras para os pais					A	B	C e D
Grupos com alunos					B		A, C, e D

Quadro 2- Com que frequência a escola realiza ações voltadas à orientação profissional.
Fonte: Dados da Pesquisa (2011)

*Legenda: A,B,C,D – Escolas

A e B- Escolas Particulares; C e D – Escolas Públicas.

Foi questionado às entrevistadas qual a frequência de práticas que a escola poderia realizar quanto à orientação profissional. As alternativas mostraram práticas como palestras com profissionais da área de interesse dos alunos; feira de profissões; material informativo sobre as profissões; grupos operativos com professores para orientá-los na percepção de conflitos dos alunos quanto à escolha; oficinas como teatro, dança, música e literatura de forma que os alunos possam expressar seus medos e conflitos da adolescência; palestras para os pais sobre a influência da família e/ou da escolha nos dias atuais e grupos com alunos para que eles possam expressar seus conflitos e dúvidas frente à sua escolha.

Nessas alternativas de práticas, as opções de respostas quanto à frequência dividiam-se em semanalmente; quinzenalmente; mensalmente, bimestralmente, semestralmente, anualmente e, por fim, se não realiza nenhuma prática de orientação profissional.

Analisando os dados obtidos foi constatado que, quanto à frequência semanal, nenhuma das quatro escolas pesquisadas realiza qualquer ação voltada à orientação profissional.

Quinzenalmente, apenas a escola A realiza alguma ação e diz respeito ao material informativo sobre as profissões.

Mensalmente e bimestralmente, somente a escola B realiza alguma prática sobre a orientação profissional. Mensalmente esta escola oferece material informativo sobre as profissões e bimestralmente suas ações se dividem em palestras com profissionais da área de interesse dos alunos; grupos operativos com professores e as oficinas.

Semestralmente, as quatro escolas pesquisadas realizam alguma ação direcionada à orientação profissional, sendo a escola A por meio de palestras com profissionais da área de interesse dos alunos e palestras com os pais sobre a influência da família. A escola B realiza feira de profissões e grupos com alunos para que eles possam expressar seus conflitos e dúvidas frente à sua escolha. A escola C realiza palestras com profissionais e oferece material informativo sobre as profissões e, por fim, a escola D tem como ação, semestral, apenas a oferta de material informativo.

Anualmente, somente a escola A possibilita uma prática de orientação profissional que são os grupos operativos com professores para orientá-los na percepção de conflitos dos alunos quanto à escolha.

Quanto à não realização de alguma das práticas descritas observou-se que a escola A não realiza as oficinas e os grupos com alunos para que os mesmos expressem seus conflitos e dúvidas quanto à escolha. A escola C não realiza feira de profissões; grupos operativos com professores; palestras para os pais sobre a influência familiar no momento da escolha e grupos com alunos. A escola D não realiza grupos operativos com professores, oficinas ou palestras para os pais e grupos com alunos para a expressão dos conflitos. A escola B foi a única que demonstrou realizar todas as ações voltadas à orientação profissional sugeridas na pesquisa.

Soares (2002) esclarece que não há técnicas por excelência. Estas são escolhidas contingencialmente, a partir de uma análise da realidade em que o adolescente está inserido.

Diversos autores, dentre eles, Muller (1986), Jenschke (2002), Soares (2002) Bastos (2005), veem a orientação profissional como possibilidade de auxiliar o jovem no conhecimento de si e dos fatores externos a ele e que influenciam significativamente em suas escolhas. As ações praticadas em orientação profissional, desta forma, são o caminho para atingir este objetivo, agindo como facilitadoras para que o jovem reflita sobre este processo.

Através das práticas em orientação profissional, o adolescente vai construindo e reconstruindo conceitos sobre si, sobre a realidade que o cerca e sobre o mercado de trabalho, permitindo significados e interpretações muitas vezes diferentes do que ele havia concebido até então. Nesta perspectiva, a escola B, embora não se configure como modelo, aproxima-se do que poderíamos nomear como um ideal destas práticas, pela diversidade de recursos que utiliza para que a escolha possa ser refletida e discutida pelo adolescente de maneira mais consciente possível.

Para finalizar o questionário no último item foi colocada a seguinte pergunta:

- **Você considera que os valores transmitidos em sua escola influenciam na escolha profissional dos alunos? Comente.**

Transcrevemos a seguir as respostas que as entrevistas deram.

Escola A: *Influenciam e muito, no sentido de manter o padrão de vida da clientela que frequenta esta escola: médicos, juízes, promotores...*

Escola B: *Sim, ao apresentar a eles um leque de opções eles se sentem mais seguros ao tomar decisões e veem na escola este respaldo.*

Escola C: *Acredito que sim. Penso que quanto mais informação sobre a escolha profissional os alunos tiverem, melhor será e mais acertada será a escolha da profissão.*

Escola D: *Sim, pois a família impede (limita) os filhos por não terem condições financeiras, eles vão para o mercado de trabalho muito novos para ajudar a família.*

As redes públicas e particulares reconhecem suas influências sobre as escolhas profissionais de seus alunos, porém a vivência sobre este tema é percebida pelas escolas de maneira diferente.

A escola particular A, segundo relato dado, percebe a escolha da profissão como a possibilidade de manter o status socioeconômico de sua clientela, deixando transparecer a importância do ter em detrimento do ser. Sennet (2009), ao descrever o capitalismo flexível, afirma que este afetou as relações pessoais e sociais do indivíduo, uma vez que a nova ordem deste capitalismo impõe uma ética cujos valores significam o acúmulo do dinheiro a curto prazo. Os prejuízos, segundo este autor, resultam numa *corrosão do caráter* do indivíduo e das relações que ele estabelece, dificultando o desenvolvimento do ser.

A escola B considera que sua influência nas escolhas dos alunos, está relacionada às informações dos cursos de graduação, orientando-os quanto às disciplinas e mercado de trabalho destes, com o intuito de estimular as alternativas de cursá-lo. Tais informações entrelaçadas ao conhecimento de si, segundo esta escola, auxiliariam os alunos a fazer suas escolhas.

As escolas da rede pública também consideram que preparar o aluno para realizar escolhas conscientes é apenas informar sobre cursos e mercado de trabalho, como mostrou o relato da escola C: “Penso que quanto mais informação sobre a escolha profissional os alunos tiverem, melhor será e mais acertada será a escolha da profissão”.

Ou ainda, algumas vezes, isentando-se até mesmo desta função, segundo depoimento da escola D, já que atribuiu à família a responsabilidade de não auxiliá-lo neste processo, devido à condição socioeconômica já descrita aqui nas análises dos relatos anteriores.

6.4 Interpretação dos resultados

A partir da análise do questionário organizamos as respostas nos seguintes temas norteadores para a interpretação dos resultados:

- a) o significado da orientação vocacional, sua importância nas escolas e os modos de realização deste trabalho;
- b) as expectativas dos alunos e dos pais quanto à escolha profissional;
- c) a frequência das ações em orientação profissional;

d) a influência dos valores transmitidos nas escolas sobre os alunos em suas escolhas;

6.4.1 O significado da orientação vocacional, sua importância e modos de realização.

A análise das respostas fornecidas pelas diretoras e coordenadores quanto à importância atribuída à orientação profissional dentro das escolas parece demonstrar um outro sentido quando se trata de viabilizar suas práticas.

As escolas públicas, apesar de ressaltarem um caráter valorativo da Orientação Profissional, realizam poucas ações voltadas a este âmbito. As entrevistadas destas escolas relatam a dificuldade em encontrar um psicólogo que viabilize a realização do trabalho de orientação profissional, de caráter voluntário, uma vez que a escola não tem condições financeiras de pagar este profissional.

Pimenta (1981) sinaliza a contradição da lei 5692/71, Art. 10. Mesmo instituindo obrigatoriamente a Orientação Educacional e nela incluindo aconselhamento vocacional, na prática o cumprimento não acontece em todas as escolas, principalmente nas públicas.

É relevante considerar que, apesar da importância atribuída à orientação profissional pelas representantes das escolas públicas entrevistadas, há uma dicotomia entre a queixa presente em seus argumentos sobre não ter um orientador profissional presente na instituição para realizar este tipo de trabalho e o movimento na direção contrária, que seria a busca de um profissional. Como ilustração podemos citar que oferecemos voluntariamente nosso trabalho para estas escolas e mesmo elas demonstrando muito interesse, não entraram em contato posteriormente para a efetivação do trabalho, como haviam se proposto a fazer.

Nota-se que as práticas em orientação profissional estabelecidas nestas escolas se resumem a palestras oferecidas pelas instituições de ensino superior locais, objetivando divulgar os cursos existentes no interior das mesmas. Esta conduta, porém, por si só, não possibilita ao aluno o autoconhecimento ou a realização de uma análise crítica destas profissões e suas demandas no mercado de trabalho.

Outra forma de orientação profissional destas escolas públicas é através do professor, prática defendida por Valore (2002) como uma das ações que podem ser

desenvolvidas no contexto escolar. No entanto, é preciso ter cuidado quanto à forma de intervenção uma vez que, como nos sinaliza Ferreira *et al* (2009), a identidade pessoal do professor, formada por um conjunto de estereótipos, crenças e valores, provavelmente influencia na escolha do aluno.

Foi possível observar ainda em uma das coordenadoras entrevistadas a falta de compreensão conceitual sobre orientação profissional. Isso se mostrou em sua resposta sobre a importância da Orientação Profissional nas escolas, como revela o trecho a seguir da entrevista da escola C:

Há muitas. Por exemplo, nós enquanto coordenadores somos orientados pelo TCPPs da Diretoria de Ensino, para estar ajudando o professor dentro da sala de aula. Não que ele precise, que eles não saibam o conteúdo de matemática, português. Mas a gente vai orientar para ele caminhar melhor com os alunos, para o próprio aprendizado.

Assim nos parece que a entrevistada confundiu Orientação Profissional com orientação ao professor para a sua ação pedagógica.

As escolas particulares entrevistadas realizam o trabalho de orientação profissional em seus contextos escolares. No entanto, apesar da importância valorativa atribuída a este trabalho, estas escolas têm ações diferenciadas uma da outra, principalmente quanto ao início da sua realização. O seguinte fragmento da entrevistada da Escola B explicita esta diferença:

[...] a gente trabalha com isso, orientação profissional começa desde o Fundamental II, do 6º ao 9º ano.

Na escola A esta prática tem início no Ensino Médio, mais especificamente na terceira série, pela procura dos próprios alunos. Parece tratar aqui, mais uma vez, de um discurso um pouco distante da prática, uma vez que a configuração do trabalho de orientação profissional no interior da escola A parece atender apenas à exigência de uma clientela que, pressionada por uma sociedade que define que uma escolha profissional deve acontecer ao final do Ensino Médio, busca então auxílio para realizar suas escolhas.

Este depoimento aproxima-se da dimensão mencionada por Baumann (2001) ao descrever que a sociedade vê a produção e o consumo não como meios, mas como finalidades a serem atingidas e o autor indaga como é possível realizar uma orientação em uma sociedade de caráter fluído.

Esta afirmação de Baumann (2001) nos leva a concluir que as escolas, ao se preocuparem fundamentalmente com a aprovação do aluno no vestibular, atendem ao interesse de uma sociedade capitalista e imediatista e deixam de lado seu papel principal, o de formadora de identidades.

6.4.2 As expectativas dos alunos e dos pais quanto à escolha profissional

É bastante expressiva a diferença de expectativas dos alunos de escolas particulares e das escolas públicas, tal como percebido pelas entrevistadas.

A visão de trabalho, difundida na sociedade capitalista, atribui um sentido de sobrevivência para classes econômicas menos favorecidas. Uma vez que esta classe compõe uma grande parcela das escolas públicas, tal significado influencia negativamente estes alunos que não atribuem as oportunidades de crescimento profissional a seu grupo social. Esta observação é destacada por Ribeiro (2003, 2005) ao demonstrar a importância de conhecer os aspectos sócio-históricos destes jovens, uma vez que estariam influenciando sobremaneira suas trajetórias pessoais. Igualmente importante na observação deste autor é a falta de informação para estes jovens sobre mercado de trabalho. Este conhecimento possibilitaria ter uma outra visão sobre as diversas formas de atuação profissional.

Esta sugestão se confirma através dos relatos das entrevistadas da rede pública, que afirmam que os alunos destas escolas temem o mercado de trabalho uma vez que consideram que este só emprega quem tem curso superior.

Outro dado observado no relato das entrevistas e que reforça a insegurança e a desmotivação dos alunos ante as expectativas do seu futuro profissional, é que eles consideram difícil passar no vestibular porque o ensino de suas escolas é fraco, dado este sinalizado por Bastos (2005) em sua pesquisa. Ao mesmo tempo que estes alunos se sentem obrigados a fazer uma escolha ao final do Ensino Médio, temem escolher errado.

Com relação aos alunos das escolas particulares, observa-se a orientabilidade da profissão como uma prática presente no meio escolar. Este

suporte possibilitaria, na medida do possível, que o jovem tenha uma escolha consciente.

A relevância deste suporte é destacada pela escola B, uma vez que a entrevistada desta escola indaga sobre o prejuízo, que possivelmente teria, diante a ausência do processo de orientação profissional na escola.

A escola ela tem por obrigação. Eu acredito. Tanto que a escola tem isto dentro das nossas disciplinas que orientar, que encaminhar este aluno. Até porque temos hoje no terceiro ano nossos oito alunos que não sabem o que vão fazer ainda e já passaram por tudo isso. Você imagina se a escola não faz? Então a escola tem este papel, de orientar, de trazer a estas discussões.

A prática em orientação profissional precisa ter ações mais abrangentes e não restrita apenas a uma parcela da população, visão sustentada por Ribeiro (2003).

Quanto às expectativas dos pais sobre a escolha profissional de seus filhos observa-se também uma grande diferença entre as escolas públicas e particulares.

A família exerce uma influência importante na realidade do adolescente podendo ser facilitadora ou dificultadora do seu projeto de escolha. A forma como o jovem representa o mundo do trabalho é influenciada pelas profissões dos pais, como mostrou Soares (2002), independente da classe socioeconômica a que pertence. Pais que reconhecem o curso superior como forma de crescimento profissional; a valorização ou desvalorização de certas profissões (WHITAKER, 1997); ou ainda a transmissão do significado de trabalho como algo desgastante e rotineiro, são exemplos que demonstram o quanto as expectativas familiares podem resultar em escolhas distorcidas pelo jovem caso, este não as perceba.

A influência dos pais de alunos das escolas particulares em suas escolhas, segundo relato das entrevistadas destas escolas, pode ser observada no discurso destes alunos quando questionam sobre o mercado financeiro de determinada profissão. Apesar de seus pais afirmarem que não interferem na escolha dos filhos, mostram-se contraditórios quando estes filhos acenam a possibilidade de escolher um curso que ofereceria uma renda abaixo das condições econômicas que a família apresenta. O relato a seguir, da entrevista da escola A, ilustra isso.

Tem pai, a gente vê, que obriga o filho a escolher uma carreira que ele já segue. Tem pai que é médico, por exemplo, e quer que o filho seja médico e as vezes o aluno, coitado, não consegue falar não para aquele pai. Imagina como ele vai ser infeliz? Que médico vai ser? Ou tem aqueles que escolhem ser médico ou estudam pra ser promotor, juiz porque querem manter o mesmo padrão de vida que a família já tem.

Uma vez que em nossa sociedade o reconhecimento social se dá através do status profissional adquirido, o jovem acaba sendo influenciado por estas ideias, dos pais e da sociedade e pautam suas escolhas por estes referenciais, sem que haja uma reflexão crítica e aprofundada sobre isto, tanto destes alunos como também de seus pais, que não questionam este discurso social vigente.

Para os pais de alunos das escolas públicas as expectativas sobre o futuro profissional dos filhos recaem sobre a condição socioeconômica familiar. Estes pais revelam a necessidade imediata dos seus filhos arrumarem um emprego para auxiliar no sustento da família, ou, caso estes filhos optem por fazer um curso superior, preocupam-se com a possibilidade deles custearem os próprios estudos. Apesar disto, o ideário de ascensão social através de um curso superior faz-se presente nestes pais também, como forma de melhorar sua condição de vida.

Isso demonstra como o significado do percurso profissional que os pais têm para seus filhos difere quanto à classe social e os determinismos sociais vigentes interiorizados por eles, já descritos por vários autores citados no corpo desta pesquisa como Bohoslavsky (1998); Rossi (1999); Lisboa (2002); Souza (2002); Ribeiro (2003), Maffei (2008), dentre outros.

6.4.3 A frequência e os tipos de ações em orientação profissional.

As práticas mais comuns de orientação profissional, observada em todas as escolas, são as palestras com profissionais de cada área e o material informativo sobre as profissões. Merece destaque a escola B como sendo a que mais dispõe, em sua instituição, de ações voltadas para orientação profissional. Quanto à atuação de um psicólogo para desenvolver este trabalho, encontramos apenas nas escolas particulares.

A frequência das ações apontadas nas alternativas dos questionários difere entre as escolas, seja da rede privada ou pública. Esta diferença, possivelmente,

está ligada à maneira como cada escola concebe o trabalho de orientação profissional, sua importância e relevância, além das necessidades que os jovens apresentam no momento da escolha e que podem ser contingenciais.

Por meio da análise das práticas de Orientação Profissional mostradas como alternativas e suas frequências, conclui-se que, mesmo que não haja um único modelo de intervenção a ser aplicado nas escolas, como salientam alguns autores como Bock (2002); Levenfus (2002), Soares (2002); Bastos (2005), é necessário que a escola reflita de maneira assertiva sobre suas ações adotadas no contexto escolar quanto à orientação profissional.

O objetivo desta reflexão é no sentido de compreender se a frequência das práticas adotadas é fruto da realidade escolar que se apresenta ou de crenças difundidas pelo senso comum sobre o aluno de escola pública e da escola particular. Nessas crenças o aluno de escola pública seria vítima de sua situação econômica e portanto não teria direito de escolher (COSTA, 2007) e o aluno de escola particular teria mais liberdade de escolha, favorecida pela sua classe social (RIBEIRO, 2003; KOBER, 2008).

No entanto, a escola precisa compreender que, mesmo que o aluno opte por não realizar um curso de graduação ou técnico, isto já é uma escolha. Sendo assim, cabe à escola, oferecer ao aluno um espaço de reflexão sobre seu futuro, para discutir e pensar sobre sua trajetória profissional. Segundo Valore (2002) a escola deve orientar este aluno a desenvolver uma postura ativa frente à sua realidade, discutindo, como afirma Bastos (2005) a sociedade e suas oportunidades de escolha.

Quanto às escolas particulares, indiferente da quantidade de instrumentos utilizados, cabe repensar sobre suas práticas para perceberem se suas atuações são no sentido de atender uma exigência dos pais, que cobram da escola o trabalho de orientação profissional, ou se estas instituições são sujeitos ativos envolvidos conscientemente no processo de facilitadores da escolha do aluno.

Mais do que estabelecer a quantidade e frequência das práticas em orientação profissional nos contextos escolares, elas precisam inicialmente estar conscientes da importância deste processo e a consequência social desta prática. O desconhecimento disto resultará na mera reprodução de modelos tayloristas e fordistas, oriundo do processo industrial das fábricas, baseados apenas na produção crescente de volumes.

6.4.4 A influência dos valores transmitidos nas escolas sobre os alunos em suas escolhas

Os depoimentos das entrevistadas quanto à influência dos valores transmitidos nas escolas revelam uma visão dicotomizada das mesmas, expressos em seus discursos, tanto nas escolas públicas como nas particulares. Não nos parece que os valores sejam reconhecidos em sua função de subsidiar e conscientizar o jovem da importância da escolha profissional, assumindo com ele um papel ativo neste processo. Na prática observa-se que os valores transmitidos por estas escolas têm caráter primordialmente informativo, em detrimento do formativo.

Valores como a competição, resultado da sociedade capitalista, podem ser notados no depoimento da escola B.

Aqui na escola nós temos uma meta anual. E uma de nossas metas é por no mínimo 10% dos nossos alunos em universidades públicas. Ano passado nós tivemos 72% dos alunos que passaram no vestibular e destes 72%, entraram 18% em faculdades públicas, então a gente ultrapassou.

A competição também pode ser observada no discurso da escola A que informou, através de sua entrevistada, que os pais buscam esta escola para matricular seus filhos atraídos pelo alto índice de aprovações dos alunos em universidades públicas ou nas faculdades particulares onde a concorrência é alta. A entrevistada citou como exemplos de faculdades particulares a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e a Faculdade Cásper Libero.

A escola A, ao descrever a influência dos seus valores na escolha profissional de seus alunos, afirma que todos da escola estão envolvidos no processo de formação educacional deste aluno a fim de torná-lo um cidadão responsável.

As escolas públicas, quanto à influência na transmissão de seus valores aos alunos, tratam as escolhas profissionais pelo viés informativo sobre cursos e mercado de trabalho. Estas escolas parecem demonstrar que uma escolha fundamentada nestas bases é o suficiente para garantir aos alunos preparo para o mundo profissional. Chama-nos atenção que é justamente a ênfase na informação

que a escola dá que revela a sua desinformação quanto ao trabalho de orientação profissional.

Mesmo encontrando dificuldades, as escolas públicas devem buscar maneiras de propiciar discussões acerca da elaboração de ações oficiais e não esporádicas, que auxiliem o indivíduos em suas escolhas. Estas ações devem vir de dentro para fora, ou seja, pautadas em reflexões sobre a importância de sua influência nas escolhas do aluno, seja pela sua omissão, pela sua transmissão passiva do determinismo social vigente, ou seja, pelo seu comprometimento enquanto agente transformador. De igual modo, isto também se aplica às escolas particulares.

Sparta e Gomes (2005) consideram que a escola, ao preocupar-se fundamentalmente com a aprovação do aluno no vestibular, deixa de lado seu papel de formação integral, além de desestimular os jovens a ter um comportamento exploratório profissional que desenvolva seus projetos profissionais.

Como já foi apontado neste trabalho, a escola do século XXI, ao preparar o aluno para o mercado de trabalho deve, acima de tudo, priorizar sua condição humana, desenvolvendo nos jovens principalmente, como já nos mostrou Menezes (2001) a autoestima, os valores humanos e a consciência social.

6.5 Grupo focal

A escolha do Grupo Focal como instrumento para a coleta de dados compôs a terceira etapa da pesquisa. Esta técnica, segundo Morgan (1997) pode ser utilizada como fonte complementar e não como atividade principal da investigação. Sendo assim, os dados colhidos no Grupo Focal foram adicionados aos instrumentos realizados nas etapas anteriores desta pesquisa como as entrevistas e os questionários.

A finalidade principal do Grupo Focal nesta pesquisa consistiu em compreender quais as percepções, ideias e sentimentos que o adolescente tem com relação à escolha da profissão. Foi estruturado um roteiro que serviu como norteador para a condução do grupo focal e aprofundamento da pesquisa. Desta forma, buscou-se investigar três aspectos: 1) que influências o adolescente sofre na escolha profissional 2) como o adolescente percebe o momento da escolha 3) qual o papel da escola na escolha profissional.

O tempo de debate para cada questão-chave foi previsto para que ocorresse em torno de 20 minutos. Apesar desta delimitação, contou-se com a possibilidade da alteração deste tempo caso as respostas dadas em cada aspecto debatido fossem aprofundadas.

Os sujeitos deste estudo foram adolescentes da terceira série do Ensino Médio de uma escola pública e de uma escola particular, já participantes desta pesquisa. A seleção dos estudantes para a formação do grupo foi feita pela coordenadora da própria instituição que fez o convite inicial de forma aberta, para a sala toda, indicando aqueles que manifestaram disponibilidade em participar da pesquisa voluntariamente.

Posteriormente foi marcado um encontro entre a pesquisadora e os componentes do grupo de cada escola, quando foram apresentadas a eles informações da pesquisa, sem muitos detalhes para que os participantes não formassem conceitos ou opiniões prévias sobre o assunto. Foi ressaltada também a importância da participação de cada um na pesquisa e um relato de como seria o procedimento para realização do trabalho, ou seja, local, horário, a gravação e o sigilo das informações, além da presença de um auxiliar da pesquisa. O comunicado sobre a gravação da reunião não teve nenhuma objeção por parte dos alunos sobre este fato.

Posteriormente foi agendado o encontro para a realização do grupo focal. Participaram seis adolescentes em cada grupo, número suficiente para que pudessem partilhar suas percepções de maneira a produzir discussões grupais sobre o tema investigado.

O local para a realização do grupo focal, na escola particular, foi na sala da coordenação da escola. Na escola pública, o encontro foi na sala de leitura uma vez que, segundo a coordenadora, era o único local disponível naquele momento e onde não seríamos incomodados. Estes espaços foram sugeridos pelas próprias coordenadoras por não haver nenhum outro disponível. Os ambientes foram adequados às reuniões com acomodações para todos os participantes e sem ruídos ou interrupções que permitissem eventuais distrações, garantindo a privacidade do debate. As cadeiras foram dispostas em círculos, possibilitando a visualização de todos entre si, com exceção da observadora que permaneceu fora do círculo para que pudesse fazer as anotações do grupo sem chamar atenção e possivelmente desviar a concentração de algum participante.

A pesquisadora/moderadora estabeleceu o *rapport* com os alunos, agradeceu a presença de todos, desejando boas vindas e ressaltando mais uma vez a importância da presença deles nesta pesquisa. Antes de iniciar a discussão, a pesquisadora explicitou ainda, para cada grupo, algumas regras para que houvesse autonomia e bom funcionamento do grupo. São elas: a) somente uma pessoa fala de cada vez a fim de evitar discussões paralelas; b) ninguém pode dominar a discussão, oportunizando assim que todos participem; c) respeitar a opinião dos outros membros do grupo; d) não comentar o que foi discutido na reunião fora do grupo focal, respeitando assim a privacidade de cada um.

Após esta etapa, antes de iniciar as perguntas norteadoras para transcorrer a discussão entre os participantes, a pesquisadora/moderadora utilizou-se de uma técnica de estímulo para incentivar a explosão de ideias para o desenvolvimento do tema. Foi solicitado aos alunos que descrevessem, sem censura, em uma palavra aquela que mais expressasse o que sentiam quando pensavam em escolha profissional. Gatti (2005, p.9) afirma que “o grupo focal permite emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de manifestar”.

Para a coleta de dados foi utilizado como recurso a gravação (áudio). O Grupo foi conduzido pela pesquisadora/moderadora e a responsabilidade pelas anotações das observações dos comportamentos verbais e não-verbais dos participantes foram registrados por uma psicóloga com experiência em Grupo Focal. Em cada grupo foi realizada uma sessão com duração de aproximadamente 1 hora.

Ao final da sessão do grupo, a pesquisadora/moderadora fez uma síntese do que foi discutido, oportunizando a cada participante um espaço para acrescentar ou mudar alguma ideia sobre o que foi discutido, objetivando esclarecer e complementar as informações debatidas. Em seguida, encerrou agradecendo a colaboração de todos.

6.6 Resultado e discussão do grupo focal

A partir da transcrição das gravações em áudio (APÊNDICE D e E) foi feita uma leitura exaustiva dos depoimentos. Esta fase é chamada de pré-análise dos dados e objetiva reconhecer os temas mais utilizados (BARDIN, 1977) em cada grupo.

A segunda etapa caracterizou-se pelo agrupamento dos temas, categorizando-os. A saber: 1) as influências; 2) o momento da escolha; 3) o papel da escola na escolha profissional. A imersão nestes temas possibilitou o aprofundamento e a compreensão analítica.

O primeiro tema, sobre as influências na escolha profissional, investigou como o adolescente as percebe ao realizar uma escolha profissional. Buscou averiguar se ele tem conscientização destas influências e quais delas são as mais determinantes em sua decisão.

O segundo tema, o momento da escolha, discutiu-se o momento da escolha profissional e de que maneira o adolescente vivencia este período.

O terceiro tema, o papel da escola, revelou a percepção que o adolescente tem sobre a instituição diante da sua escolha profissão, o apoio e práticas oferecidos pela escola.

Após a categorização dos temas, foram extraídos trechos das entrevistas que representassem os temas discutidos. A interpretação foi realizada concomitante aos autores que subsidiaram o referencial teórico desta pesquisa.

6.6.1 Escola particular

6.6.1.1 As Influências

Na primeira temática explorada observou-se a influência socioeconômica e a familiar nas escolhas dos adolescentes, sendo esta última a mais forte. Todos os alunos participantes da escola particular confirmaram o quanto a família influencia no momento da escolha de uma profissão.

As influências familiares podem ser explicitadas através de opiniões, segundo Almeida e Pinho (2008) e o jovem sente-se pressionado a seguir carreiras impostas pelos membros da família.

A3- Meu pai não fala nada. Mas minha mãe insiste em dizer que devo fazer outra coisa. Ela quer que eu faça Relações Internacionais ou Tradutor Interprete. Diz que psicologia não dá dinheiro, mas ela diz que se é isso que vai me fazer feliz, tudo bem.

A6-Eu tô em duvida entre medicina e a área de exatas. Eu adoro exatas, mas minha família toda é de médicos, é da área de saúde então fica aquela pressão toda pra eu fazer medicina.

Rossi (1999) e Almeida e Pinho (2008) revelam que a criança, desde que nasce, é o depositário dos sonhos dos seus pais e estes esperam dos filhos uma aceitação passiva diante destes projetos pré- determinados. Silva (1992) esclare que muitas das atitudes, opiniões e sentimentos que os pais expressam aos filhos acabam por direcioná-los em sua educação e, conseqüentemente, nas escolhas.

Podemos também notar a influência familiar manifestada não apenas na escolha do curso, mas também na escolha por uma universidade pública. Esta influência é descrita pelos alunos como pressão, seja de maneira explícita:

A3- *Eu tenho que fazer pública por dois motivos: porque minha mãe não paga particular e a única faculdade de psicologia daqui de Prudente é paga.*

ou velada:

A1- *Meus pais não falam nada, mas é como se fosse uma obrigação minha. Depois deles pagarem toda a escola, tem que ter um retorno, sabe?*

A4- *É. Acho que não é cobrança dos pais. Acho que é responsabilidade nossa.*

Rossi (1999) aponta que uma das formas de influência adotada pela família é a postura de não expressar abertamente seus desejos, manifestando inclusive uma postura de indiferença.

A pressão para passar em uma universidade pública também se observa através dos professores.

A1- *Os professores cobram, perguntam se a gente já escolheu, ficam falando de Fuvest, de faculdade pública, que a gente tem que estudar, que é concorrido.*

A busca pelo retorno financeiro é outra influência presente no momento de decidir por uma carreira profissional.

A6- *Acho que não dá pra não pensar nas duas coisas juntas. Você escolhe uma coisa que você gosta e mais tarde fica desempregado? Acho que tem que pensar nisso também, no dinheiro que aquela profissão vai dar.*

A5- *Na verdade a gente quer escolher algo que goste e também que dê dinheiro.*

A2- *É. Juntar as duas coisas.*

Os indivíduos de classe econômica alta demonstram uma preocupação com o seu status social (MAFFEI, 2008) e isto os leva a optarem por profissões que propiciem mais tarde retorno financeiro de forma a manter o padrão socioeconômico familiar.

6.6.1.2 O momento da escolha

O momento da escolha profissional é caracterizado pelos alunos por meio sentimentos que eles definem como medo, dúvida, pressão e obrigação. Levenfus e Nunes (2002) salientam que os adolescentes demonstram medo de realizar escolhas erradas e ter que, posteriormente, mudar.

A3- *Você já tem a dificuldade de escolher qual curso, depois tem a dificuldade do vestibular e aí depois que passa vê que não era aquilo? E se isso acontece quando você acaba a faculdade? Já pensou você descobrir que aquela profissão que você achava que era pra você, não era?*

A2- [...] *E se eu escolher um curso e me arrepender?*

Há uma imposição da família, através da sociedade, que o aluno realize a escolha de uma profissão ao final do 3º ano do Ensino Médio (SANTOS, 1995, *apud* SEMENSATO, 2009) e seja aprovado no vestibular uma vez que a entrada em uma universidade significa a representação social do mundo adulto (SEMENSATO, 2009). Isto faz com que os adolescentes vivenciem este momento como pressão e obrigação de passar no vestibular.

A5- *Ah sei lá, você tá no terceiro colegial, tem que passar. Uma obrigação.*

As ansiedades que os adolescentes têm decorrentes de tais cobranças são somadas à necessidade de ter que passar em uma faculdade pública.

A3- *A família tá contra, aliás tá pressionando. Você tem que passar no vestibular, ficou estudando em escola particular a vida inteira. E o mínimo que você tem que fazer é passar numa boa faculdade.*

A6- *A família tá esperando alguma coisa de você, já que investiu tanto pagando uma escola particular.*

Observa-se que as 'obrigações' vivenciadas pelos adolescentes são desprovidas de reflexões, justificando a necessidade de um curso superior como a única forma de manter-se no mercado de trabalho.

A2- *Arrumar emprego já é difícil quando tem diploma, imagina se não tem?*

A4- *Conheço gente que tá formada e ganha super pouco. E se o cara não tivesse feito faculdade?*

Outra característica que se apresenta nos discursos dos alunos é o receio que eles têm de que, ao não passar no vestibular tão logo concluem o Ensino Médio, ficarão atrasados com relação ao mercado de trabalho.

A4 – [...] *Dependendo do tempo que eu for demorar para passar no vestibular é o tempo que eu vou levar para me formar. Se eu só passar no final do ano, eu já perdi um ano da faculdade. Perder um ano na faculdade é se formar um ano depois dos seus amigos.*

A1- *É perder um ano de mercado de trabalho.*

A categoria de tempo é fruto da atual ação social, marcada pelo consumismo exagerado, pela satisfação imediata dos desejos. Segundo Baumann (2001) a nova visão sobre modernidade descreve que não há tempo a ser perdido, o que afeta diretamente o sujeito em suas decisões, não permitindo assim espaço para reflexões individuais ou coletivas.

6.6.1.3 O papel da escola

Vários autores como Uvaldo (1995), Menezes (2001), Araújo (2005) dentre outros, destacam a importância da escola em favorecer um espaço para uma reflexão que ofereça bases para que o sujeito desenvolva seu papel profissional.

Apesar de não existir, na maioria das escolas, um espaço na grade curricular para a realização da orientação profissional, como nos mostrou Soares (2002), os alunos ressaltaram a sua importância no ambiente escolar. A importância de ações voltadas à orientação vocacional na escola pode ser observada nos seguintes relatos quanto à sua influência na escolha da profissão.

A3- Foi fundamental pra mim porque eu pude conhecer melhor algo que tem a ver comigo e eu vi isso quando eu conheci o que faz cada uma das profissões.

A4- Tudo. A escola faz mesa redonda, palestras, leva a gente para conhecer universidades.

A5- As mesas redondas pra gente discutir sobre profissões é bem bacana. Ter também um psicólogo que ajuda a gente nos testes também é.

A1- A monitoria também ajuda. Duas vezes por semana a gente vem aqui pra dar aula de reforço para alunos que têm dificuldade naquela matéria que a gente entende mais, que domina.

A3- É a questão do envolvimento. O aluno acaba se comprometendo com as disciplinas que ele gosta mais e isso vai ajudá-lo a escolher um curso que tem mais estas disciplinas que ele gosta. E aí a escola ajuda a mostrar os cursos.

Estes comentários demonstram que a concretização do trabalho de orientação profissional no espaço escolar contribui para o adolescente perceber as possíveis possibilidades para sua vida futura e o desenvolvimento de si.

6.6.2 Escola pública

6.6.2.1 As Influências

As influências socioeconômicas, neste grupo de discussão, são preponderantes. A escolha por um curso deve estar atrelada à possibilidade do aluno trabalhar para custear os estudos. Esta concepção foi declarada por Costa

(2007) que relata que os alunos de escola pública são vítimas de sua condição econômica.

A1- *Meus pais falam que se eu for fazer o curso tenho que trabalhar, conseguir dinheiro pra fazer porque senão não vai dar pra fazer.*

A6- *Meus pais também.*

A3- *Meu pai vai pagar porque como sou menor então não dá pra trabalhar. Eu tenho 16 anos e não achei nenhum lugar pra trabalhar ainda.*

A5- *Eu por enquanto minha mãe vai bancar, mas ela falou que vai ter que ralar bastante e ela falou que é só no início. Depois eu vou ter que correr atrás e ajudar a pagar.*

A maioria dos alunos deste grupo ressalta que a família não influencia em suas escolhas quanto ao curso

A5- *Em casa falam pra eu fazer o que eu quiser.*

A2- *Minha mãe fala que o que eu quiser que for me deixar feliz, que pra ela tá tudo bem.*

A6- *Tudo que eu falar meus pais também apoiam.*

ainda é possível observar a projeção e expectativa de alguns familiares:

A3- *Minha mãe disse que tanto faz, mas meu padrasto quer que eu faça direito porque ele falou que é uma profissão que dá dinheiro. A sobrinha dele fez direito e ela ganha muito bem por mês, já tem casa dela, carro, é casada e o marido também é advogado. E meu padrasto queria que eu fosse assim, que nem ela porque ela é um exemplo pra ele e foi meu padrasto que deu a ideia, que incentivou pra ela fazer direito. Eu tava em dúvida entre direito e administração, mas decidi que vou fazer administração.*

A presença de fatores econômicos na escolha da profissão fica claro neste relato, principalmente quando esta influência recai sobre profissões tradicionalmente vistas como rentáveis no mercado de trabalho.

6.6.2.2 O momento da escolha

Nesta segunda temática explorada observou-se que o momento da escolha profissional para este grupo é descrito pela maioria deles por sentimento de medo, seguido de pressão e dúvida. Este medo está relacionado ao vestibular.

A5- *Medo de não conseguir passar.*

A3- *Tá todo mundo pressionando. Dá medo de decepcionar as pessoas.*

A1- *Medo de não passar mesmo, de minha mãe ficar brava comigo.*

Alguns autores como Lucchiari (1993) e Soares (2002) descrevem o vestibular como processo que desencadeia angústias e conflitos nos alunos que, além de saberem da concorrência, conhecem as expectativas dos pais quanto à sua aprovação.

No entanto não há pressão familiar para que o aluno seja aprovado em uma universidade pública ou tampouco que suas escolhas recaiam sobre um curso superior.

A1- *Eu quero ser esteticista. Vou fazer curso técnico.*

A6- *Eu quero curso técnico de webdesigner.*

Faria e Guzzo (2007) em pesquisa realizada concluíram que a escolha profissional feita pelos alunos de escolas públicas, na maioria das vezes, é influenciada pelas suas condições socioeconômicas. Estes alunos consideram que profissão não é sinônimo de suas escolhas e sim daquilo que o escolheu. Ribeiro (2005, p.59) destaca que cada aluno possui um projeto pessoal e profissional e que é importante conhecer os aspectos sócio-históricos que sobredeterminam estes projetos.

Apesar da opção pelo curso técnico, o sonho de cursar uma faculdade mostra-se presente, conforme registra o seguinte depoimento:

A1- *Então o curso técnico é minha opção. Ai mais pra frente se surgir outra coisa que eu goste, eu vou fazer faculdade.*

A necessidade de fazer uma escolha profissional ao final do terceiro ano do Ensino médio revela a imposição implícita da família e esta influencia por fatores sociais, quando os alunos relatam a pressão de ter que passar em um vestibular. Isto se reflete nos discursos destes adolescentes, sem que eles percebam, justificando que a faculdade possibilitaria melhores opções de mercado de trabalho.

A4- Acho que começar mais cedo a faculdade é melhor pra garantir o futuro, pra ter um futuro melhor. Tendo uma faculdade, acho que você vai ter mais oportunidades de emprego né?

A6- [...] quanto mais cedo a gente começar, melhor pra arrumar emprego.

Os familiares e os grupos sociais a que os alunos pertencem devem estar cientes de que uma escolha inclui também a não-escolha, seja de de um curso técnico ou superior, como afirma Costa (2007).

6.6.2.3 O papel da escola

Nesta temática os alunos revelaram a ausência do tal de ações, no espaço escolar, voltadas para orientação profissional, fato este já apontado na literatura por Bastos (2005), ao descrever em suas pesquisas a ausência deste trabalho.

Alguns alunos apoiam-se nos professores para auxiliá-los em suas dúvidas quanto à escolha profissional. Ferreiros *et al* (2009) salientou que os professores são figuras mediadoras fundamentais para a construção de projetos profissionais de seus alunos, devido à proximidade diária estabelecida entre eles.

A4- Uma vez eu comentei com a professora de história que eu queria fazer veterinária, só que eu ia escolher outra porque a veterinária é muito cara e eu não ia ter condição. Aí foi ela que me falou desta faculdade em Bandeirantes, que era gratuita. Até então eu não sabia desta faculdade pública e foi ela que me falou.

Ou com a professora de português, como demonstram estes relatos:

A2- Conversar com ela deu mais segurança pra gente fazer enfermagem, mas a gente já tinha decidido.

A5- *A gente (apontando pra aluna 2) queria fazer enfermagem e um dia conversando com esta professora, a gente falou deste assunto e ela deu a maior força.*

Quanto às práticas educacionais voltadas à orientação profissional no espaço escolar, todos os alunos são unânimes em solicitar ações que os auxiliem na escolha da profissão, como ilustram os seguintes relatos:

A4- *Ah tipo, chamar pessoas que estão fazendo faculdade pra dar palestra.*

A5- *Dar palestra, falar sobre a profissão.*

A1- *Falar dos cursos que tem na cidade, como é que é cada curso.*

A4- *Tem os testes que algum psicólogo podia fazer com a gente.*

Comparando o discurso destes alunos com o da coordenadora desta escola, observa-se uma discordância entre ambos, uma vez que a mesma relatou durante a entrevista que há presença de palestras na escola desenvolvidas por profissionais das faculdades da cidade de Presidente Prudente.

CAPITULO VII

7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa é oriunda da inquietação da autora no sentido de melhor compreender o papel da escola, na atualidade, na construção de projetos profissionais para seus alunos. O trabalho consistiu em investigar a existência ou não do trabalho de orientação profissional nas escolas e como se dão estes processos nas escolas das redes particulares e públicas da cidade de Presidente Prudente- SP.

Para alcançar estes objetivos foram selecionadas quatro escolas, duas de cada rede, para realizar a coleta de dados. A fim de investigar o problema deste estudo foram entrevistados diretores e coordenadores destas escolas, além da realização de um grupo focal com os alunos das mesmas e verificar em que medida a orientação profissional responde aos desafios da sociedade atual e às expectativas dos alunos.

As categorias temáticas que emergiram da fala das diretoras e coordenadoras entrevistadas possibilitaram a conclusão de que, apesar de cada escola ser um espaço único com suas formas específicas de agir em cada situação, as práticas de orientação profissional no interior das mesmas revelaram uma ação, quando esta ocorre, de ordem burocrática. Perdem, portanto, seu caráter de compromisso social subjacente nas escolhas profissionais dos indivíduos, o que reflete no papel de cada um enquanto cidadão. Estes resultados permitem demonstrar o caráter informativo, em detrimento do formativo, na formação de valores transmitidos pela escola.

Na perspectiva dos alunos em seus relatos no grupo, quanto à escolha profissional, salientou-se que eles, sejam da rede particular ou pública, percebem o momento da escolha como gerador de medo, dúvida e pressão. Dentro deste contexto, estes alunos vivem as seguintes contradições: de um lado mostram-se inseguros, pelo seu próprio processo de configuração de identidade, para fazer uma escolha profissional. Por outro lado estão em uma sociedade que, mesmo inibindo o amadurecimento deste jovem, pressiona-o a construir seu projeto profissional.

Outro ponto ressaltado pelos alunos são as influências que recebem, sendo os fatores econômicos os mais preponderantes. Constatou-se que os jovens, preferencialmente, optam por cursos que resultarão em grandes retornos

financeiros, transparecendo assim uma visão alienada e imatura de suas responsabilidades sociais sobre a carreira profissional.

O papel da escola, nas escolhas realizadas por estes jovens, é destacado por eles como primordial, seja manifestado pela presença ou não de suas ações voltadas para as práticas de orientação profissional no espaço escolar.

O estudo realizado atestou, em sua fundamentação teórica, que um processo de aprendizagem, com reflexões críticas sobre a realidade, em detrimento da ênfase na sistematização teórica, propicia automaticamente ao aluno o conhecimento de si e isto incide na análise de seu papel futuro enquanto profissional.

Esta pesquisa vem justificar a necessidade de oportunizar o desenvolvimento de projetos pedagógicos com ações diretivas no espaço escolar que objetivem ao aluno realizar uma escolha profissional com competência e consciência do seu papel no mundo, sob a perspectiva do valor do compromisso social. Estes projetos devem ser construídos e vivenciados por todos os componentes da escola que participam do seu cotidiano.

A efetivação da orientação profissional nas escolas não deve ser vista apenas como uma solicitação dos pais, como demonstraram as escolas particulares, ou a mercê de ações isoladas vindas da comunidade, como justificaram as escolas públicas ante a ausência deste trabalho. Observou-se que a preocupação das escolas em, fundamentalmente, preparar o educando para o concurso vestibular é desprovida de sentido para o aluno que está mais preocupado, consciente ou inconscientemente, quanto ao porquê de fazer um curso superior. Além disto, este aluno percebe a incoerência e ausência de clareza nas respostas dos seus questionamentos e, por isso, necessita de suporte. Este suporte é o trabalho de orientação profissional, já descrito nesta pesquisa, cujas ações devem ser implementadas de acordo com a singularidade e realidade de cada escola.

A construção destas ações requer mais do que um agrupamento de atividades em torno do tema. Para que haja envolvimento de todos, é preciso que exista uma visão pedagógica mais ampla que transcenda o significado de trabalho, inclusive o escolar, como um mero cumprimento de tarefas estabelecidas.

A realização de mais pesquisas com o objetivo de ressaltar a importância do papel da escola na construção de projetos profissionais dos seus alunos é tanto uma necessidade para a organização escolar como uma responsabilidade social e das políticas públicas.

Como já descrito no início desta pesquisa, a globalização provocou mudanças no comportamento humano e em suas relações, principalmente dentro das empresas onde os cargos são constantemente redefinidos ou extintos. Não há mais um caminho definido. A imprevisibilidade é a marca. Estas constatações levam a novas indagações: até que ponto a busca pelo trabalho de orientação profissional nos dias atuais é consistente com a pergunta, insistente, dos alunos: escolher para quê?

REFERÊNCIAS

- ABADE, L.F. Orientação profissional no Brasil: uma revisão histórica da produção científica. **Rev. bras. orientac. prof.** São Paulo, v. 6, n. 1, jun. 2005 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902005000100003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 19 jan. 2011
- ABERASTURY, A. KNOBEL, M. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- ALMEIDA, M.E.G.G., PINHO, L.V. Adolescência, família e escolhas: implicações na orientação profissional. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, v.20 n.2, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000200013&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 05 de junho de 2010.
- AMARAL, C.M.M. Orientação profissional: adultos também a procuram. In: BOCK, A.M.B. ET al. **A escolha profissional em questão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.
- ANTUNES, R., ALVES, G. As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 15 de janeiro de 2011.
- ARANHA, M. L. de A. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1993.
- ARAÚJO, L. C. P. "Orientação profissional do ensino médio: da concepção à prática no contexto atual". In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, 5. Recife, setembro de 2005. Disponível em: < www.paulofreire.org.br> Acesso em: 20 jul. 2010.
- ATAIDE, M. E. M. O lado perverso da globalização na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 3, sept. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000300006&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 20 jul. 2010.

AVILA, S. F. O. de. A adolescência como ideal social. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 2., 2005, São Paulo. **Proceedings online...** Disponível em:

<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200008&lng=en&nrm=abn> Acesso em: 29 maio 2010.

BARDAGI, M. P.; PARADISO, Â. C. Competências do orientador profissional: uma proposta brasileira com vistas à formação e certificação. **Rev. bras. orientac. prof.** São Paulo, v. 8, n. 1, jun. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902007000100008&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 19 jan. 2011.

BARDAGI, M. P.; HUTZ, C. S. "Não havia outra saída": percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. **Psico-USF**, Itatiba, v. 14, n. 1, apr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712009000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Jul 2010.

BARDAGI, M. P., LASSANCE, M. C. P.; PARADISO, Â. C. Trajetória acadêmica e satisfação com a escolha profissional de universitários em meio de curso. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Ribeirão Preto, v.4, n.1-2, p.153-6, dez. 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902003000100013&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 10 de julho de 2010. ISSN 1679-3390

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, M.A; AIELLO-VAISBERG, T. Escolha profissional e dramática do viver adolescente. **Psicologia & Sociedade**, Campinas, v.19, n.1, p.107-114, jan/abr. 2007. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs/include/getdoc.php?id=1436&article=177&mode=pdf>> Acesso em: 15 de junho de 2010.

BASTOS, A. L. G. O adolescente com deficiência e seu processo de escolha profissional. **Adolescência latinoamericana**. Porto Alegre, v.3, n.1, ago. 2002. Disponível em: <http://ral-adolesc.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-71302002000100005&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 21 de jun. de 2010.

BASTOS, J. C. Efetivação de escolhas profissionais de jovens oriundos do ensino público: um olhar sobre suas trajetórias. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Ribeirão Preto, v.6, n.2, p.31-43. dez. 2005.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOCK, A.M.B. *et al.* **A escolha profissional em questão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

_____. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BOCK, A.M.B.; AGUIAR, W.M.J. Por uma prática promotora de saúde em Orientação Vocacional. In: BOCK, A.M.B. *et al.* **A escolha profissional em questão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995. p.9-23.

BOCK, S.D; BOCK, A.M.B. Orientação profissional: uma abordagem sócio-histórica. **Revista Mexicana de Orientación Educativa**. Ciudad de México, n. 5, Marzo-Junio de 2005. Disponível em: <http://www.remo.ws/revista/n5/n5-bock-p.htm>. Acesso em: 03 de janeiro de 2011.

BOCK, S.D. Concepções de indivíduo e sociedade e teorias em orientação profissional. In: BOCK, A.M.B. *et al.* **A escolha profissional em questão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995. p.61-70.

BOCK, S.D. **Orientação profissional**: a abordagem sócio-histórica. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

BOHOSLAVSKY, R. **Orientação vocacional**: a estratégia clínica. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BORDIEU, Pierre. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. Decreto n. 2208/97 de 17 de abril de 1997. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
<http://www.crprj.org.br/legislacao/documentos/decreto1997-2208.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2010.

BRASIL. Parecer CNE/CEB 15/98. Estabelece diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Disponível em:
<http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/BibliPed/TextosLegais/LegislacaoEducativa/Parecer_CNB_CEB_15_98_InstituiDiretrizesCurricularesNacionaisEnsinoMedio.pdf> Acesso em: 18 jun. 2010.

BRASIL. República Federativa do Brasil. Medida Provisória n. 213 de 10 set. 2004. Institui o Programa Universidade para Todos do ProUni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 13 out. 2004. Disponível em: www.presidencia.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/mpv/213.htm. Acesso em: 24 out. 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo de educação superior. Brasília: INEP, 2009. Disponível em:
http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news11_01.htm. Acesso em: 24 de janeiro de 2011.

BRASIL. Lei Federal n. 9.394/96 (LDB) de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em: 22 maio de 2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de leis e outras proposições. Brasília, [2010] Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=271219> Acesso em: 19 fev. de 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Brasília. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm> Acesso em 30 maio de 2010.

BRITO, J. Trabalho e saúde coletiva: o ponto de vista das atividades e relações do gênero. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, dec. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 10 de janeiro de 2010.

BROMBERG, M.H.P. F; KOVÁCS, M.J; CARVALHO, M.M.J. ; CARVALHO V.A. **Vida e morte**: laços da existência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

BRUNO, T.I. B; SORBELLO, M.C.B. Escolha profissional: realidade das escolas públicas e privadas. **Pensamento Plural: Revista Científica do Unifae**, São João da Boa Vista, v.2, n.2, 2008. Disponível em: <http://www.fae.br/plural/Vol_2_n_2_2008/artigo_escolhaprofissional.pdf> Acesso em: 17 de julho de 2010.

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CARDOSO, M. R. Christophe Déjours. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982001000200007&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 31 Jan. 2011. doi: 10.1590/S1516-14982001000200007.

CARVAJAL, G. **Tornar-se adolescente**: a aventura de uma metamorfose: uma visão psicanalítica da adolescência. São Paulo: Cortez, 2001.

CARVALHO, M. E. P. de. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, 2004, v.34, n.121, p. 41-58. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000100003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 22 de abril de 2010.

_____. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n.110, julho, p. 143-155, 2000. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/n110/n110a06.pdf>. Acesso em: 22 de abril de 2010.

CARVALHO, A.V.; SERAFIM, O.C.G. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. v. 2

CHENAVIER, R. Civilização de trabalho ou civilização do lazer? **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 12, n. 32, abril. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 16 de maio de 2010.

CHECHIA, V. A; ANDRADE, A. dos S. O desempenho escolar dos filhos na percepção de pais de alunos com sucesso e insucesso escolar. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 10, n. 3, p.431-440. dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v10n3/a12v10n3.pdf>. Acesso em: 18 abril de 2010.

CIA, F; PAMPLIN, R. C. de O; DEL PRETTE, Z. A. P. Comunicação e participação pais-filhos: correlação com habilidades sociais e problemas de comportamento dos filhos. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 16, n.35, p.395-408 dez. 2006. Disponível em: <http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/Fasciculos/v16n35/v16n35a10.pdf>> Acesso em: 18 de abril de 2010.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos**. Edição compacta. São Paulo: Atlas, 2002.

COUTINHO, L.G. A adolescência na contemporaneidade: ideal cultural ou sintoma social. **Pulsional Revista de Psicanálise**, São Paulo, ano 17, n. 181, p. 16 a 23, março, 2005. Disponível em: http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/181_02.pdf. Acesso em: 30 de maio de 2010.

COSTA, J. M. Orientação profissional: um outro olhar. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 79-87, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/psicousp/v18n4/v18n4a05.pdf>. Acesso em: 21 Abr 2010.

CRITES, J. **Psicologia vocacional**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1974. (Biblioteca de Psicologia e Sociologia Aplicadas).

D'ANDREA, F. F. **Desenvolvimento da personalidade**: enfoque psicodinâmico. 9 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

D'AVILA, G. T.; SOARES, D. H. P. Vestibular: fatores geradores de ansiedade na "cena da prova". **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. Ribeirão Preto, v.4, n.1-2, p.105-116, dez. 2003. Disponível em: http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902003000100010&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 18 de jul. de 2010.

DAVIDOFF, L.L. **Introdução à psicologia**. 3 ed., São Paulo: Makron Books, 2001.

DESLANDES, S. F. *et. al.* Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEWEY, J. **Vida e educação**. São Paulo: Edições Melhoramento, 1971.

DIAS, M.L. Família e escolha profissional. In: BOCK, A.M.B. et al. **A escolha profissional em questão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

DIORIO, Z. M; GOMIDE, P. I. C. Ascensão escolar e profissionalização de bons alunos de baixa renda: avaliação de um programa brasileiro. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722004000300009&lng=en&nrm=iso Acesso em: 26 jul. 2010.

DUARTE, M. E. Um século depois de Frank Parsons: escolher uma profissão ou apostar na psicologia da construção da vida? **Rev. bras. orientac. prof.**, São Paulo, v. 10, n. 2, dez. 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902009000200003&lng=pt&nrm=iso >Acesso em: 16 jan. 2011.

DURKHEIM, E. **Educación y sociología**. Buenos Aires: Editorial Shapire. 1973.

ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. **Infância e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

FABRIS, E. H. A escola contemporânea: um espaço de convivência? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30. 2007, Caxambu. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPED, 2007.

FARIA, L. R. P de; GUZZO, R. S. L. Em tempo de globalização: a representação social de emprego, trabalho e profissão em adolescentes. **Estud. Pesqui. Psicol.** Rio de Janeiro, v.7, n.3, dez 2007. ISSN 1808-4281

FERREIRA, A.B.H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, A. F.; NASCIMENTO, I.; FONTAINE, A. M. O papel do professor na transmissão de representações acerca de questões vocacionais. **Rev. bras. orientac. prof.** São Paulo, v. 10, n. 2, dez. 2009 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902009000200006&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 26 jan. 2011.

FERRETTI, C.J. **Uma nova proposta de orientação profissional**. São Paulo: SENAC SP, 1982.

FRANÇA, A.C.L. **Práticas de recursos humanos**: conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 8. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREUD S. **A dinâmica da transferência**. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, 1912. v.12

_____. **Luto e melancolia**. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1914. v.14

FROTA, A.M.M.C. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 1, p.144 a 157, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/epp/v7n1/v7n1a13.pdf>> Acesso em: 29 de maio de 2010.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GUI, R. T. Grupo focal em pesquisa qualitativa aplicada: intersubjetividade e construção de sentido. **Rev. Psicol. Organ. Trab.**, Florianópolis, v. 3, n. 1, jun. 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572003000100007&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 06 fev. 2011.

GENESIS. Bíblia Sagrada [online] Disponível em: <http://bibliamail.com/livro/de/Genesis/3/17-19>. Acesso em: 25 de março de 2010.

GONÇALVES, C. M.; COIMBRA, J. L. O papel dos pais na construção de trajetórias vocacionais dos seus filhos. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Ribeirão Preto, v.8, n.1, p.1-17, jun. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/rbop/v8n1/v8n1a02.pdf>. Acesso em: 18 de abril de 2010.

HANASHIRO, D.M.M.; TEIXEIRA, M.L.M.; ZACARELLI, L.M., org. **Gestão do fator humano**: uma visão baseada em Stakeholders 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

JENSCHKE, B. Educação profissional em escolas em uma perspectiva educacional. In: LEVENFUS, R.S; SOARES, D.H. P; COLS. **Orientação vocacional ocupacional**: novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa. Porto Alegre: Artmed, 2002. p.23-31.

KERLINGER, F.N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1980.

KOBER, C. M. Tempo de decidir: produção da escolha profissional entre jovens do ensino médio. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000438726>. Acesso em: 18 de julho de 2010.

LASSANCE, M.C; SPARTA, M. A orientação profissional e as transformações no mundo do trabalho. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Porto Alegre, v.4, n.1/2, pp. 13-19, 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902003000100003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 08 de junho de 2010.

LASSANCE, M. C. P. Adultos con dificultades de adecuación al trabajo: ampliando el encuadre del aporte evolutivo en orientación vocacional. **Rev. bras. orientac. prof.** São Paulo, v. 6, n. 1, jun. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902005000100005&lng=es&nrm=iso> Acesso em: 16 jan. 2011.

LEHMAN, Y.P. O papel do orientador profissional: revisão crítica. In: BOCK, A.M.B. et al. **A escolha profissional em questão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

LEVENFUS, R.S; NUNES, M.L.T. Principais temas abordados por jovens centrados na escolha profissional. In: LEVENFUS, R.S; SOARES, D.H. P; COLS. **Orientação vocacional ocupacional: novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LEVENFUS, R.S. e cols. **Psicodinâmica da escolha profissional**. Porto alegre: Artes Médicas, 1997.

LEVENFUS, R.S; SOARES, D.H. P; COLS. **Orientação vocacional ocupacional: novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LIMA, M.C. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. São Paulo: Saraiva, 2004.

LIRA, A.T.N. Reflexão sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964- 1985) In: **Histórica: revista online do arquivo público de São Paulo**. São Paulo, n.45, ano 6, dez. 2010. Disponível em:
<<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao36/materia01/>>
Acesso em: 15 de janeiro de 2011.

LISBOA, M. D. Orientação profissional e mundo do trabalho: reflexões sobre uma nova proposta frente a um novo cenário. In: LEVENFUS, R. S.; SOARES, D. H. P. (org.) **Orientação vocacional ocupacional: novos achados teóricos, técnicos e instrumentos para a clínica, escola e a empresa**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 33-49.

LONGONI, D.; SANTOS, K.. Imagens sobre o trabalho: notas para uma pedagogia juvenil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 2., 2008, São Paulo. **Proceedings online...** Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092008000100003&lng=en&nrm=abn>.
Acesso em: 16 maio 2010.

LUCCHIARI, D.H.P.S. (org) **Pensando e vivendo a orientação profissional**. São Paulo: Summus, 1993.

MACHADO, L. Orientação profissional: a necessária renovação conceitual e re-organização política. In: BLAS, F. A.; PLANELLS, J. **Desafios atuais da educação técnico-profissional**. Madri: OEI; Fundação Santillana, 2009, p. 89-100.

MAFFEI, A.M. **A Situação socioeconômica e a escolha profissional de jovens brasileiros**. João Pessoa: CEMPA. 2008. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/908/3/164-174.pdf>. Acesso em: 13 de junho de 2010.

MARTINEZ, S.R. M; PERIC, R.B.A. As exigências educacionais para o mercado de trabalho no século XXI. **Revista Interfaces: ensino, pesquisa e extensão**. São Paulo, n.1, ano 1, 2009. Disponível em: http://www.revistainterfaces.com.br/Edicoes/1/1_4.pdf. Acesso em: 24 de julho de 2010.

MELO-SILVA, L. L O campo da orientação vocacional/ocupacional. In: MELO-SILVA, L. L; A. JAQUEMIN (Ed.), **Intervenção em orientação vocacional/ocupacional: avaliando resultados e processos**. São Paulo: Vetor, 2001. pp.19-63.

MELO-SILVA, L. L; OLIVEIRA, J. C. de; COELHO, R. de S. Avaliação da orientação profissional no desenvolvimento da maturidade na escolha da profissão. **Psic: revista de psicologia da vetor editora** [online]. São Paulo, v.3, n.2, p.44-53, dez. 2002 [citado 24 Julho 2010]. Disponível em: http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142002000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 de jul. 2010.

MELO-SILVA, L. L.; LASSANCE, M. C. P.; SOARES, D. H. P. A orientação profissional no contexto da educação e trabalho. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v.5, n.1, jun. 2004. Disponível em: http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902004000100001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 jul. 2010.

MENCK, R. O. **Reflexão sobre as funções sociais da instituição escolar como fator motivador da melhoria do processo ensino-aprendizagem de estudantes do ensino médio**. [Curitiba]: Secretaria de Estado da Educação. Governo do Estado do Paraná. 2008. Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/640-4.pdf>> Acesso em: 15 de jun. de 2010.

MENDES, A. M. B. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Psicologia: Ciência e Profissão**. [online]. v 15, n.1-3, p.34-38, 1995. Disponível em: <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo>> Acesso em: 18 de maio de 2010.

MENEZES, L. C. de. O novo público e a nova natureza do ensino médio. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 15, n. 42, aug. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200008&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 14 jul. 2010.

MISSIO, L.; CUNHA, J. L.. **Um olhar sobre a educação moderna no século XXI**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, [200-]. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/056e4.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2010.

MORGAN, D. **Focus groups as qualitative research**. Newbury Park, CA: Sage, 1997.

MOREIRA, F.R. Escolha profissional: um desafio possível. In: WEINBERG, C. (org.) **Geração delivery: adolescer no mundo atual**. São Paulo: Sá Editora, 2001. p. 193-205

MÜLLER, M. **Orientação vocacional**: contribuições clínicas e educacionais. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

NASCIMENTO, I. P. Projeto de vida de adolescentes do ensino médio: um estudo psicossocial sobre suas representações. **Imaginario**, São Paulo, v. 12, n. 12, 2006. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000100004&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 17 Jul 2010.

NAVARRO, V. L; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. esp, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/sciel>> Acesso em 18 de maio de 2010.

NORONHA, A.P. P; FREITAS, F.A; OTTATI, F. Análise de instrumentos de avaliação de interesses profissionais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.19, n.3, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v19n3/a11v19n3.pdf>> Acesso em: 11 Jun. de 2010.

OLIVEIRA, I. C. V. de; SALDANHA, A. A. W. Estudo comparativo sobre a perspectiva de futuro dos estudantes de escolas públicas e privadas. **Paidéia** Ribeirão Preto, v. 20, n. 45, Apr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2010000100007&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 20 July 2010.

OLIVEIRA, J.F. Tecnologia, trabalho e desemprego: um desafio a empregabilidade. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2. Presidente Prudente, 2005. **Anais...** Presidente Prudente: SEGeT, 2005. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos05/377_ARTIGO%20ENVIADO%20PARA%20O%20CONGRESSO%20DE%20RESENDE-RJ.pdf> Acesso em: 24 de jul. de 2010.

ORNELLAS, T.C.F.; MONTEIRO M. I. Aspectos históricos, culturais e sociais do trabalho. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 59, n. 4, Aug. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 10 de jan. de 2010.

PAIVA, T. A. Taylorismo e Fordismo na indústria paulista: o empresariado e os projetos de organização racional do trabalho, 1920 - 1940. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 14, n. 2, Abril. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>> Acesso em: 17 Maio de 2010.

PALANGANA, I. C.; INUMAR, L. Y. A individualidade no âmbito da sociedade industrial. **Psicol. Estud.**, Maringá, v. 6, n. 2, dec. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v6n2/v6n2a04.pdf>> Acesso em: 16 maio de 2010.

PASSOS, M. C.; POLAK, P. M. A identificação como dispositivo da constituição do sujeito na família. **Mental**, Barbacena, v. 2, n. 3, nov. 2004. Disponível em: <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo>> Acesso em: 06 ago. 2009.

PELLETIER, D.; BUJOLD, C.; NOISEAUX, G. **Desenvolvimento vocacional e crescimento pessoal**. 3. ed. Tradução de E. F. Ephraim. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

PESSINI, M. A.; FERREIRA, M. B.; BERNARDI, R. E. B.; KNOB, A. F.; BRESSIAN, F. E. P. Um estudo qualitativo sobre a orientação profissional: direções possíveis, desafios necessários. **Akrópolis**, Umuarama, v. 16, n. 2, p. 131-138, abr./jun. 2008.

PIMENTA, S. G. **Orientação vocacional e decisão**: estudo crítico da situação no Brasil. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1981.

PINHO, A.G **Reflexões sobre o papel do concurso vestibular para as universidades públicas**. Estudos avançados, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a19.pdf>> Acesso em: 04 de dezembro de 2010.

PIRES, M. F. de C. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no ensino. **Interface**, Botucatu, v. 2, n. 2, feb. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32831998000100010&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 15 ago. 2010.

POCINHO, M. D. *et al* . Influência do gênero, da família e dos serviços de psicologia e orientação na tomada de decisão de carreira. **Rev. bras. orientac. prof**, São Paulo, v. 11, n. 2, dez. 2010 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902010000200005&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 19 jan. 2011.

POCHMANN, M. Visões do trabalho. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, dec. 2006. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo>> Acesso em: 16 de maio de 2010.

PRADO FILHO, K. Escolha profissional e atualidade do mercado de trabalho. In: LUCCHIARI, D.H.P.S. (org) **Pensando e vivendo a orientação profissional**. São Paulo: Summus, 1993. p. 109-116.

RANGEL, L.H. Da infância ao amadurecimento: uma reflexão sobre rituais de iniciação. **Revista Interface: comun, saúde, educ.** Botucatu, v.1, n.1, ago.p. 147-152, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v3n5/19.pdf>> Acesso em: 20 de janeiro de 2011.

RAPPAPORT, C.R. *et al*, **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: EPU, 1981-1982. v 4

REVISTA VOCE S/A. Destaque para as médias. São Paulo: Abril, n.133, 2009. Disponível em: <<http://vocesa.abril.com.br/desenvolva-sua-carreira/materia/destaque-medias-485104.shtml>> Acesso em: 5 de jan. 2011.

RIBEIRO, M. A. Demandas em orientação profissional: um estudo exploratório em escolas públicas. **Rev. Bras. Orientac. Prof**, Ribeirão Preto, v.4, n.1-2, dez. p.141-151, 2003. Disponível em:< http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902003000100012&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 19 de fev. de 2010.

_____. O projeto profissional familiar como determinante da evasão universitária: um estudo preliminar. **Rev. Bras. Orientac. Prof.**, Ribeirão Preto, v.6, n.2, p.55-70, dez. 2005, Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902005000200006&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 18 fev. 2010.

RIBEIRO, M. A.; UVALDO, M. C. C. Frank Parsons: trajetória do pioneiro da orientação vocacional, profissional e de carreira. **Rev. Bras. Orientac. Prof.** São Paulo, v. 8, n. 1, June 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902007000100003&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 16 Jan. 2011.

ROSSI, S. M. M. Escolha profissional: a questão do ser é estar na família... **Arq. Ciênc. Saúde Unipar**, Londrina, v. 3, n.2, 179-185, 1999. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/saude/article/view/966/847>> Acesso em: 13 de jun. de 2010.

SANTOS, L. M. M. O papel da família e dos pares na escolha profissional. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 1, apr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n1/v10n1a07.pdf>> Acesso em: 16 de jun. de 2010.

SAVICKAS, M. L. Career construction: a developmental theory of vocational behavior. In: BROWN, D.; A S S. (Ed.) **Career choice and development**. 4th ed. S. Francisco: Jossey-Bass, 2002. p.149-205.

SAVICKAS, M.L.; ROSSIER, J.; DAUWALDER, J-P.; DUARTE, M. E.; GUICHARD, J.; SORESI, S.; VAN ESBROECK, R.; VAN VIANEN, A. Life designing: a paradigm for career construction in the 21st Century. **Journal of Vocational Behavior**, v.75, n.3, pp.239-250. 2009. Disponível em: <<http://www.levensontwerp.nl/Documenten/life%20design%20article.pdf>> Acesso em: 16 de janeiro de 2010.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. de M. A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, n. 1, abril, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2003000100012&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 05 de jun. de 2010.

SCHWARTZ, G. **As profissões do futuro**. São Paulo: Publifolha, 2000.

SEMENSATO, A. C. *et al.* Um estado qualitativo sobre orientação vocacional e profissional: direções possíveis, desafios necessários. **Akrópolis**, Umuarama, v. 17, n. 1, p. 29-40, jan./mar. 2009. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/akropolis/article/view/2840/2108>> Acesso em: 08 de jun. de 2010.

SENNETT, R. **A Corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, A. L. P ; SOARES, D H P. **A orientação profissional como rito preliminar de passagem**: sua importância clínica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 6, n. 2, p. 115-121, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v6n2/v6n2a16.pdf>> Acesso em: 20 de janeiro de 2011.

SILVA, F. F. **Construção de projetos profissionais e redução da vulnerabilidade social: subsídios para políticas públicas de orientação profissional no ensino médio**. 2010. 237f. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo.

SILVA FILHO, R.L. L; *et al.* A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007, São Paulo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132.pdf>>. Acesso em: 15 de jun. de 2010.

SILVA, I.C.T. A orientação vocacional ocupacional na escola. In: LEVENFUS, R.S. **Psicodinâmica da escolha profissional**. Porto alegre: Artes Médicas, 1997.

SILVA, I.C. T; BIRK, C. Um modelo de atendimento em orientação profissional na escola privada. In: LEVENFUS, R.S; SOARES, D.H. P; COLS. **Orientação vocacional ocupacional: novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 101-114.

SILVA, L.B de C. Contribuições para uma teoria psicossocial da escolha da profissão. In: BOCK, A.M.B. *et al.* **A escolha profissional em questão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995. p. 25-44.

SILVA, M.L.R. **Personalidade e escolha profissional**: subsídios de Keirsey e Bates para a orientação vocacional. São Paulo: EPU, 1992.

SOARES, D H P. **A escolha profissional**: do jovem ao adulto. São Paulo: Summus, 2002.

SOCZEK, D. Comunidade, utopia e realidade: uma reflexão a partir do pensamento de Zygmunt Bauman. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, n. 23, nov. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 de jul. de 2010.

SOUZA, L. G. S., MENANDRO, M. C. S., BERTOLLO, M. *et al.* Oficina de orientação profissional em uma escola pública: uma abordagem psicossocial. **Psicol. Cienc. Prof.** Brasília, v.29, n.2, p.416-427, jun. 2009 Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000200016&lng=pt&nrm=>> Acesso em: 16 de abr. de 2010.

SPARTA, M.; GOMES, W. B. Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. **Rev. Bras. Orientac. Prof.** Ribeirão Preto, v.6, n.2, p.45-53, dez. 2005, Disponível em: http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902005000200005&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 12 de abr. 2010.

SUPER, D.E. A life-span, life-space approach to career development. **Journal of Vocational Behavior**, USA, n.16, p.282-298, 1980.

TERENCIO, M. G; SOARES, D. H. P. A internet como ferramenta para o desenvolvimento da identidade profissional. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.8, n.2, dec. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000200015&lng=en&nrm=iso Acesso em: 11 de jun. 2010.

TORRES, M.L.C. Orientação Profissional Clínica: uma contribuição metodológica. In: LEVENFUS, R. S.; SOARES, D. H. P. (org.) **Orientação vocacional ocupacional**. novos achados teóricos, técnicos e instrumentos para a clínica, escola e a empresa. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 81-90.

UNGRICHT, J. **Escolha da profissão, escolha da vida...** São Paulo: Mestre Jou, 1966.

UVALDO, M.C.C. Relação homem-trabalho: campo de estudo e atuação da Orientação Profissional. In: BOCK, A.M.B. et al. **A escolha profissional em questão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995. p. 215-237.

VEIGA, L., GONDIM, S.M.G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião Pública**, Campinas, v. 7, n.1, 2001.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Atlas, 2006.

WATARAI, F.; ROMANELLI, G. Trabalho e identidade de adolescentes do sexo masculino de camadas populares. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO

ADOLESCENTE, 2., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200089&lng=en&nrm=abn> Acesso em: 04 de jun. de 2010.

WEINBERG, C. (org.) **Geração delivery: adolescer no mundo atual**. São Paulo: Sá Editora, 2001.

WHITAKER, D. **Escolha da profissão e globalização**. 17 ed. São Paulo: Moderna, 1997.

ZACARELLI, L.M.; TEIXEIRA, M.L.M. A Nova Ambiência Competitiva. In: HANASHIRO, D.M.M.; TEIXEIRA, M.L.M.; ZACARELLI, L.M. (org.) **Gestão do fator humano: uma visão baseada em Stakeholders** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 3-20.

WIKIPÉDIA. Enciclopédia livre. Presidente Prudente. 2011. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Presidente_Prudente> Acesso em: 15 de janeiro de 2010.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de Presidente Prudente

Este questionário é parte integrante da Dissertação de Mestrado de Joselene Lopes Alvim, orientada pela Prof^a Dr^a Maria Suzana de Stefano Menin. A sua finalidade é compreender o papel da escola na atualidade, na construção de projetos profissionais para seus alunos, na cidade de Presidente Prudente- SP.

O seu contributo é crucial uma vez que as informações deste estudo serão o núcleo da investigação.

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA “O PAPEL DA ESCOLA NA ORIENTAÇÃO VOCACIONAL: UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA DA SUA DIMENSÃO TEÓRICA E PRÁTICA”

NOME: _____

CARGO: _____ **SEXO:** _____

1) Diga as primeiras palavras que lhe vem à mente quando você ouve a expressão orientação vocacional.

2) Quais suas opiniões sobre Orientação Profissional nas escolas?

3) Esta escola realiza algum trabalho de orientação profissional?

() Sim () Não

3.1 De que tipo e com qual freqüência?

3.2 Em caso negativo, por que você acha que isso não acontece?

- 4) Em relação aos alunos desta escola, que expectativas você acha que eles têm quanto à possibilidade de escolha de uma profissão?

4.1 Quando elas aparecem?

4.2 Como você tem conhecimento destas expectativas?

- 5) Em relação aos pais dos alunos desta escola, você nota preocupação da parte deles com a escolha profissional dos seus filhos?

() Sim () Não

5.2. Em caso afirmativo, quais preocupações surgem?

- 6) Quais instrumentos que a escola oferece para auxiliar o aluno a fazer uma escolha profissional?

a-() Palestras com profissionais de cada área

b-() Feira de profissões

c-() Material informativo sobre profissões

d-() Grupos de discussão entre os alunos, mediado por um professor, para que eles discutam sobre assuntos referentes a escolha profissional.

e-() Trabalho realizado por psicólogo

f-() Outras

Qual?

- 7) Com que frequência a escola realiza ações voltadas à Orientação Profissional:

7.1 Palestras com profissionais (técnicos ou graduados) da área de interesse dos alunos:

() Semanalmente () Quinzenalmente () Mensalmente

() Bimestralmente () Semestralmente () anualmente

() Não realiza

7.2 Feira de Profissões, incluindo as ocupações de nível técnico:

() Semanalmente () Quinzenalmente () Mensalmente

() Bimestralmente () Semestralmente () anualmente

☐ Não realiza

7.3 Material informativo sobre as profissões:

☐ Semanalmente ☐ Quinzenalmente ☐ Mensalmente

☐ Bimestralmente ☐ Semestralmente ☐ Anualmente

☐ Não realiza

7.4 Grupos operativos com os professores que os oriente na percepção dos conflitos dos alunos relacionados a escolha:

☐ Semanalmente ☐ Quinzenalmente ☐ Mensalmente

☐ Bimestralmente ☐ Semestralmente ☐ Anualmente

☐ Não realiza

7.5 Oficinas com os alunos onde eles possam expressar seus medos, conflitos da adolescência através de modalidades como teatro, dança, música e literatura:

☐ Semanalmente ☐ Quinzenalmente ☐ Mensalmente

☐ Bimestralmente ☐ Semestralmente ☐ Anualmente

☐ Não realiza

7.6 Palestras para os pais sobre a influência da família e/ou da escolha nos dias atuais:

☐ Semanalmente ☐ Quinzenalmente ☐ Mensalmente

☐ Bimestralmente ☐ Semestralmente ☐ Anualmente

☐ Não realiza

7.7 Grupos com alunos para que estes possam expressar seus conflitos e dúvidas frente a sua escolha.

☐ Semanalmente ☐ Quinzenalmente ☐ Mensalmente

☐ Bimestralmente ☐ Semestralmente ☐ Anualmente

☐ Não realiza

8- Você considera que os valores transmitidos em sua escola influenciam na escolha profissional dos alunos? Comente.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISA: “O PAPEL DA ESCOLA NA ORIENTAÇÃO VOCACIONAL: UMA ANÁLISE DA SUA DIMENSÃO TEÓRICA E PRÁTICA”

As informações contidas nesta folha, fornecidas pela pesquisadora Joselene Lopes Alvim, sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria Suzana de Stefano Menin, têm por objetivo firmar acordo escrito com o(a) voluntária(o) para participação da pesquisa acima referida, autorizando sua participação com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos a que ela(e) será submetida(o).

1) Natureza da pesquisa: Esta pesquisa tem como finalidade Analisar o papel da escola na atualidade, na construção de projetos profissionais para seus alunos.

2) Participantes da pesquisa: A pesquisa será realizada com diretores, coordenadores e alunos de duas escolas públicas e duas particulares de ensino médio da cidade de Presidente Prudente- Sp.

3) Envolvimento na pesquisa: Ao participar deste estudo você responderá a um questionário, contendo questões abertas que possam descrever sobre a existência/inexistência da orientação vocacional na escola em que atua. Você tem liberdade de se recusar a participar e ainda de se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do coordenador do projeto e, se necessário, por meio do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

4) Sobre as coletas ou entrevistas: As entrevistas serão realizadas no espaço da escola em que o aluno estuda

5) Riscos e desconforto: Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde – Brasília – DF.

6) Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais e só terá acesso a eles a pesquisadora desta pesquisa e sua orientadora. Os dados da(o) voluntária(o) serão identificados com um código, e não com o nome. Apenas os membros da pesquisa terão conhecimento dos dados, assegurando assim sua privacidade. Após a conclusão dos dados, todo o material será destruído.

7) Benefícios: Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo contribua com informações importantes que deve acrescentar elementos importantes à literatura, onde o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

8) Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa ao autorizar sua participação nesta pesquisa, bem como nada será pago pela participação.

9) Liberdade de recusar ou retirar o consentimento: Você tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem penalizastes.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para permitir sua participação nesta pesquisa. Portanto, preencha os itens que seguem:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG _____ após a leitura e compreensão destas informações, entendo que a participação de _____, sob minha responsabilidade, é voluntária, e que ele(a) pode sair a qualquer momento do estudo, sem prejuízo algum. Confiro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Presidente Prudente, _____/_____/_____

Telefone para contato: _____

Nome do Voluntário: _____

Assinatura do Responsável: _____

Assinatura do Pesquisador: _____

Assinatura do Orientador: _____

Contatos:

Maria Suzana de Stefano Menin/ orientadora da pesquisa

Fone: (018) 3229-5335; email: edumoral@fct.unesp.br

Joselene Lopes Alvim/pesquisadora

Fone: (018) 3223-6295; email: jofelicio@uol.com.br

Profa. Dr. Edna Maria do Carmo – Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da FCT-UNESP – (0xx18) 3229-5365 ramal 202./ 3229-5388 ramal 5466 - cep@fct.unesp.br

APÊNDICE C - TRANSCRIÇÃO DAS GRAVAÇÕES REALIZADAS NAS ESCOLAS DURANTE A APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Anterior à aplicação do questionário, como já descrito anteriormente, iniciou com uma pergunta oral onde a entrevistada poderia verbalizar livremente o que pensa sobre orientação profissional. Mesmo sendo solicitada a permissão para a gravação do encontro, apenas a coordenadora da escola B permitiu que a gravação ocorresse até a finalização do questionário. Já as coordenadoras das escolas A e D permitiram apenas a gravação da pergunta inicial e a coordenadora da escola C solicitou que não gravasse nada.

É importante fazer uma observação em relação ao perfil dos profissionais entrevistados. Todos os entrevistados são do sexo feminino, sendo que três ocupam o cargo de coordenadora e uma de diretora. As gravações ocorreram no ambiente de trabalho dos entrevistados e cada entrevista durou cerca de 30 minutos.

Abaixo a transcrição das gravações. A transcrição procurou reproduzir o discurso oral conforme foi emitido. Os demais registros são resultados das anotações e observações que a pesquisadora fez durante a entrevista quando, em alguma delas, não era permitido a gravação em sua totalidade ou apenas parte da mesma.

* Legenda: P- Pesquisadora; D/C – Diretora ou Coordenadora

ESCOLA A:

P- Gostaria que você dissesse o que vem sua mente quando você ouve a expressão Orientação Profissional e qual a importância deste trabalho para as escolas.

D/C- Orientação profissional é orientar o aluno a escolher a sua profissão, a escolher qual o melhor caminho que ele vai seguir, que vai trabalhar, de acordo com sua vocação. E para a escola é muito importante este trabalho porque queremos ver nossos alunos satisfeitos, com boas escolhas.

P- O que seria “boas escolhas”?

D/C- É escolher uma profissão que vai deixa-lo feliz, satisfeito. Tem pai, a gente vê, que obriga o filho a escolher uma carreira que ele já segue. Tem pai que é médico, por exemplo, e quer que o filho seja médico e as vezes o aluno, coitado, não consegue falar não para aquele pai. Imagina como ele vai ser infeliz? Que médico

vai ser? Ou tem aqueles que escolhem ser médico ou estudam pra ser promotor, juiz porque querem manter o mesmo padrão de vida que a família já tem.

Observações da Pesquisadora:

A entrevistada informou que os pais buscam esta escola para matricular seus filhos uma vez que estes pais sabem, através da comunidade, o alto índice de aprovações de seus alunos em universidades públicas ou nas faculdades particulares onde a concorrência é alta. Citou como exemplos de faculdades particulares a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e a Faculdade Cásper Libero.

Ressaltou ainda que há pais que quando os filhos não são aprovados no curso de medicina em alguma universidade pública, os pais relatam que o filho irá cursar medicina na universidade local, que é particular. No entanto ela observa que esta fala é dita em um tom que mistura resignação, desaprovação e conformismo e que alguns chegam até a dizer “fazer o que?”.

Ao comentar das escolhas profissionais, relata que muitos alunos estão mais preocupados se tal profissão vai dar dinheiro ou não. Tais preocupações, observa a entrevistada, não são dos alunos e sim reflexo do discurso de seus pais. Mesmo quando estes pais dizem que não interferem na escolha dos filhos, mostram-se contraditórios quando estes filhos acenam a possibilidade de escolher um curso que ofereceria uma renda abaixo das condições econômicas que a família apresenta.

Considera ainda que apesar da influência que os pais exercem na escolha da carreira dos filhos, é difícil trazê-los à escola para que possam participar de algum projeto que visa esclarecer sobre estas influências e o mercado de trabalho. Afirma que quando ocorre algum trabalho a participação dos pais é baixíssima. Justifica que já é difícil trazer a maioria deles para a reunião de pais onde são discutidos notas e comportamento de seus filhos pelo excesso de compromisso no trabalho que eles têm. Então, segundo a entrevistada, convencer estes pais que devem participar de palestras sobre carreira, escolha profissional, é mais difícil ainda pela falta de tempo deles.

Sobre os valores que a escola transmite e a sua influência na escolha profissional do aluno, diz que a todos da escola estão envolvidos no processo de formação educacional deste aluno a fim de torná-lo um cidadão responsável.

ESCOLA B

P- Eu queria que você falasse para mim o que vêm em sua mente quando você ouve a palavra orientação profissional.

D/C- Na escola, por exemplo, como a gente trabalha com isso, orientação profissional começa desde o Fundamental II, do 6º ao 9º ano. Eles começam a entender quais são as divisões de áreas. A gente já faz isso dentro das disciplinas, então a gente tem aí: o que são as áreas de humanas, as áreas de exatas, as áreas das saúdes e eles desenvolvem trabalhos, dentro do conteúdo de Língua Portuguesa. É dentro dessa disciplina que eles trabalham. Então eles precisam fazer uma redação, por exemplo, sobre quais as áreas que envolvem Humanas. O que eles conseguem encontrar na Internet, nos guias da Abril, a gente trabalha isso do 6º ao 9º ano.

Quando a gente fala de orientação profissional, no 1º ano, por exemplo, a gente traz profissionais de pelo menos 25 áreas e nós organizamos mesas redondas no anfiteatro, para que eles entendam um pouco sobre cada profissão. Porque já no 1º ano eles têm opções de vestibulares seriados, que é o caso da UEM, que tem o PAS. Presta no 1º ano, no 2º, no 3º ano. Tem a UNB também, que tem esta situação. Então a gente faz mesas redondas, principalmente no 1º semestre.

P- Vocês trazem profissionais. Eles são pais da escola? São da comunidade?

D/C - Não. Pegamos da universidade. Da UNESP, por exemplo, pegamos 3, 4 profissionais. Da Toledo 3, 4. Da Unoeste 3 ou 4. São professores de lá, ou profissionais do mercado. O CREA nos indica quando é um caso de engenharia; ou o CRO nos indica na área de odontologia. A gente busca alguma orientação ou na própria universidade ou no órgão que regulamenta. Nunca um profissional aleatoriamente. Nós temos os prós e os contras desta situação, então a gente procura buscar dentro dos órgãos mesmos. Ou nos sindicatos para ter um respaldo na hora que o profissional falar de um assunto para que a gente não tenha essa situação porque o pai pode questionar, o aluno pode questionar alguma informação que pode estar distorcida. Nem todos os profissionais têm as mesmas qualificações. Então no 1º ano eles têm uma mesa redonda onde eles discutem este tema com estes profissionais. Isto acontece no 1º semestre.

No 2º semestre eles fazem visitas técnicas a todas as universidades da cidade. E algumas foras: na UEM e em São Paulo. A gente agenda a USP ou mesmo a UNESP. A gente procura trabalhar com alguns polos de visita.

No 2º ano eles fazem um artigo científico sobre a área que eles pensam em trabalhar. E aí eles têm que assistir um dia de aula em uma faculdade onde tenha este curso. Ou algum curso próximo, quando é Mecatrônica que não tem aqui, eles tem que assistir a uma aula em Ciências da Computação, por exemplo. Passa uma noite na faculdade assistindo aula, que eles têm que trazer a documentação comprovando isso. Eles procuram as bibliografias que são relacionadas a essa área. Eles tem que obrigatoriamente citar neste artigo deles o guia da Abril que fala sobre profissões. Este é um guia obrigatório para todo mundo. Eles têm que fazer um artigo científico sobre aquela área e, além disso, eles têm que fazer um questionário que a professora de atualidades, que ajuda eles a desenvolver as áreas de filosofia, de sociologia, ela ajuda a desenvolver este questionário porque eles tem que entrevistar um profissional da área.

Depois que ele passou por estes três setores é que a gente conversa com eles para levá-los a testes vocacionais, porque no 1º ano ele já teve essa noção. Teste vocacional geralmente nas universidades pra onde a gente os leva para participar, é feito para alunos de terceiro ano. Só que a gente não espera ele chegar ao terceiro ano para ele decidir o que ele vai fazer. Ele começa a decidir no Fundamental II. No primeiro ano ele tem as mesas redondas, tem as oportunidades de conhecer um pouco mais. No segundo ano ele faz um artigo científico sobre a profissão que ele esperava e se no final do artigo científico ele pensou que não é aquilo que ele quer porque há uma chance enorme, que acontece muito, ele tem muitas oportunidades ainda. Ele tem um ano e meio pra escolher outra coisa, pra pensar em outra área. E aí no primeiro semestre do terceiro ele faz os testes vocacionais, porque nós temos as parcerias aqui, com as universidades, especialmente a Unoeste porque ela já faz no início do ano.

Só pra ter uma ideia a Toledo já faz os agendamentos de visitas para março. Os nossos primeiro, segundo e terceiro ano já vão à Toledo fazer uma visita: conhecer espaço físico, conversar com quatro profissionais de quatro áreas que já foram selecionadas. Os alunos do segundo ano participam de um júri fictício para quem quer área de Direito, por exemplo. No passado eles participaram de um júri sobre o goleiro Bruno. O professor, que é um jurista, promoveu um júri com os alunos, uma área de defesa e uma área de acusação. Os nossos alunos foram assistir a este júri e o Bruno foi inocentado no final. Mas a defesa foi muito bem feita. Então muita gente que pensava em fazer medicina porque o pai queria mudou de área.

P- Quando vivenciou isto né?

D/C- Quando teve a oportunidade de vivenciar esta outra área, mudou de proposta. É um trabalho que dá muita dor de cabeça pra nós. Pra você ter uma ideia eu tenho agendamento em março, tenho agendamento em abril, em maio a gente vai pra UEM. Eu já fiz cotação de ônibus, de hospedagem e de uma série de coisas que acaba envolvendo porque não é só o pedagógico. Tem que ter toda uma infraestrutura para levar estes alunos fora.

P- E eles vão para a UEM para conhecer a faculdade lá?

D/C- Pra conhecer a faculdade e pra conversar com profissionais porque a gente já pede, de alguns cursos que já são de interesse, que eles selecionem alguns profissionais pra nós. Aqui eu já pedi, por exemplo, uma palestra de empreendedorismo para quem, por exemplo, quer fazer administração. Quer fazer administração por quê? Vai trabalhar no que com administração? Tem que ter uma noção.

Trabalhos nossos que foram artigos científicos viraram depois projetos de mestrado dos nossos professores. Foram aprofundados na bibliografia. Tem uma bibliografia muito rica. Eles tem que fazer o abstract em inglês, tem que fazer todo o processo. Seguem as normas da ABNT. Existe todo um trabalho mesmo.

P- Então diante disto como é que você vê o papel da escola neste trabalho da Orientação Vocacional? Como você define este papel?

D/C- Como fundamental. Necessário e fundamental. A escola ela tem por obrigação. Eu acredito. Tanto que a escola tem isto dentro das nossas disciplinas que orientar, que encaminhar este aluno. Até porque temos hoje no terceiro ano nossos oito alunos que não sabem o que vão fazer ainda e já passaram por tudo isso. Você imagina se a escola não faz? Então a escola tem este papel, de orientar, de trazer a estas discussões, de apresentar as áreas, de levar para fora da cidade se for necessário. Eu acho que este é o papel que não é nem opcional. É elementar a cada escola.

É um trabalho que a gente começa em janeiro, pra você ter uma noção. Antes das aulas começarem. Estão todos de férias e só fico eu e a telefonista na escola porque a gente tem que ligar pra todos antes. É um negócio que dá muito trabalho. Nós fazemos cerca de 40 atividades no ano só relacionadas a vestibular.

Este ano, por exemplo, eu quero leva-los para Dourados. Tem uma universidade lá que tem 50 cursos, uma infraestrutura super legal, que é nota 4 na Capes em vários

cursos, que tem mestrado, que tem doutorado e que não é tão longe assim se for comparada com outros lugares como Curitiba e até com São Paulo. É mais perto que São Paulo. E são níveis muito bons e a concorrência não é tão alta assim. Medicina é. 100 por 1. Mas se você pega outros cursos, como Direito, é 12 por 1. Então, tem cursos excelentes e que a concorrência não é tão grande. E é pública.

Aqui na escola nós temos uma meta anual. E uma de nossas metas é por no mínimo 10% dos nossos alunos em universidades públicas. Ano passado nós tivemos 72% dos alunos que passaram no vestibular e destes 72%, entraram 18% em faculdades públicas, então a gente ultrapassou. Porque como a gente visita muito estas universidades, eles acabam tomando gosto também por isso.

P- E quando vocês falam que a meta é 10% para coloca-los em escolas públicas, de que forma isto é viabilizado?

D/C- Você fala em estudos para que eles consigam chegar a este índice?

P- Sim. De que maneira vocês viabilizam porque não basta apenas você conhecer a faculdade. Tem alunos que inclusive já conheceram a USP, A UEM, de passagem.

D/C- Além deles já conhecerem as profissões que eles já definiram, a gente monta grupos específicos de estudos que acompanham as provas que foram realizadas por estas universidades.

P- Isto em que ano?

D/C- Desde o primeiro ano que a gente chama de testão aqui. A cada semestre eles fazem um testão em cima de questões que foram usadas na FUVEST, na própria UNESP, em outros cursos como a UEL, a UEM, a UFMS, a UFMT. A gente pega algumas questões de cada uma delas, monta provas com conteúdos que, lógico, que eles aprenderam porque no primeiro ano você não viu tudo ainda. São questões pertinentes que eles estão estudando além do ENEM. Em cima destes conteúdos a gente vai direcionando como é que funciona o sistema de provas deles, qual o tipo de metodologia que usam, o tipo de bibliografia que vai ser usado, por exemplo, nas questões de literatura, qual a forma de abordagem. A gente já sabe que em algumas, por exemplo, a FGV vai utilizar filmes. Das dez necessidades de livros que eles têm lá para a prova de literatura para o vestibular, sete são livros e três serão filmes. Já estão mudando a estratégia.

Então a gente já organizou para este ano a sala da pipoca, que a gente chama aqui. Que toda sexta feira tem um filme relacionado a algumas destas áreas onde

passamos vídeos que desde o primeiro ano ele tem a opção de vir. Ele não é obrigado. Então ele chega aqui ele encontra pipoca, refrigerante. Ele tem toda uma infraestrutura, é uma sala com ar condicionado, com data show. Começa em março e eu já abri as inscrições. Tem 140 lugares e já tem 137 inscritos.

Trabalhamos com eles de uma forma mais lúdica.

O nosso professor de matemática trabalha os conceitos da matéria com rap porque se você for usar o método tradicional para tudo você não vai conseguir.

Os nossos professores são professores de cursinho. Isto ajuda muito. Você tem um peso maior porque são professores que são mais caros, são professores que não tem uma disponibilidade de horário. A gente aqui não tem duas salas de segundo, duas salas de terceiro. 1) porque nós conseguimos professores porque estes professores são muito bons e já são lotados. 2) a gente não quer sala lotada. A nossa sala é de até 45 alunos. Já é bastante, mas se você for a outras escolas, como as mais próximas daqui, você encontra salas com 60. Então como você vai preparar o aluno pra uma universidade pública com 60 alunos dentro da sala? O nosso limite é 45. No terceiro ano são 35. Não é mais que isso. Tanto que chega ao segundo para o terceiro ano, a gente dispensa aluno. É uma política que pra muitos pode parecer errado, mas pra gente não é possível trabalhar no terceiro ano com mais de 35.

E a gente trabalha com seis aulas diárias: das 07h10min ao meio dia e meia. E a tarde, as segundas e quartas feiras, eles tem a tarde inteira de aula. Na quinta educação física. Então os pais não pagam cursinho, por exemplo. O aluno só tem a noite, se ele for fazer cursinho ele não aguenta porque a gente já tem uma política de carga de tarefa de duas horas por dia. Todos os dias tem tarefa e todas as tarefas requerem duas horas de estudo por dia pra poder fazer a tarefa, fora estudar pra outra coisa. Então a carga de estudo é muito alta. E é uma carga cobrada. Eu que faço este papel inclusive, de acompanhamento de estudo e agendamento para o vestibular.

Nós temos aqui uma turma de 36 alunos do terceiro ano que nove querem fazer medicina. É um número muito alto e eles querem as públicas. A gente tem trazido profissionais de outras áreas, mas agente vê que tem muita influencia da família. Então a gente tem trazido biomedicina, para eles conhecerem, odontologia, medicina legal dentro da área de direito para eles conhecerem. Porque, será que é medicina que eles realmente têm aptidão? Quando eles vão assistir a uma aula de

medicina, a gente geralmente pega anatomia porque é uma aula que eles têm que estar nos tanques e ver os corpos pra estudar. Colocamos eles nestas aulas pra ver se com este impacto eles vão conseguir ir pra frente. Tem gente que desiste.

Eu por exemplo quando fui fazer faculdade eu não sabia destas divisões das áreas em humanas, exatas etc. A minha escola não trabalhou isto. Eu quando decidi fazer jornalismo, eu escolhi porque eu escrevia bem. No fim das contas fui trabalhar em outras áreas, como a educação e adorei. Poderia ter feito Pedagogia, Psicologia, mas não sabia. Então na hora fui orientada em fazer jornalismo porque escrevia bem. Deu certo, mas poderia não ter dado.

Eu na época prestei odonto, prestei nutrição, prestei jornalismo, prestei direito. Prestei um monte de coisa.

Nós temos aqui, por exemplo, de filhos que passam em faculdades públicas e pais não querem que façam. Querem que façam aqui na cidade, por questões de logísticas, o pai não conhece alojamento, não conhece a infraestrutura da faculdade. Ano passado nós levamos um grupo de 5 pais para conhecer a UEM porque os filhos passaram lá e eles não queriam deixar cursar. Então até com pais a gente tem que fazer uma situação desta.

Quando a gente faz mesa redonda, convidamos a família também. Os pais vêm porque não conhece a profissão. O que faz um designer de games, por exemplo?

P- E estes pais participam?

D/C- A gente tem uma adesão, mas não é muito grande. A gente faz uma palestra para os pais anualmente.

Nós temos uma psicóloga que nos visita uma vez por semana e a gente a deixa disponível para os alunos que tem dúvidas quanto à área a seguir.

A profissão vai ser parte da vida deste aluno. Então isso é muito sério. A escola tem uma preocupação muito grande neste sentido.

ESCOLA C

A entrevistada desta escola não permitiu a gravação da entrevista em nenhum momento. Durante a aplicação do questionário foi possível fazer algumas anotações de suas falas durante a entrevista.

Descreve orientação profissional como um trabalho importante e necessário para que o aluno obtenha satisfação com o caminho profissional que escolher.

A entrevistada relatou a dificuldade de encontrar um psicólogo que venha fazer um trabalho voluntário de orientação profissional na escola. Informa que os professores tiram dúvidas dos alunos quando estes, eventualmente, os procuram para algum esclarecimento. As dúvidas mais comuns são a respeito “do que faz determinada profissão” (SIC) ou então dúvidas sobre o que fazer após o Ensino Médio.

A entrevistada afirma que uma faculdade, desta localidade, vem todo ano realizar palestras sobre alguns cursos. Porém alerta que são cursos que eles têm na própria faculdade, considerando assim mais uma forma de propaganda da mesma.

Informa ainda que a maioria dos pais estão preocupados em primeiro lugar com a situação financeira familiar e, portanto, consideram melhor o filho arrumar primeiro um emprego quando sair do Ensino Médio para ajudar nas despesas da casa para depois pensar em um curso superior. No entanto há pais que querem que o filho faça uma faculdade tão logo saia do Ensino Médio, porém estes devem assumir o pagamento do curso e para isso devem trabalhar.

Os alunos relatam sua desmotivação quanto a possibilidade de cursar uma faculdade pública justificando que é impossível passar no vestibular porque o ensino da escola “é fraco” (SIC). Sentem-se também desmotivados para fazer uma escolha porque não tem quem dê alguma orientação a eles. “Eles ficam perdidos e acabam fazendo escolhas de qualquer jeito” (SIC). Ela relata ainda que um dos temores dos alunos é que o mercado de trabalho dá emprego melhor para quem tem curso superior, então eles se veem “meio que sem saída” (SIC), ou seja, na obrigação de fazer uma faculdade, porém não sabem qual a melhor escolha.

ESCOLA D

P- Eu queria que você falasse o que vêm na sua cabeça quando você ouve a palavra orientação profissional

D/C - Orientação Profissional? É quando uma pessoa é orientada dentro daquilo que faz, dentro da sua profissão.

P- Qual a importância disso nas escolas?

D/C- Há muitas. Por exemplo, nós enquanto coordenadores somos orientados pelo PCOPs (Professor Coordenador da Oficina Pedagógica) da Diretoria de Ensino, para estar ajudando o professor dentro da sala de aula. Não que ele precise, que eles

não saibam o conteúdo de matemática, português. Mas a gente vai orientar para ele caminhar melhor com os alunos, para o próprio aprendizado.

Observações da Pesquisadora:

A entrevistada considera importante o trabalho de orientação profissional nas escolas e relata que ano passado procurou até o CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) para verificar se eles tinham algum profissional para fazer este trabalho voluntário.

Informa que na escola há alunos de classe média e que tem oportunidade de cursar uma faculdade, mesmo que particular, tão logo conclua o Ensino Médio, sem a necessidade de trabalhar. Porém tanto estes alunos como os de baixa renda, que segundo ela é a maioria da população desta escola, sentem-se confusos quanto a escolha da profissão. Relatam que eles têm medo de “escolher errado” (SIC).

Quanto aos alunos de baixa renda a expectativa deles para fazer um curso superior é muito baixa porque sabem que precisam trabalhar para ajudar a família, então “alguns nem pensam na faculdade agora” (SIC).

É importante ressaltar aqui que esta pesquisadora, na ocasião da realização das entrevistas, ofereceu voluntariamente seu trabalho de orientação profissional nas escolas públicas, o que despertou rápido interesse nas entrevistadas. Ambas anotaram as formas de entrar em contato como esta pesquisadora, como telefones, email, para agendar o início do trabalho. Em uma das escolas, inclusive, a entrevistada afirmou que levantaria o número de alunos interessados para este trabalho e daria um retorno a esta pesquisadora no máximo três dias após a data da entrevista, fato este que não ocorreu.

Este dado se repetiu anteriormente, no início da pesquisa ao realizar o levantamento inicial das escolas públicas da cidade de Presidente Prudente para saber sobre a presença de um profissional que realizasse o trabalho de orientação nas referidas escolas. Na ocasião, diante a negativa das escolas contactadas, esta pesquisadora ofereceu seu trabalho de maneira voluntária e deixou seu telefone para contato posterior e nenhuma das escolas retornou.

APÊNDICE D - GRUPO FOCAL: TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS ALUNOS DA ESCOLA PARTICULAR

O perfil dos participantes desta pesquisa são:

Aluno 1: 17 anos, sexo masculino.

Aluno 2: 16 anos, sexo feminino.

Aluno 3: 16 anos, sexo feminino.

Aluno 4: 16 anos, sexo masculino.

Aluno 5: 16 anos, sexo feminino.

Aluno 6: 17 anos, sexo feminino.

Todos os participantes tem em comum o fato de estudarem em escola particular desde que iniciaram o processo de alfabetização; nunca terem exercido alguma atividade remunerada, ou seja, nenhum deles trabalharam até então.

* Legenda: P- Pesquisadora; A- aluno; 1 a 6 - os numerais correspondentes a cada aluno presente; T- todos.

P- Todos vocês estão na terceira série do Ensino Médio. Neste período é comum vocês ouvirem sobre vestibular, curso superior, trabalho. Gostaria que vocês pudessem dizer, sem censura, em uma palavra o que vocês sentem quando ouvem a expressão “escolha profissional”.

A1- difícil, **A2-** tensão, **A3-** tensão, **A4-** pressão, **A5-** dúvida, **A6** -muita dúvida, obrigação.

P- Vocês já escolheram?

A1- sim; **A2-** não; **A3-** sim; **A4** - sim; **A5-** dúvida; **A6** - dúvida

P- Alguns disseram dúvidas. Dúvidas sobre o quê exatamente?

A5- Sobre qual curso devo escolher. Ainda não sei.

A2- Dúvida se estou escolhendo certo. E se eu escolher um curso e me arrepender?

P- Os demais pensam como ela?

A5- Eu já.

A6- Nossa, várias vezes.

A3- Você já tem a dificuldade de escolher qual curso, depois tem a dificuldade do vestibular e aí depois que passa vê que não era aquilo? E se isso acontece quando

você acaba a faculdade? Já pensou você descobrir que aquela profissão que você achava que era pra você, não era?

A4- Vai ter que trabalhar nela mesmo assim.

P- Por que teria que trabalhar mesmo assim?

A4- Ah... Seus pais gastaram dinheiro na faculdade, as vezes também na cidade que você tá morando e aí depois você fala que não gostou do curso? Melhor nem falar e trabalhar nisso mesmo do que depois ficar ouvindo.

A2- É. Isso chatearia os pais.

P- Por isso que vocês falam em pressão?

A1- É, também.

A5- Ah sei lá, você tá no terceiro colegial, tem que passar. Uma obrigação.

A2- A família pressiona

A3- A família tá contra, aliás tá pressionando. Você tem que passar no vestibular, ficou estudando em escola particular a vida inteira. E o mínimo que você tem que fazer é passar numa boa faculdade.

A6- A família tá esperando alguma coisa de você, já que investiu tanto pagando uma escola particular

A4- É o retorno.

A5- Isso, o retorno.

P- E o que vocês acham disso quando os pais falam que vocês tem que passar no vestibular? O que vocês pensam disso?

A3- Não ajuda em nada.

A5 – Minha mãe não é assim. Tipo, estou em dúvida entre medicina e medicina Veterinária. Ela fala que medicina se eu não passar eu vou fazer um ano de cursinho, porque ela sabe que é difícil.

P- Mas medicina é o que você quer mesmo?

A5- Não sei. É medicina ou medicina veterinária.

P- E os demais querem o que?

A1- Engenharia civil.

A2- Fiz inscrição na parte de exatas, em engenharia de produção na UEM. Prestei como treinero, mas não sei se é isso que eu quero. Não tenho certeza.

A4- Eu quero medicina

A6- Gosto da parte de exatas. Acho que engenharia.

A3- Eu quero Psicologia.

P- Todos vocês querem passar em uma universidade pública, em uma particular, ou tanto faz?

A5- Eu quero aqui em Prudente.

A4- Eu quero fazer medicina aqui mesmo.

P- Por que preferem aqui em Prudente?

A5- Pra mim tá ótimo ficar aqui. Não quero deixar meus amigos, minha família, sei lá, minhas coisas.

A4- Eu também. Mas vou tentar em outra cidade, vai que eu não passo aqui né?

A2- A melhor que eu passar eu vou. De preferencia uma Estadual ou Federal.

A3- Eu tenho que fazer pública por dois motivos: porque minha mãe não paga particular e a única faculdade de psicologia daqui de Prudente é paga.

P- Quando vocês falam de família vocês estão falando de influência. É isso?

Vocês se sentem influenciados pela família?

T- sim

A5- Minha mãe e meu pai são os únicos que acreditam em mim. Tipo eles acham que eu vou passar.

P- Eles acham que você vai passar, mas caso isso não aconteça, se você não passar, tudo bem pra eles?

A5- Medicina sim.

P- Mas e se fosse outro curso, o direito por exemplo?

A5- Aí eu teria que passar já. Se não for prestar em uma pública, então tem que passar porque a particular é mais fácil.

A1- Meus pais não falam nada mas é como se fosse uma obrigação minha. Depois deles pagarem toda a escola, tem que ter um retorno, sabe?

A2- Você também acaba se cobrando.

A4- É. Acho que não é cobrança dos pais. Acho que é responsabilidade nossa.

P- Responsabilidade de vocês em que sentido?

A4- Por exemplo eu quero medicina e ele (apontando para o aluno 1) quer engenharia. Dependendo do tempo que eu for demorar para passar no vestibular é o tempo que eu vou levar para me formar. Se eu só passar no final do ano, eu já perdi um ano da faculdade.

P- Mas o que significa perder um ano na faculdade?

A4- Perder um ano na faculdade é se formar um ano depois dos seus amigos.

A2- É. Um ano depois que todo mundo.

A4- É um ano a menos que eu já deveria estar trabalhando

A1- É perder um ano de mercado de trabalho.

P- Mas vocês acham que isso é perder tempo da vida? É isso que eu estou entendendo?

A4- Eu acho.

A2- Eu já não vejo assim. As vezes é melhor esperar pra ter certeza do que quer fazer do que não ter certeza e escolher uma coisa que você vai parar no meio. Pelo menos é bom porque você já tem certeza. Ele (apontando para o aluno 4) já tem certeza então ele vai. Agora em questão de não passar no vestibular, aí é duro.

P- Vocês acham mais difícil escolher o curso ou passar no vestibular?

A1- Se for pra passar em uma pública, então o mais difícil é passar no vestibular porque nestas faculdades é muito concorrido.

A5- Eu acho mais difícil escolher o curso. É o que a gente falou agora pouco: e se a gente erra?

A2- Também acho o curso.

A3- Eu acho o vestibular. Eu como vou fazer uma faculdade estadual ou federal, sei que vai ser muito concorrido. Não me sinto tão preparada.

A6- E aí se não passar ter que estudar tudo de novo, desanima. Também fico insegura.

P- Vocês comentaram sobre a influência da família na escolha da profissão. Vocês percebem outra influência além da família? Vocês sentem cobrança de quem mais?

A5- Ah de tudo. Você vê quem vai prestar vestibular e você fica meio assim, de separar delas. Minhas amigas vão para faculdade pública e eu vou ficar aqui.

A4- Eu vejo mais pressão, de todos os lados.

A1- É.

P- Como assim?

A1- Os professores cobram, perguntam se a gente já escolheu, ficam falando de Fuvest, de faculdade pública, que a gente tem que estudar, que é concorrido.

A3- Desanima.

P- Desanima?

A3- É. Você pensa: é tanta coisa pra estudar. Será que vou conseguir lembrar de tudo na hora? Assusta.

A1- Dá vontade de largar tudo as vezes.

P- Largar tudo e fazer o que?

A2- Ah sei lá. Arrumar emprego.

P- E por que não faz isso quando acabar o Ensino Médio?

A2- Meus pais não iriam deixar. Investiu em escola particular, então tem que fazer faculdade agora né?

P- Algum dos pais de vocês disseram que vocês poderiam abrir mão do curso superior agora e só trabalhar?

A1- Só trabalhar se não passasse no vestibular. Ai sim.

A6- Nem pensar. Meus pais disseram que é hora de estudar agora.

A5- Meus pais também.

A4- Eu como quero fazer faculdade agora, então nem perguntei isso de trabalho para meus pais.

A3- Eu faria cursinho se não passasse e meus pais vão querer que eu me dedique para o cursinho.

P- Vocês já se perguntaram por que tem que escolher um curso superior? Qual a razão de ter que fazer uma faculdade?

A2- Arrumar emprego já é difícil quando tem diploma, imagina se não tem?

A4- Conheço gente que tá formada e ganha super pouco. E se o cara não tivesse feito faculdade?

P- O que você acha que aconteceria?

A4- Acho que estaria sem emprego ou ganhando, sei lá, um salário mínimo.

A3- Acho que fazer uma faculdade não vai te dar certeza que você vai ter um bom emprego, mas é melhor do que você não fazer faculdade. Tem que tentar.

P- Vocês aqui que me disseram que já tem certeza do curso que escolheram, esta certeza é baseada em que?

A3- Baseado que aquilo que você escolheu é o que mais combina com você, é o que você faria melhor.

A1- Eu tive certeza porque eu já tive contato com aquilo que eu gostaria de fazer, que é a engenharia.

A3- No trabalho que a escola fez sobre profissão eu gostei de conhecer a psicologia. Vi as disciplinas que o curso tem e gostei também.

P- Mas você está fazendo esta escolha baseada nas disciplinas apenas?

A3- Não. É uma escolha que fiz porque acho que me sairia bem. Eu gosto de ouvir as pessoas, de dar conselhos pra elas. As pessoas também dizem que eu tenho jeito de psicóloga, por causa disso.

A4-Eu quero fazer medicina por que eu penso assim: o que posso fazer de melhor para os outros?

P- Mas só a medicina poderia alcançar este objetivo? Outra profissão não?

A4-Sim, outras profissões também. Mas eu gosto de ajudar pessoas e a medicina eu acho que é o jeito que eu mais posso ajudar alguém. Eu gosto de medicina desde pequeno. Tipo, não sei se é porque é a primeira profissão que eu vi, eu tava no hospital uma vez e fiquei olhando os médicos trabalharem e achei legal.

P- Os pais de vocês foram contra a escolha de vocês?

A3- Meu pai não fala nada. Mas minha mãe insiste em dizer que devo fazer outra coisa. Ela quer que eu faça Relações Internacionais ou Tradutor Interpretre. Diz que psicologia não dá dinheiro, mas ela diz que se é isso que vai me fazer feliz, tudo bem.

P- Algum de vocês aqui, o retorno financeiro pesa quando vocês vão fazer as escolhas?

T- Sim

A5-Na verdade a gente quer escolher algo que goste e também que dê dinheiro.

A2- É. Juntar as duas coisas.

A6-Acho que não dá pra não pensar nas duas coisas juntas. Você escolhe uma coisa que você gosta e mais tarde fica desempregado? Acho que tem que pensar nisso também, no dinheiro que aquela profissão vai dar.

A5-Eu tô na dúvida entre medicina veterinária e medicina porque Medicina veterinária é o que eu quero e medicina é o que minha mãe quer por causa do dinheiro. Eu vou ver o que é melhor. Eu não gosto das matérias de medicina veterinária. Mas gosto da profissão. Desde pequena sou apaixonada por animais.

P- Os demais aqui do grupo que dizem que não escolheram ou estão com dúvidas. Mesmo com dúvidas como chegaram a pensar em alguns cursos? O que levou vocês, por exemplo, a ficar entre dois ou três cursos?

A6-Eu tô em dúvida entre medicina e a área de exatas. Eu adoro exatas, mas minha família toda é de médicos, é da área de saúde então fica aquela pressão toda pra eu fazer medicina. Meu pai é medico e minha mãe é instrumentador de um médico. Nas férias, a pedido deles, eu até acompanhei minha mãe em algumas cirurgias, fiquei no consultório do meu pai vendo algumas consultas. Não me entusiasmei muito. Agora preciso investigar melhor a parte de exatas pra ver o que eu sinto.

A2- Eu também prefiro a área de exatas e também porque comecei teste vocacional com uma psicóloga e eu me identifiquei mais com a área de exatas e burocráticas

P- Aqui na escola esta psicóloga?

A2- Não. Eu fui no consultório dela. Mas também pensei em fazer a área de medicina porque a medicina dá pra depois ter campo pra muita coisa como pediatria, cirurgia, tanta coisa.

P- Mas vocês aqui não acham que pra escolher uma profissão vocês têm que primeiro gostar dela, ter afinidade?

A2- Lógico que sim, mas a medicina você teria que gostar mais. Por exemplo: o médico tem que fazer plantão e ele acaba deixando de lado a família. É uma profissão que exige muito tempo de você e você tem que largar outras coisas e viver mais pra ela (medicina). Eu não queria fazer medicina por que não é uma paixão que eu tenho. Eu vejo que tem mais campo, mais possibilidade, mas não é isso que quero porque não tenho paixão.

P- Quem daqui buscou ajuda de um psicólogo pra auxiliar na escolha da profissão, além do aluno 2?

A6- Eu pensei em fazer teste vocacional só que ainda não procurei.

A2- Eu já comecei, mas ainda não acabaram os testes.

P- Como vocês veem a ajuda, a influência da escola na escolha de vocês?

A4- Tudo. A escola faz mesa redonda, palestras, leva a gente para conhecer universidades.

A3- Foi fundamental pra mim porque eu pude conhecer melhor algo que tem a ver comigo e eu vi isso quando eu conheci o que faz cada uma das profissões.

A2- No meu caso foi a escola que me indicou pra psicóloga, marcou horário pra mim.

A5- As feiras de profissões também são legais.

A1- Tem os professores que ajudam. Por exemplo, o professor de física vê que você é bom em física e fala que se você fizesse engenharia seria bom pra você, por exemplo.

P- O que você acha que o professor quer dizer quando ele diz que uma determinada profissão combina com você?

A1- Eu acho que ele vê que você tem uma facilidade com a mesma matéria que tá relacionada com o curso.

A4-Ele vê que você tem facilidade para uma disciplina. A engenharia, por exemplo, tem muita física então deve ser por isso que o professor falou para ele (apontando para o aluno 1) que se ele fizesse engenharia seria bom.

A2-Minha mãe, como eu, gosta de matemática, só que ela fez fisioterapia. Nada a ver.

A3-As disciplinas tem influência na escolha. Eu por exemplo sou uma negação em química física e matemática, mas adoro humanas. Então eu não vou escolher a área de exatas porque é claro que não vou me dar bem.

P- E onde que vocês acham que a escola ajuda? Apresentando a disciplina?

A3-É a questão do envolvimento. O aluno acaba se comprometendo com as disciplinas que ele gosta mais e isso vai ajuda-lo a escolher um curso que tem mais estas disciplinas que ele gosta. E aí a escola ajuda a mostrar os cursos,

A5-As mesas redondas pra gente discutir sobre profissões é bem bacana. Ter também um psicólogo que ajuda a gente nos testes também é.

A1-A monitoria também ajuda. Duas vezes por semana a gente vem aqui pra dar aula de reforço para alunos que tem dificuldade naquela matéria que a gente entende mais, que domina.

A4-A gente tira duvida nas matérias que a gente vai bem.

P- E onde vocês acham que isso influencia na escolha de vocês?

A4-Isso ajuda a gente a pensar melhor pra escolher uma profissão, baseada nas disciplinas que a gente tem mais facilidade. Eu adoro biologia.

A3-No meu caso ajudou a desenvolver minha paciência.

P- Nós vamos concluir nossa discussão. Vocês gostariam de acrescentar algo, fazer um comentário, alguma observação?

T- Não.

P- Muito obrigada pela colaboração de vocês, pela disponibilidade em participar desta pesquisa.

APÊNDICE E - GRUPO FOCAL: TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA

O perfil dos participantes desta pesquisa são:

Aluno 1: 17 anos, sexo feminino.

Aluno 2: 16 anos, sexo feminino.

Aluno 3: 16 anos, sexo feminino.

Aluno 4: 17 anos, sexo feminino.

Aluno 5: 17 anos, sexo feminino.

Aluno 6: 17 anos, sexo feminino.

Todos os participantes tem em comum o fato de estudarem em escola pública desde que iniciaram o processo de alfabetização. Apenas dois alunos já exerceram alguma atividade remunerada.

* Legenda: P- Pesquisadora; A- aluno; 1 a 6 - os numerais correspondentes a cada aluno presente; T- Todos.

P- Todas vocês estão na terceira série do Ensino Médio. Neste período é comum vocês ouvirem sobre vestibular, qual curso escolher. Gostaria que vocês pudessem dizer o que sentem, qual a palavra vem à mente de vocês quando ouvem “escolher uma profissão” ou “prestar vestibular”.

A1- medo, **2-** pressão, **3-** medo, **4-** medo, **5-** dúvida, **6-** dúvida.

A5- Muito medo.

P- Por que medo?

A5- Medo de não conseguir passar.

A3- Tá todo mundo pressionando. Dá medo de decepcionar as pessoas.

P- Que pessoas?

A3- A família no geral.

A1- Medo de não passar mesmo, de minha mãe ficar brava comigo.

A2- Tem esta pressão de todo mundo ficar falando vestibular, perguntando o que a gente vai fazer. Aí dá medo porque a gente não sabe se o que escolheu tá certo.

P- Certo pra quê?

A2- Se é a profissão que a gente quer fazer mesmo.

P- Todos vocês já escolheram a profissão? Vocês vão cursar uma faculdade ou curso técnico?

A1-Eu quero ser esteticista. Vou fazer curso técnico.

A2- Eu quero enfermagem. Faculdade.

A3- Administração

A4- Eu quero fazer Veterinária.

A5- Eu também vou fazer enfermagem.

A6- Eu quero curso técnico de webdesigner.

P- O que os pais de vocês têm comentado sobre estas escolhas?

A1-Meus pais falam que se eu for fazer o curso tenho que trabalhar, conseguir dinheiro pra fazer porque senão não vai dar pra fazer.

A6- Meus pais também.

A4-Minha mãe disse que eu vou ter que me esforçar muito porque o que eu quero fazer vou ter que morar em outra cidade.

P- Por que em outra cidade?

A4- Porque aqui em Prudente não tem o curso gratuito, do estado né? Então se eu for prestar, eu vou prestar lá no Paraná. O nome da cidade é Bandeirantes. Lá a faculdade é pública.

A3- Eu vou fazer enfermagem aqui.

A5- Eu também vou fazer enfermagem aqui mesmo.

P- O pai de vocês vão pagar o curso ou vocês vão trabalhar para poder pagar?

A1-Eu tenho que trabalhar.

A6-Trabalhar.

A2-Eu não sei, mas tipo se eu precisar minha mãe paga pra mim.

A3-Meu pai vai pagar porque como sou menor então não dá pra trabalhar. Eu tenho 16 anos e não achei nenhum lugar pra trabalhar ainda.

A5- Eu por enquanto minha mãe vai bancar, mas ela falou que vai ter que ralar bastante e ela falou que é só no início. Depois eu vou ter que correr atrás e ajudar a pagar.

P- Os pais de vocês pedem que vocês passem em alguma escola pública ou tanto faz?

A4- No meu caso de preferencia numa escola pública porque a medicina veterinária que tem aqui em Prudente é muito cara a faculdade. Meu pai e minha mãe não tem condições. Então se for fazer veterinária, que é do meu gosto, então tem que ser numa pública. Agora se não der certo, se eu não conseguir passar, aí eu vou ter que ir pra outra, uma mais barata nè?

A1-Se for numa escola particular cara daí eu teria que trabalhar bastante pra conseguir porque curso técnico de esteticista geralmente é pago. Mas tem uns que são bem em conta e que dá pra pagar sem apertar.

P- Mas e o Fies? O Prouni? Conhecem?

A1-Sim, conheço.

A5-Financiamento né?

A4-Eu já ouvi falar na propaganda na televisão, mas não fui ver.

A3-É, tá passando na TV.

P- Mas vocês pensam na possibilidade de fazer o FIES, por exemplo?

A1-Acho que sim, tenho que ver com minha mãe.

A6-É, eu também.

A5-Eu pensei em fazer.

A4-Eu não sei porque eu penso em fazer faculdade pública.

P- Vocês acham que a família está influenciando na escolha de vocês?

A1-Não, meu pai apoia o que eu quero.

A6-Tudo que eu falar meus pais também apoiam.

A3-Minha mãe disse que tanto faz, mas meu padrasto quer que eu faça direito porque ele falou que é uma profissão que dá dinheiro. A sobrinha dele fez direito e ela ganha muito bem por mês, já tem casa dela, carro, é casada e o marido também é advogado. E meu padrasto queria que eu fosse assim, que nem ela porque ela é um exemplo pra ele e foi meu padrasto que deu a ideia, que incentivou pra ela fazer direito. Eu tava em dúvida entre direito e administração, mas decidi que vou fazer administração.

A5- Em casa falam pra eu fazer o que eu quiser.

A4- Em casa também.

A2- Minha mãe fala que o que eu quiser, que for me deixar feliz, que pra ela tá tudo bem.

P- Vocês tiveram outra influência, de amigo, por exemplo, que fica sugerindo algum curso?

T- Não.

P- E o que vocês acham de estarem no terceiro colegial e ter que escolher uma profissão? Vocês acham que tem necessidade mesmo de fazerem uma faculdade ou vocês acham que não precisaria ou que não deveriam fazer agora?

A4- Acho que começar mais cedo a faculdade é melhor pra garantir o futuro, pra ter um futuro melhor.

P- E pra ter um futuro melhor significa ter que fazer uma faculdade?

A4-É. Tendo uma faculdade, acho que você vai ter mais oportunidades de emprego né?

P- Todas vocês concordam?

A1- A minha opinião é a seguinte: a faculdade é boa, ajuda bastante, mas nem sempre. Eu optei por curso técnico porque tá faltando muita mão-de-obra. Tem muita gente formada em faculdade e tá sem emprego e quem faz curso técnico tá empregado.

P- Como você sabe disso?

A1- Eu li outro dia, mas não lembro onde foi. A faculdade pode dar muito dinheiro, mas não é só ela, o curso técnico também. Então o curso técnico é minha opção. Aí mais pra frente se surgir outra coisa que eu goste, eu vou fazer faculdade.

A6- Eu não gostaria de parar agora para trabalhar e depois fazer curso técnico. Quero fazer agora quando acabar a escola. Eu vou ter que pagar o curso, então já vou ter que trabalhar, então vou fazer as duas coisas. Não quero fazer o curso mais pra frente.

P- E por que não quer fazer mais tarde o curso?

A6- Ah, é que nem ela falou (apontando para a aluna 4), quanto mais cedo a gente começar, melhor pra arrumar emprego.

P- Quando vocês pensam na escolha da profissão, qual é o primeiro fator que vem na mente de vocês para escolher? É o dinheiro? É para agradar os pais? É por que este curso é o que você gosta? O que vem em primeiro lugar?

A4- É o que dá dinheiro e o que eu gosto.

A3- Eu também

A1, A2, A5, A6- É porque eu gosto.

P- Em que vocês acham que a escola tem colaborado pra vocês escolherem uma profissão?

T- Nada.

P- Nada? Não tem algum profissional que vem aqui dar uma palestra?

T- Não.

P- Nenhuma faculdade vem aqui pra falar sobre seus cursos?

T- Não

P- E vocês acham que a escola deveria fazer o quê?

A4- Uma vez eu comentei com a professora de história que eu queria fazer veterinária, só que eu ia escolher outra porque a veterinária é muito cara e eu não ia ter condição. Aí foi ela que me falou desta faculdade em Bandeirantes, que era gratuita. Até então eu não sabia desta faculdade pública e foi ela que me falou.

P- Alguém aqui também já conversou, trocou ideias sobre profissão com algum professor?

A5- Com a professora de português. A gente (apontando pra aluna 2) queria fazer enfermagem e um dia conversando com esta professora, a gente falou deste assunto e ela deu a maior força.

P- Mas vocês sentiram que ela influenciou?

A2- Não. Conversar com ela deu mais segurança pra gente fazer enfermagem, mas a gente já tinha decidido.

P- Mas o que vocês acham que a escola deveria fazer para ajudar vocês neste momento de escolha profissional?

A4- Ah tipo, chamar pessoas que estão fazendo faculdade pra dar palestra.

A5- Dar palestra, falar sobre a profissão.

A1- Falar dos cursos que tem na cidade, como é que é cada curso.

A4- Tem os testes que algum psicólogo podia fazer com a gente.

P- Vocês acham estes testes psicológicos importantes por quê?

A4- O resultado dos testes vai dizer qual a profissão mesmo pra gente.

A3- Deixaria a gente mais segura.

A1- O psicólogo conversaria com a gente também pra acabar com o medo.

P- O restante da sala de vocês pensam assim também?

A2- Não. Tem gente que nem vai fazer faculdade.

A4- Tem muita gente que está em dúvida.

P- Mas se vocês dizem que a escola não faz nenhum trabalho de orientação, não dão palestras sobre profissões ou cursos, como que vocês conseguiram chegar a uma conclusão sobre a escolha? Vocês basearam em quê pra escolher?

A4- Eu sempre gostei de animal, então eu sei que é veterinária.

A2- Eu acho legal enfermagem, cuidar do outro.

A3- Eu pensei em administração porque meu primo falou que dá pra prestar concurso se eu não for arrumar emprego em uma empresa.

A1- Eu gosto do que escolhi.

A6- Eu vi uma vez na TV uma reportagem sobre webdesigner e gostei.

P- Mas vocês tem segurança tem certeza que é isso mesmo que vocês querem?

T- Não.

A4- No fundo sempre fica aquela dúvida, se a gente não vai se arrepender mais tarde.

P- Nós vamos encerrar nossa conversa. Vocês gostariam de fazer um algum comentário?

T- Não.

P- Muito obrigada pela participação de vocês, pelo interesse e disponibilidade em participar desta pesquisa.